



**PLANO ESTRATÉGICO
NACIONAL**

**DESENVOLVIMENTO
RURAL**

2007 - 2013

Portugal

Outubro 2007

Índice

Introdução	3
I - Análise da situação económica, social e ambiental	4
1. O TERRITÓRIO.....	6
2. DIMENSÃO ECONÓMICA.....	12
3. DIMENSÃO AMBIENTAL	35
4. DIMENSÃO SOCIO-ECONÓMICA	49
5. CONCLUSÕES	53
II - Estratégia Global de Desenvolvimento Rural	54
1. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS NACIONAIS	54
2. ESPECIFICIDADE DAS REGIÕES AUTÓNOMAS.....	58
3. EQUILÍBRIO ENTRE EIXOS.....	58
4. CONTRIBUIÇÃO PARA AS PRIORIDADES DA UE	59
III - Estratégia por Eixos	60
1. EIXO I – AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DOS SECTORES AGRÍCOLA E FLORESTAL	60
2. EIXO II – MELHORIA DO AMBIENTE E DA PAISAGEM RURAL	65
3. EIXO III - QUALIDADE DE VIDA NAS ZONAS RURAIS E DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA RURAL	70
4. EIXO IV –ABORDAGEM LEADER	72
5. INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	73
IV – Identificação dos programas	79
1. PROGRAMAS REGIONAIS E REDE RURAL NACIONAL	79
2. ENVELOPE FINANCEIRO	79
3. OBJECTIVO CONVERGÊNCIA	79
V - Coerência interna e externa da Estratégia de Desenvolvimento Rural	79
1. COERÊNCIA INTERNA.....	79
2. COERÊNCIA EXTERNA COM AS OUTRAS ESTRATÉGIAS COMUNITÁRIAS	81
3. MEIOS PARA ASSEGURAR A COORDENAÇÃO COM OUTROS FUNDOS COMUNITÁRIOS	87
VI - Rede Rural Nacional	88
1. CONFIGURAÇÃO E ALOCAÇÃO FINANCEIRA	88
Anexos	90

Introdução

Portugal atravessa uma fase de grande desafio e mudança. Verificaram-se, nas últimas décadas, inegáveis progressos na qualidade de vida dos portugueses, realizaram-se importantes obras de infra-estruturas, modernizou-se a economia. Contudo, o ritmo de convergência com a União Europeia abrandou e as disparidades regionais ainda são demasiado importantes. A economia cresceu com um contributo importante do consumo interno, satisfeito por crescentes importações. Portugal precisa, assim, de dar saltos qualitativos no processo de desenvolvimento, de qualificar o seu capital humano, de crescer com base numa gestão mais eficiente das contas públicas e da política de investimento, com melhor desempenho do tecido económico, apostando nas exportações.

O desafio da competitividade coloca-se, pois, à Economia Portuguesa. É necessária uma política exigente de optimização dos recursos públicos, de investimento no conhecimento e saber, na reestruturação e ganhos de produtividade das empresas, na procura de novos e melhores mercados. Este desafio será bem sucedido se for acompanhado de um maior equilíbrio entre regiões e territórios e de aumento do bem-estar das suas populações.

A agricultura portuguesa, englobando todo o complexo agro-florestal, não diverge do paradigma global. Realizou enormes progressos, mas sofre ainda de bloqueios. O desafio da competitividade alarga-se, assim, ao sector agro-florestal nacional, que se concretiza nos territórios onde se instalaram as empresas e actividades, gerando riqueza e contribuindo, por sua vez, para a qualidade de vida e bem estar das suas populações e para a competitividade destes mesmos territórios. Esta política deve ser realizada preservando e potenciando os valores ambientais.

O território agro-florestal português, com um peso relativo importante em termos económicos e sociais, é difícil pela elevada diversificação das suas estruturas de ocupação de solo, pela grande variabilidade e irregularidade das condições climáticas. Tais factores geram um desequilíbrio acentuado entre regiões e subsectores, criando condições para um crescimento não sustentável e desigual. A política agrícola, em particular a política de gestão de mercados, não contrariou esta situação, tendo promovido menos a eficiência e a inovação e mais o "status quo", a valorização da propriedade em detrimento do valor das empresas e do empreendedorismo e da desejada assunção do risco, importante factor gerador de inovação.

Também a concentração numa visão orientada para a produção agrícola de base desligada das actividades de comercialização e transformação tem diminuído as suas possibilidades de desenvolvimento, designadamente através do efeito multiplicador que estas podem ter a montante. Pela integração a que obrigam, pela promoção de valor que fomentam e, ainda, pela estruturação indirecta, pela via funcional, que possibilitam, pode-se ganhar a dimensão económica que outros instrumentos mais clássicos não asseguram.

Acrescente-se ainda um potencial endógeno dos territórios rurais para desenvolver, num novo quadro de funções mais alargadas e que corresponde a novas procuras e actividades entretanto valorizadas.

A agricultura portuguesa e os territórios onde ela se desenvolve precisam, pois, de apostar fortemente num desenvolvimento equilibrado e sustentável, apoiados numa política pública com instrumentos mais adequados e selectivos, que promovam a ultrapassagem das suas fraquezas e potenciem as suas forças, num contexto de maior liberalização dos mercados e concorrência acrescida.



I - Análise da situação económica, social e ambiental

O sector agro-florestal e os territórios rurais apresentam, em Portugal, especificidades em vários domínios quando comparados com o espaço comunitário.

Portugal na UE-25

Indicador	Portugal	UE
• Superfície territorial	▪ 91 909 Km ² (2,3% da UE)	▪ 3 973 200 km ²
• População total residente	▪ 10,5 milhões habitantes	▪ 456,9 milhões habitantes
• Estrutura etária da população residente	▪ 15,7% < 14anos; 67,5% 15-64anos; 16,8% > 65anos	▪ 16,6% < 14anos; 67,1% 15-64anos; 16,3% > 65anos
• Taxa de crescimento efectivo da população (2003)	▪ 6,4‰	▪ 5‰
• Índice de envelhecimento da população	▪ 1,0	▪ 1,0
• % empresários agrícolas com > 65 anos	▪ 45%	▪ 23%
• % dos dirigentes agrícolas com formação agrícola completa	▪ 0,98%	▪ 8,72%
• Peso da população (25 a 64 anos) com ensino secundário completo (2005)	▪ 26,2%	▪ 68,9 %
• Taxa desemprego: total/longa duração/ Feminino	▪ 6,7% / 3% / 7,6%	▪ 9% / 4,1% / 10,2%
• Taxa emprego (15-64 anos): total/H/M	▪ 67,8%/ 74,2%/ 61,7%	▪ 63,3%/70,9%/ 55,7%
• Peso sector primário no total população activa empregada	▪ 10,8%	▪ 5,2%
• Nível riqueza médio (PIB/per capita em ppc)	▪ 72,3	▪ 100
• Peso da agricultura no VAB da economia	▪ 2,7%	▪ 1,8%
• Peso da indústria alimentar no VAB da economia	▪ 2,2%	▪ 2,3%
• Peso fileira florestal no VAB da economia	▪ 3%	▪ 2,3 %
• SAU/UTA	▪ 8,2 ha	▪ 14,9 ha
• SAU/exploração	▪ 10,4 ha	▪ 20,4 ha
• Peso zonas desfavorecidas no total da SAU	▪ 86,6%	▪ 55,2%
• Superfície territorial coberta pela Rede Natura	▪ 21%	▪ 13%
• Área florestal arborizada ¹	▪ 3,4 milhões ha (2% da UE)	▪ 170 milhões ha
• Área florestal ardida * -	▪ 115 mil ha (37% da UE)	▪ 312,5 mil ha
• Grau de auto-aprovisionamento do complexo agro alimentar *	▪ 71,5%	▪ 99,4%**
• Peso importações em produtos alimentares e agrícolas no total importações	▪ 11,2%	▪ 6,4%
• Valores de consumos de fertilizantes e fitofármacos por ha de SAU (2004)	▪ 55,9 €/ha	▪ 122,3 €/ha
• Peso da agricultura nas emissões de gases para efeitos de estufa	▪ 10%	▪ 10%

Fonte: EUROSTAT

* Médias dos últimos 5 anos; ** UE-15

Da comparação entre alguns indicadores nacionais e os correspondentes valores médios do conjunto da União Europeia constata-se, em muitos deles um desfasamento ainda importante, reflexo de realidades muito diferentes.

¹ Exclui cortes rasos e áreas ardidas

O tecido empresarial agrícola português está extremamente envelhecido, sendo o peso dos produtores que têm mais de 65 anos (45%) o dobro da média comunitária. O seu nível educacional também é baixo, e a importância do sector primário na população activa ainda é o dobro da média comunitária. Se o sector agrícola e florestal participa com maior peso para a riqueza nacional, a indústria alimentar tem peso equivalente ao da média comunitária. O grau de aprovisionamento do sector agro-alimentar é bastante inferior, reflectindo-se na maior importância das importações de produtos alimentares no total, quase dupla do valor médio comunitário. Predominam as explorações de pequena dimensão, com uma dimensão média da superfície agrícola útil metade da comunitária. O país tem um importante grau de biodiversidade e valores naturais, muito acima da média comunitária, e apresenta indicadores ambientais positivos. O sector florestal tem uma dimensão económica, ambiental e social determinante, a que o elevado risco dos incêndios e a dimensão da área ardida têm vindo a adicionar-se como factores críticos.

Esta comparação não esgota, todavia, as importantes transformações entretanto ocorridas, para as quais as programações anteriores contribuíram de forma determinante. Em particular, salienta-se o correspondente ao período 2000-2006 que, pela sua dimensão, permitiu o financiamento de projectos de natureza vária, desde as infra-estruturas locais ou nacionais à modernização tecnológica das empresas, num montante global de cerca de 3 mil milhões de Euros de despesa pública.

Ao longo das últimas décadas a contribuição dos fundos comunitários foi, pois, um motor do desenvolvimento do sector, permitindo investimentos importantes nas explorações agrícolas e florestais bem como na indústria alimentar. Foram igualmente aplicados importantes recursos na formação e qualificação dos recursos humanos e na sua organização. O sector inseriu-se no mercado comunitário e adaptou-se às várias reformas da política agrícola, em particular a de mercados. Foram, pois, enormes os esforços exigidos e as mudanças ocorridas.

Os resultados e impactos alcançados, contudo, ainda não foram suficientes, e disso foram dando conta as sucessivas avaliações realizadas à programação, que detectaram fraquezas e apontaram caminhos.

O Plano Estratégico agora apresentado apoia-se, assim, nas recomendações das avaliações precedentes e na análise da situação económica, ambiental e social, que se apresenta no primeiro capítulo. Estas serviram de base para a formulação da estratégia nacional, definida em coerência com os objectivos comunitários, e apresentada no segundo capítulo. Os objectivos estratégicos fixados estão desenvolvidos e completados com as linhas estruturantes de actuação no terceiro capítulo. O quarto capítulo identifica os programas para todo o território, o quinto apresenta a coerência interna e externa da Estratégia e o capítulo sexto a Rede Rural Nacional.

O Plano Estratégico Nacional cobre todo o território nacional, precedendo os três programas regionais que completam o quadro de programação do Desenvolvimento Rural 2007-2013: Continente, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira, conforme apresentado na quarta parte. A coerência interna e externa da estratégia delineada é demonstrada na quinta parte, onde é evidenciada a importância das sinergias criadas entre as diferentes actuações. Por último, na sexta parte deste plano, é apresentado um programa específico para a rede Rural Nacional, o qual revela o papel determinante que tem a "difusão do saber", *senso lato*, como factor de desenvolvimento rural.

1. O Território

O território português abrange cerca de 92 mil Km², correspondendo 96,6% ao Continente, 2,5% à Região Autónoma dos Açores e 0,97% à da Madeira. A população, de 10,5 milhões de habitantes, está concentrada no litoral continental, diminuindo acentuadamente no interior.

As Regiões associadas à Política de Coesão, no Continente, estão distribuídas por cinco NUTS II, implicando regras diferentes face à Política de Coesão da UE:

- As NUTS Norte, Centro, e Alentejo integram o Objectivo de Convergência;
- A NUTS Lisboa integra o objectivo Competitividade Regional e Emprego;
- A NUTS Algarve encontra-se em “phasing-out” do Objectivo Convergência.

Nas Regiões Autónomas os Açores integram o Objectivo de Convergência e a Madeira está em “phasing-in” para o objectivo Competitividade Regional e Emprego, com estatuto especial.

Regiões desfavorecidas e actividade agrícola

De acordo com os critérios comunitários, Portugal tem 86,6% da SAU classificada em região desfavorecida, da qual 30,8% em zona de montanha e 69,2% noutras zonas.

Todo o território das Regiões Autónomas está classificado como zona desfavorecida.

Uma parte significativa do território nacional, cerca de 21%, faz parte integrante da Rede Natura, que representa 19% da SAU².

Ruralidade

A definição das zonas rurais teve por base o conceito da OCDE com adaptações à realidade portuguesa.

A OCDE classifica as NUT III em Predominantemente Urbanas (menos de 15% da pop. reside em freguesias com densidade demográfica <150 hab/km²), Significativamente Rurais (=Intermédias) (entre 15 e 50% da população reside em freguesias com densidade demográfica <150 hab/km²) e Predominantemente Rurais (mais de 50% da pop. reside em freguesias com densidade demográfica < 150 hab/km²).

No **Continente**, são consideradas Freguesias Rurais:

1 - Todas as freguesias em NUT III classificadas Predominantemente Urbanas são consideradas Rurais desde que sejam desfavorecidas:

2 - Todas as freguesias em NUT III classificadas Significativamente Rurais são consideradas Rurais desde que:

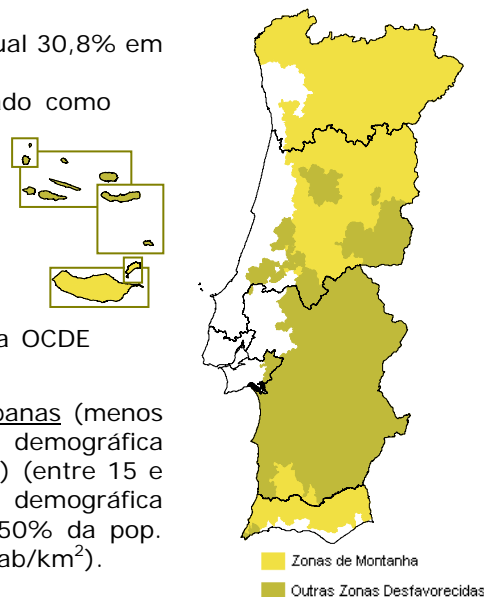
- a) sejam desfavorecidas
- b) não sendo desfavorecidas, façam parte de concelhos em que pelo menos 10% de população activa, esteja na agricultura e silvicultura.

3 - Todas as freguesias em NUT III classificadas Predominantemente Rurais são consideradas Rurais;

4 – Não são classificadas como Rurais as freguesias de qualquer uma das NUT III que integrem Aglomerados Populacionais com pelo menos 15 000 habitantes.

Tendo em conta as características específicas dos territórios das Regiões Autónomas, nomeadamente quanto à distribuição dos aglomerados populacionais e densidade demográfica, não se aplicou a metodologia utilizada no território do Continente.

Mapa I.1 - Zonas Desfavorecidas



² Fonte: GPPAA, com base em RGA 99

Na **Região Autónoma dos Açores** (RAA), a ruralidade está bem patente na ocupação cultural e populacional do território, nas paisagens características das ilhas e na identidade cultural da Região.

Para a definição das zonas rurais na RAA (que constitui, no seu conjunto, um território NUTS III), aplicou-se directamente a metodologia OCDE à população residente em cada um dos 19 Concelhos da Região.

Da aplicação desta metodologia resulta que 55,15% da população (133 321 habitantes) reside em Concelhos com densidade demográfica <150 habitantes/km², sendo todo o território classificado com zona predominantemente rural.

Tendo em atenção o número de habitantes (mais de 4.000) e a densidade populacional (superior a 1.200 habitantes/km²), excluem-se da classificação de zona rural 3 freguesias do maior Concelho dos Açores (Ponta Delgada) – São Sebastião (3,3 km² e 4.309 habitantes), São José (1,7 km² e 5.412 habitantes) e São Pedro (2,9 km² e 7.117 habitantes).

Em consequência as zonas rurais da RAA abrangerão 99,6% do território e 93% da população, apresentando uma densidade populacional de 97,2 hab/km².

Na **Região Autónoma da Madeira**, atendendo às suas características específicas em que se verifica uma interpenetração do espaço rural dominante, com espaços de características urbanas, aplicou-se para delimitação de zonas rurais a seguinte metodologia:

- a) Zonas Predominantemente Urbanas (**TU**) – Concelhos em que menos de 15% da população reside em freguesias com densidade demográfica inferior a 150 habitantes/km².
- b) Zonas Significativamente Rurais - intermédias (**TI**) – Concelhos em que entre 15 e 50% da população reside em freguesias com densidade demográfica inferior a 150 habitantes/km².
- c) Zonas Predominantemente Rurais (**TR**) – Concelhos em que mais de 50% da população reside em freguesias com densidade demográfica inferior a 150 habitantes/km².
- d) Freguesias localizadas em Concelhos, que não o do Funchal, classificados como áreas predominantemente urbanas, com uma densidade populacional inferior a 150 habitantes/km², ou cuja população residente seja inferior a 10.000 habitantes e que não sejam sede de concelho, transitam para zonas significativamente rurais.
- e) Zonas Predominantemente Urbanas em que apresente uma % da população residente empregada no sector primário (agricultura e silvicultura) superior a 15% transitam para Zonas Predominantemente Rurais.

Com base nesta metodologia é a seguinte a delimitação da ruralidade na Região Autónoma da Madeira:

- a) Zonas Predominantemente Rurais (**TR**):
Concelho da Calheta, do Porto Moniz, de Santana, de S. Vicente, da Ponta do Sol e do Porto Santo
- b) Zonas Significativamente Rurais (**TI**):
Concelho da Ribeira Brava, Freguesias do Curral das Freiras, Quinta Grande e Jardim da Serra, (Câmara de Lobos), Água de Pena, Caniçal, Porto da Cruz e Santo António da Serra (Machico), Gaula, Camacha e Santo António da Serra (S. Cruz).
- c) Zonas Predominantemente Urbanas (**TU**):
Concelho do Funchal, Freguesias do Estreito de Câmara de Lobos e Câmara de Lobos (Câmara de Lobos), de Machico (Machico), Caniço e S. Cruz (S. Cruz).

A Ruralidade estende-se por grande parte do território nacional e coincide, na maioria com as zonas classificadas como região desfavorecida.

O Uso Actual do Solo e a Ocupação Cultural

O uso actual do solo, tendo por base as grandes classes de uso distribui-se da seguinte forma (Gráfico I.1, I.2 e I.3).

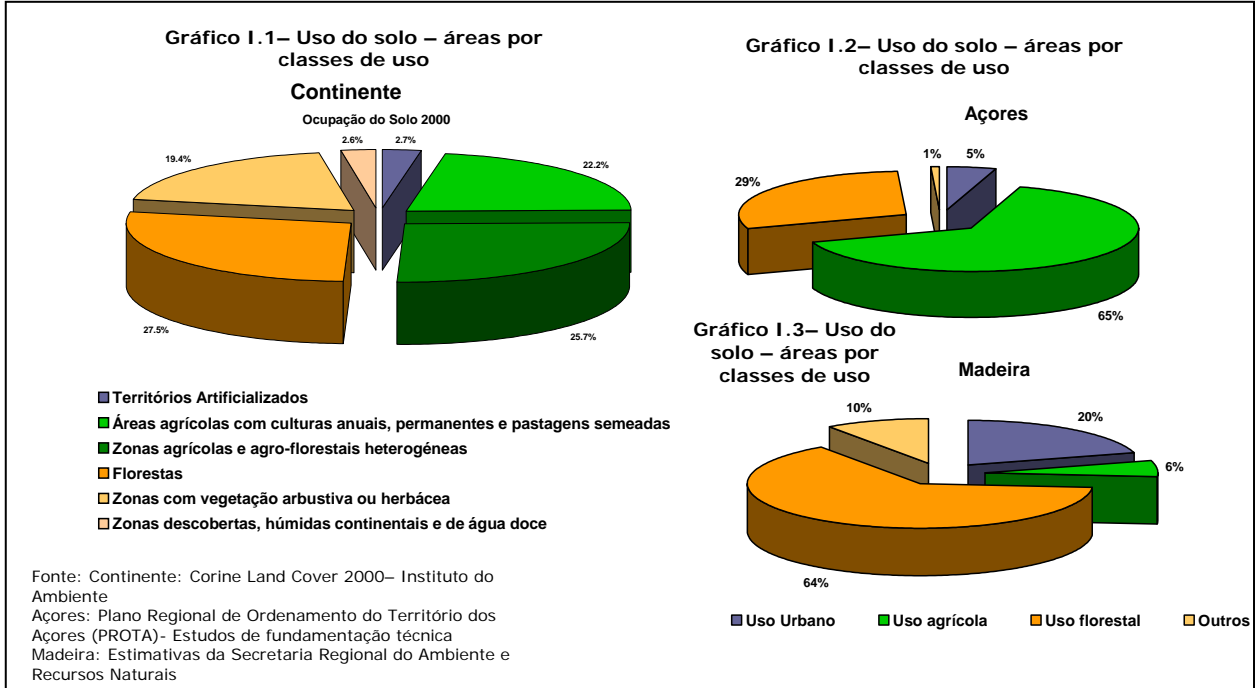
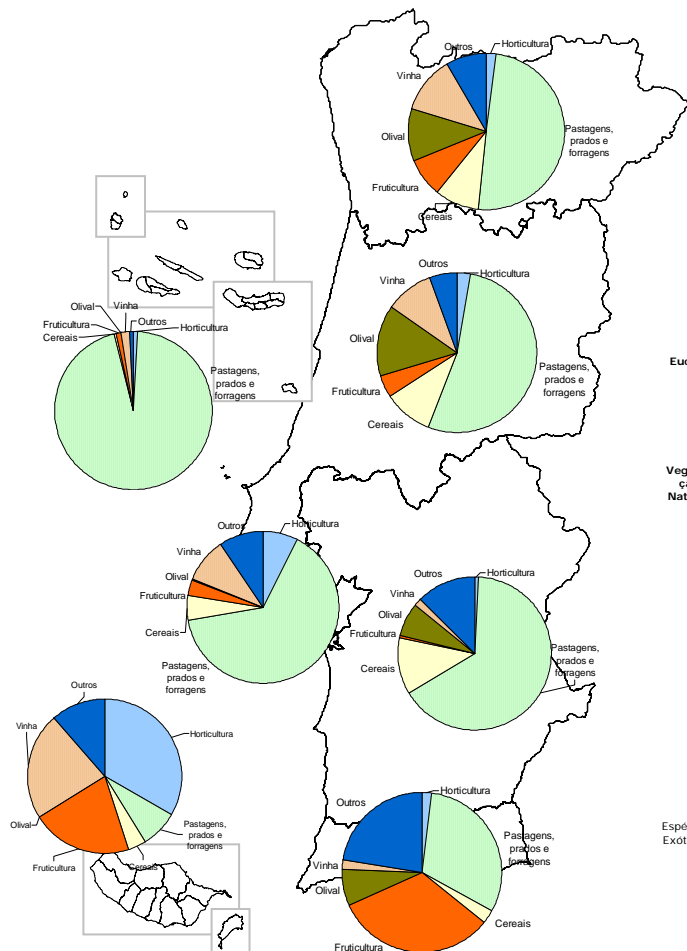


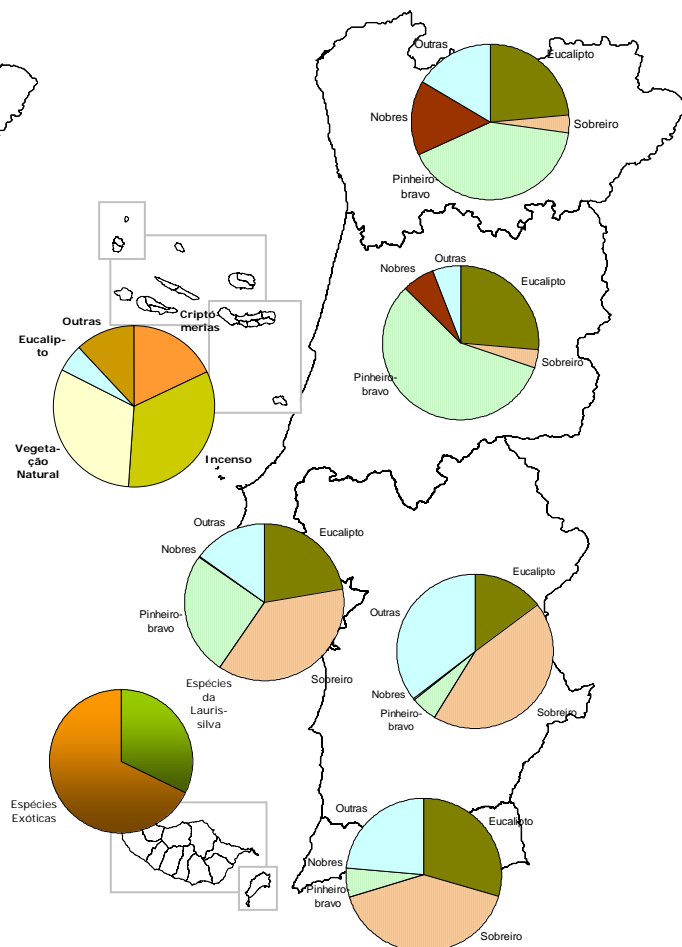
Figura I.1 – Culturas Agrícolas



Culturas Agrícolas	Área na SAU (10 ³ ha)
Horticultura	60
Prados, pastagens e forragens	2 215
Cereais	377
Fruticultura	134
Olival	317
Vinha ³	196
Outros	380
SAU	3 680

Fonte: INE, 2005 (inquérito por amostragem a 10% das explorações).

Figura I.2 – Espécies Florestais



Espécies florestais Continente	ÁREA (10 ³ ha)
Eucalipto	672
Sobreiro	713
Pinheiro Bravo	976
Nobres	171
Outras	817
TOTAL	3 349

Fonte: DGRF/IFN 3ª Revisão 2001

A grande parte (75%) do território português é, pois, dominada pelo uso agro-florestal.

No que respeita à ocupação cultural, Portugal evidencia situações díspares nas diferentes regiões. Na Figura I.1 apresenta-se uma imagem da importância dos diferentes grupos de culturas, dentro das áreas agrícolas, por NUTS II. Na Figura I.2, informação de natureza idêntica é apresentada para as principais espécies florestais.

No Continente, as principais culturas apresentam a seguinte distribuição: pastagens prados e forragens 59%, cereais 11%, olival 9%, vinha 5%³, frutas 4% e hortícolas 2%. Relativamente a estas culturas, sobressai a situação do Alentejo com uma expressão mais reduzida no conjunto das áreas afectas ao olival, vinha, frutas e hortícolas e o

Espécies florestais Açores	Área na SF
Criptómeras	11 382
Incenso	20 757
Vegetação Natural	19 748
Eucalipto	3 627
Outras	7 468
TOTAL	62 982

Fonte: Direcção Regional dos Recursos Florestais-Inventário florestal (não estão considerados cerca de 7.000ha que se encontram em fase de inventariação)

Espécies florestais Madeira	Área na SF
Espécies da Laurissilva	17 710
Espécies Exóticas	37 290
TOTAL	55 000

Fonte: Estimativas da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais

³ O valor estimado para a área de vinha (196 000 ha) tem por base os valores estatísticos obtidos pelo Instituto Nacional de Estatística, por inquérito às explorações agrícolas; no entanto, no ano de 2004, o valor correspondente ao inventário da área de vinha é aproximadamente de 236.000 ha, de acordo com o Ficheiro Vitivinícola Comunitário para Portugal Continental (Instituto da Vinha e do Vinho).

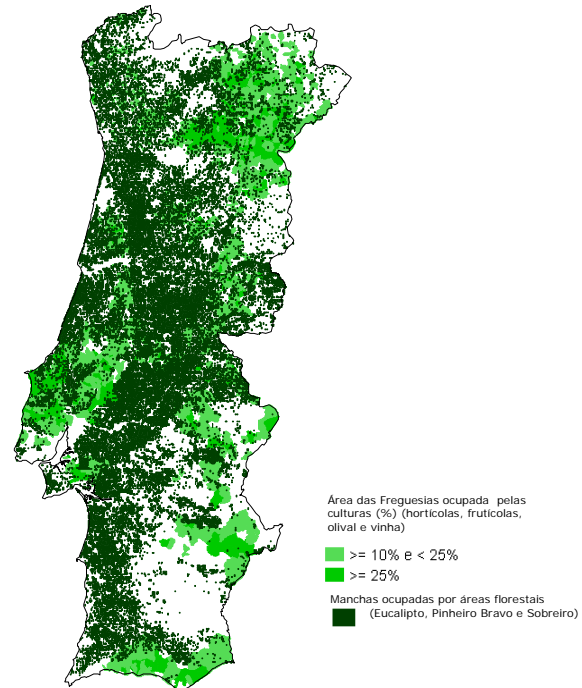
Algarve com uma expressão acima dos 40% nas áreas destas culturas.

Em termos de expressão territorial do Continente, as culturas agrícolas permanentes, nomeadamente a vinha e olival, localizam-se expressivamente no interior de Norte a Sul do país, enquanto as espécies florestais se situam mais marcadamente do centro para o litoral (Mapa I.2).

Em Portugal, a ocupação cultural dentro das explorações agrícolas evoluiu nas últimas décadas, apresentando alterações significativas sobretudo nas culturas anuais (cereais, oleaginosas e forrageiras), que decrescem abruptamente a partir de 1997, e nos prados e pastagens (em sob-coberto ou terra limpa) que, a partir da mesma data, crescem numa proporção semelhante (Gráfico I.4). Verifica-se, assim, a transferência de áreas de culturas anuais sobretudo para pastagens permanentes.

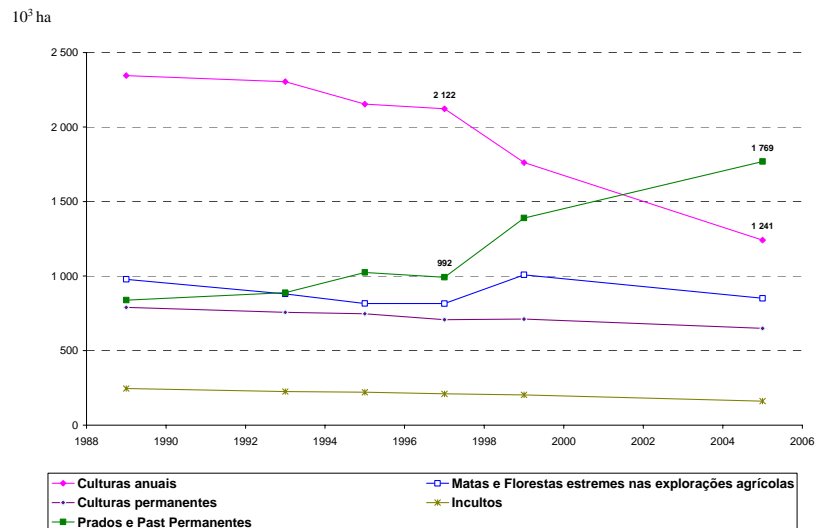
As culturas permanentes sofrem decréscimos, sendo a vinha e o olival as principais contribuintes para esta variação.

Mapa I.2 – Expressão territorial das culturas e espécies florestais



Fonte: IFN, 3ª revisão (2001); RGA99

Gráfico I.4 - Ocupação cultural nas explorações agrícolas - evolução dos principais grupos de culturas



Fonte: INE; Estimativa GPPAA

Nos Açores, cerca de 95% da SAU⁴ é ocupada por pastagens, prados e forragens e na Madeira 77% é ocupada por culturas permanentes.

⁴ Fonte: INE - RGA 99

Nas áreas florestais do Continente, as principais espécies representam mais de 80% da Superfície Florestal, incluindo-se nestas, 29 % de pinheiro bravo, 21 % de sobreiro, 20 % de eucalipto e 5 % de folhosas nobres.

No que respeita às espécies florestais refere-se, em especial, as duas situações-limite encontradas nas áreas florestais das NUTS II do Continente, a expressão do pinheiro bravo no Centro e Norte e o sobreiro a Sul.

Nos Açores mais de 64% da Superfície Florestal⁵ é ocupada por incenso e vegetação natural, sendo a criptoméria mais de 60% da floresta de produção.

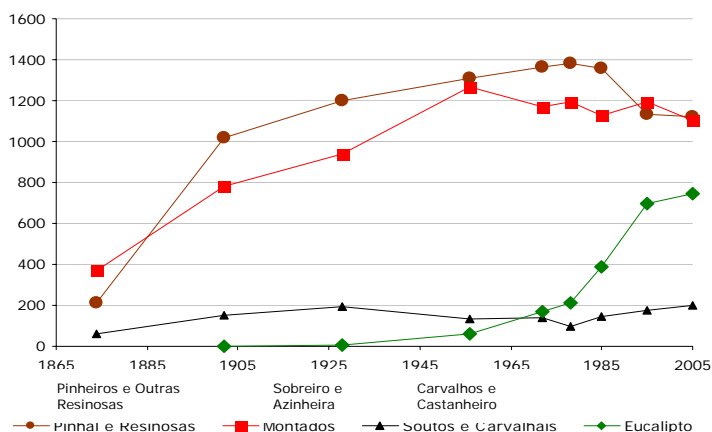
Na Madeira, 32,2%⁶ do espaço florestal é ocupado por espécies da laurissilva, a restante área é ocupada por espécies exóticas (eucalipto, pinheiro e outras).

No que respeita às espécies florestais, a evolução no Continente é marcada por uma tendência de crescimento das áreas florestais. Os pinheiros e outras resinosas, os sobreiros e as azinheiras são as espécies que mais contribuíram para esse crescimento.

As áreas de eucalipto aumentaram acentuadamente a partir de 1978, apresentando um ritmo muito menor de crescimento na última década. Em contrapartida, os carvalhos e castanheiros mostram uma variação mais pequena das áreas, mas na última década a tendência de crescimento é das mais significativas.

Actualmente, segundo os dados de 2005, as áreas de pinheiros e outras resinosas representam, aproximadamente, 35% da área total de floresta, tendo a área de sobreiros e azinheiras um peso idêntico. O eucalipto ocupa uma área de cerca de 20%, enquanto que os soutos e carvalhais se situam nos 6%.

Gráfico I.5 – Evolução da ocupação florestal em Portugal Continental (10³ ha)



Fonte: Pery (1978), Mendes de Almeida (1927), SROA (1970), SROA (1975), DGF/IFN (1995), DGRF/IFN (2005)

O valor gerado nos territórios pelo sector agrícola e florestal

O peso do VAB agrícola e florestal⁷ no VAB total do País é de 3,3% (Quadro I.1). O Alentejo é a Região em que o peso do sector agrícola é mais significativo, 16% do VAB regional, enquanto Lisboa se situa nos 0,6%.

O valor médio do VAB agrícola e florestal por hectare obtido em Portugal (598€) é ligeiramente superior ao valor do mesmo indicador apurado para o conjunto dos 25 EM da UE (557€). A situação é substancialmente diferente para o VAB/unidade de emprego, apresentando Portugal menos de 50% do valor comunitário.

Quando se observam os valores regionais, a nível das NUTS II, verificam-se significativas assimetrias no país. Só o Alentejo apresenta uma produtividade da terra inferior à média comunitária,

⁵ Fonte: SRAF/DRRF

⁶ Fonte: SRARN

⁷ O VAB agrícola e florestal corresponde ao valor gerado pela Agricultura, produção animal, caça e silvicultura, ano 2003 – Cod AA do INE

enquanto que para a produtividade do trabalho, apenas Lisboa e o Alentejo ultrapassam a média comunitária.

Quadro I.1 – Expressão territorial do VAB agrícola e florestal e comparação com a UE

NUTS II	VAB Agrícola e Florestal (1) (10 ⁶ €)	Peso do VAB Agrícola e Florestal (1) no VAB da Economia (%)	VAB Agrícola e Florestal (1) por unidade de superfície agro-florestal (2) (€/ha)	VAB da Economia por unidade de superfície territorial (€/ha)	VAB Agrícola e Florestal (1) por empregado no sector (3) (€/empregado)	VAB da Economia por unidade de emprego (3) (€/empregado)
Norte	825	2.5	589	15 481	4 903	19 556
Centro	1 048	4.8	572	7 979	6 008	19 940
Lisboa	271	0.6	1 832	115 671	20 473	30 520
Alentejo	1 226	16.0	470	2 422	19 756	22 945
Algarve	285	5.9	1 206	9 627	15 364	25 458
Continente	3 655	3.3	587	12 574	8 374	23 487
Açores	162	7.3	815	9 587	6 402	19 124
Madeira	73	2.2	958	39 748	4 375	27 334
Portugal	3 889	3.3	598	12 743	8 131	23 478
EU15	164 624	1.93	620	26 304	25 599	49 917
EU25	180 000	2.02	557	22 524	17 969	44 807

(1) –VAB da Agricultura, produção animal, caça e silvicultura, ano 2003

(2) Superfície agro-florestal = (Superfície Total das explorações agrícolas - Culturas sob-coberto de matas e florestas das explorações agrícolas - Matas e Florestas sem culturas sob-coberto das explorações agrícolas) + Área Florestal total

(3) Emprego exposto em número de indivíduos

Fontes: INE - Contas Regionais (Base 95); GPPAA a partir de INE ; IFN (2001) Área Territorial: INE (20/07/2006); Eurostat; SRAF/DRRF e SRARN para as áreas florestais das RA

2. Dimensão Económica

Importância do complexo agro-florestal na economia

As actividades que constituem o complexo agro-florestal, geram cerca de 8% do produto da economia e absorvem 14% do emprego. Só a agricultura pesava, em 2003, no produto e no emprego, respectivamente, 2,4% e 9,6%⁸.

Quadro I.2 - Complexo Agro-Florestal em 2003

	Milhões de Euros e EETC em milhares de pessoas										
	VAB	Emprego	Produção	Importações	Exportações	Saldo BC	Orientação exportadora %	Grau abertura %	FBCF	FBCF/VAB %	
Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e da silvicultura	3674	489	6668	1954	381	-1573	6	64	885	24	
Madeira e suas obras	746	61	3067	430	1250	820	41	225	183	25	
Pasta, papel e cartão e seus artigos; suportes de informação gravados; serviços de edição	1685	52	4439	1365	1411	46	32	165	426	25	
Produtos das indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	2900	117	12749	3858	1904	-1954	15	199	825	28	
Economia	119429	4985	249618	42836	28438	-14398	11	60	33841	28	
Importância do CAF na Economia (%)	7.5	14.4				18.5⁽¹⁾				6.9	

⁽¹⁾ Um valor positivo significa uma contribuição para o déficite. Um valor negativo significa uma contribuição para a redução do déficite.

Notas: VAB e Produção a preços de base. Valores da FBCF e do emprego relativos a 2002. BC: Balança comercial. FBCF: Formação bruta de capital fixo
Fonte : CN, INE (Base 2000).

⁸ Fonte: INE, Contas Nacionais, Valores definitivos 2002.

A repartição do VABpb e do emprego pelos três sectores de actividade económica (primário, secundário e terciário) é de 3,3%, 26,8% e 69,9% para o produto e de 10,2%, 32,4% e 57,4% para o emprego⁹. Isto significa que o produto gerado por unidade de emprego foi, em 2002, respectivamente 7,7; 19,5 e 28,8 milhões de Euros por 1000 EETC¹⁰. O peso relativo do produto e o emprego agrícolas na actividade económica nacional está, respectivamente, 1 % e 2 %, acima da média da UE 25.

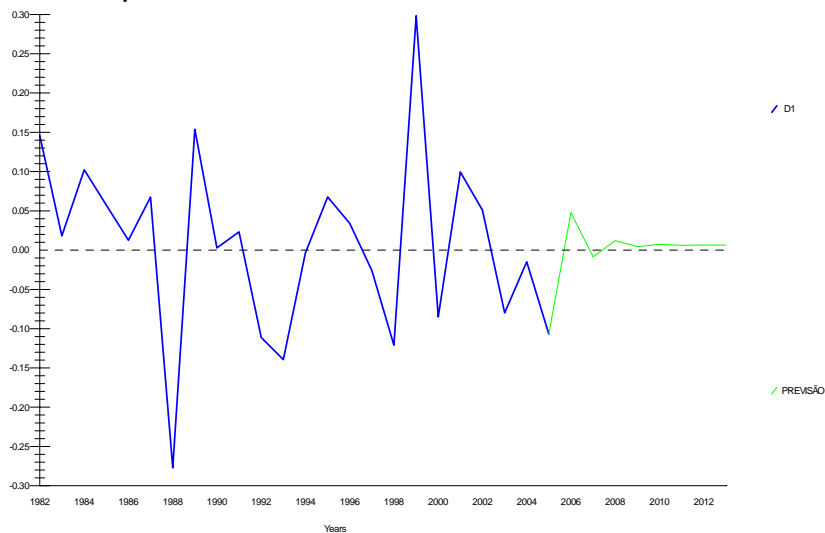
Agricultura – o desempenho nos últimos 25 anos

Produto agrícola estável acompanhada grandes transformações

Nos últimos 25 anos o **valor global do produto agrícola** manteve-se estável em termos reais. Esta estabilidade do produto foi acompanhada de grandes alterações na estrutura produtiva e de importante evolução tecnológica, resultantes de um processo de modernização centrado na substituição de trabalho por capital e, subsidiariamente, apoiado pela expansão do regadio. Estas transformações permitiram manter os níveis reais do produto apesar da significativa redução do volume de trabalho e do recuo da SAU. O crescimento em valor, 5% em média ao ano, foi sustentado pela evolução dos preços¹¹.

Por um lado, os consumos intermédios registaram, em quantidade, um crescimento superior (0,6% em média ao ano) à produção do ramo agrícola (0,4%). Por outro, o ritmo de crescimento dos preços dos consumos intermédios (7,3% em média ao ano), foi bastante mais intenso relativamente ao ritmo de crescimento dos preços da produção (6,1%) o que influenciou negativamente o desempenho do produto gerado na agricultura. A tendência de estagnação do produto é agravada pela ocorrência de acelerações decrescentes das taxas de crescimento instantâneas, ao longo do período 1980 a 2005.

Gráfico I.6 – Taxa de crescimento real do produto agrícola. Valores observados e previsão



Fonte: GPPAA, a partir de INE, CEA, base 1995 e 2000

A **produtividade do trabalho** cresceu, nos últimos 25 anos, a uma taxa média de 5,3% ao ano, de forma degressiva. Este crescimento foi devido sobretudo à saída de pessoas empregues no sector, já que o produto praticamente não cresceu em termos reais¹². O decréscimo do emprego agrícola tem sido conseguido com acelerações crescentes.

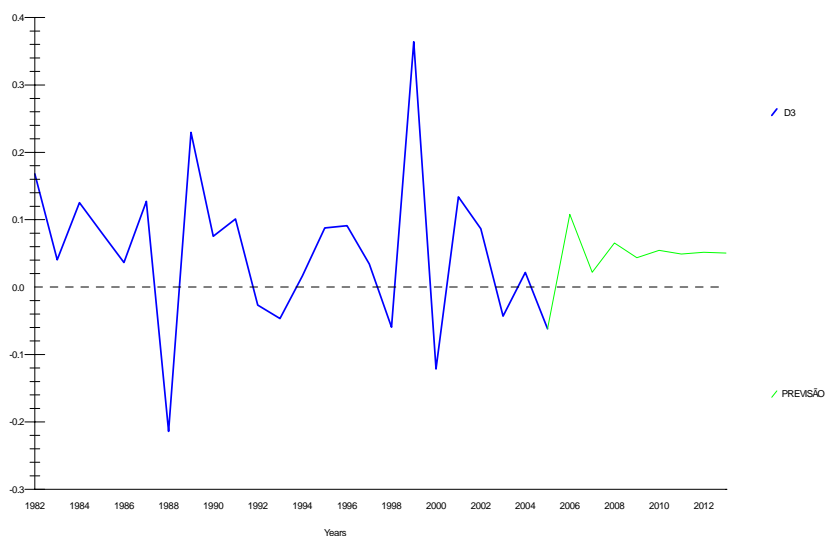
⁹ Fonte: INE, Contas Nacionais, Valores definitivos 2002.

¹⁰ EETC: Emprego equivalente a tempo completo.

¹¹ Fonte: GPPAA, a partir de INE, CEA, base 1995 e 2000

¹² Fonte: GPPAA, a partir de INE, CEA, base 1995 e 2000

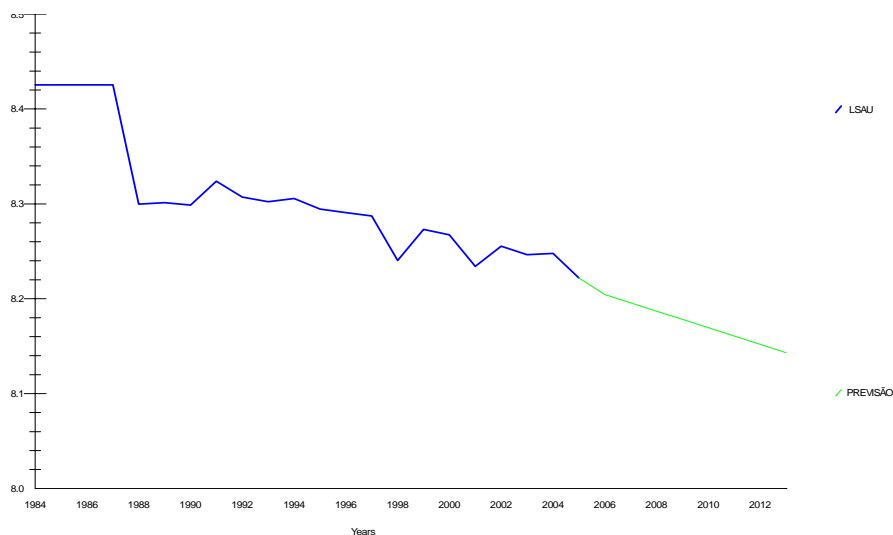
Gráfico I.7 – Taxa de crescimento da produtividade do trabalho na agricultura. Valores observados e previsão



Fonte: GPPAA, a partir de INE, CEA, base 1995 e 2000

No período 1984 a 2005, a **produtividade da terra** cresceu a um ritmo médio anual de 1,37%. Para este desempenho contribuiu principalmente a diminuição da SAU (-0,76% ao ano)¹³, Gráfico seguinte.

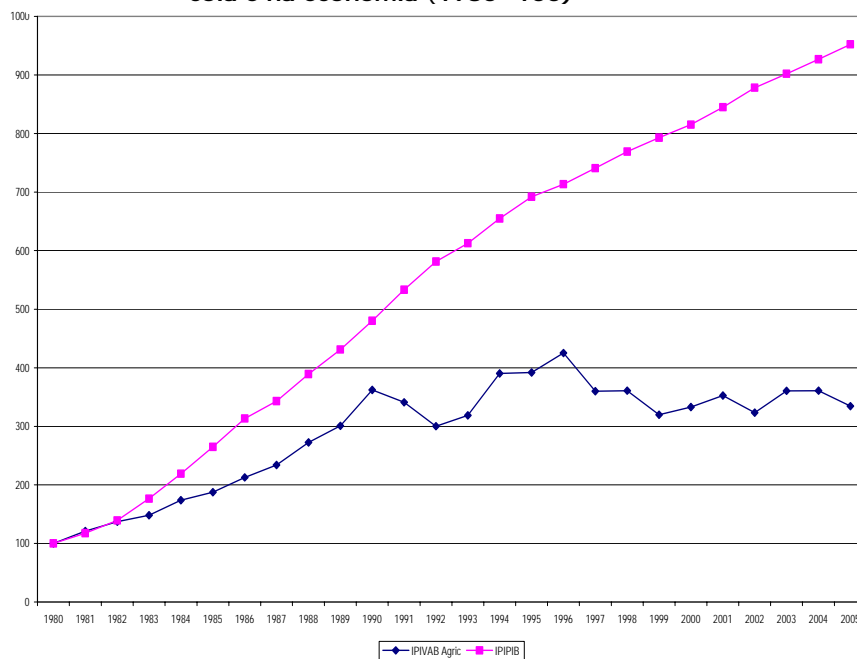
Gráfico I.8 – Evolução da SAU : valores observados e previsão



Fonte: EUROSTAT

O **rendimento empresarial líquido** real decresceu, em média, 2,5% ao ano nos últimos 25 anos, embora, por unidade de trabalho não assalariado, tenha registado um crescimento de 2%. O desempenho pouco dinâmico do produto, aliado à degradação dos preços relativos (Gráfico I.9) e associado à saída de recursos humanos do sector, foram os principais factores que contribuíram para este resultado.

¹³ Fonte: GPPAA, a partir de INE, CEA, base 1995 e 2000 e EUROSTAT

Gráfico I.9 – Evolução do índice de preços implícitos no produto agrícola e na economia (1980=100)

Fonte: GPPAA, a partir de INE, CEA, base 1995 e 2000; Banco de Portugal, séries longas para a economia portuguesa INE Contas Nacionais, base 2000

Evolução do investimento

No período 1995 a 2002, o investimento na economia e no complexo agro-alimentar cresceram anualmente, em média, praticamente ao mesmo ritmo: 4,6% e 5,5% respectivamente.

Na indústria da pasta, papel e cartão, o crescimento foi muito mais expressivo (21,8%), e na indústria da madeira e cortiça o crescimento, em volume, foi de 9%. Nas indústrias alimentares e bebidas o crescimento médio anual, em volume, foi de 5%. Na silvicultura o mesmo indicador decresceu a um ritmo médio anual de -5,1%.

O investimento na **agricultura** cresceu, em valor, 6% em média ao ano. Este desempenho ficou a dever-se à evolução dos preços (5%), já que, em termos reais, o crescimento médio foi de cerca de 1,4%. Apesar do crescimento mais expressivo do investimento relativamente ao produto, a estimativa do impacto marginal do investimento no produto é pouco significativa (0,277). A elasticidade média, no período em análise, do produto em relação à FBCF foi estimada em 0,088, isto é, a um aumento de 1% na FBCF o produto reagiu com um aumento de apenas 0,088%¹⁴.

Investimento elevado
Fraco impacto no produto

O esforço de investimento no sector agro-florestal (FBCF/VABpb), por seu lado, apresentou valores significativos ao longo de todos os anteriores períodos de programação, na ordem dos 20 %.

2000-2004¹⁵.

Relativamente aos investimentos nas explorações agrícolas, mantém-se um significativo nível de apoio à FBCF agrícola, que atingiu os 15% no período

De salientar ainda que o investimento no sector continua a sofrer importantes condicionantes motivadas por um enquadramento geral em matéria de acesso ao crédito e de mecanismos de gestão de riscos a custos elevados, justificando-se a tomada de medidas e a concepção de instrumentos que intervenham neste domínios para facilitar, desta forma, o investimento.

Evolução das trocas comerciais

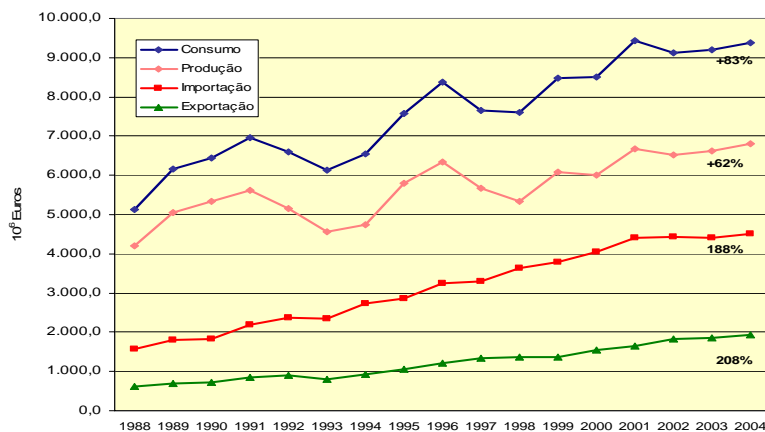
Desde 1991 que a contribuição do CAF para o saldo da balança comercial do total da economia tem sido negativa, marcada por um agravamento do défice da balança comercial agro-alimentar, apesar da tendência de crescimento das exportações nacionais e do superavit da fileira florestal.

¹⁴ Fonte: GPPAA com base em INE, CEA, base 1995 e 2000

¹⁵ Fonte: GPPAA, apoios ao investimento nas explorações agrícolas

Portugal é um importador líquido no complexo agro-alimentar. O aumento das importações agro-alimentares tem sido, desde a adesão à Comunidade, exponencial e, se bem que a produção nacional tenha aumentado, esta tem sido incapaz de responder ao ritmo de crescimento da procura, acentuando-se o afastamento entre a produção e o consumo, e entre os valores das importações e das exportações.

Gráfico I.10 – Evolução da produção, consumo, importações e exportações no sector agro-alimentar



Fonte: EUROSTAT

Esta situação tem sido particularmente expressiva nos sectores do azeite, cereais, frutas, e suínos, ainda que com respostas bastante diferenciadas. O vinho tem uma expressiva orientação exportadora. As frutas e o azeite, por exemplo, têm respondido positivamente a este aumento do consumo, mas aquém das suas potencialidades. Sectores como o azeite, arroz, hortofrutícolas, aves e ovos, leite e produtos lácteos recorrem à importação, quer para satisfazer o

consumo quer para viabilizar exportações de maior valor acrescentado.

Portugal é exportador em produtos florestais: cortiça, madeira, produtos resinosos, pasta, papel e mobiliário, tendo-se registado uma quebra global nas importações e um crescimento consistente das exportações nos últimos cinco anos. A balança comercial, em 2003, ultrapassou os 1000 milhões de Euros, e a taxa de cobertura é superior a 100%.

Em síntese, desde 1993 que aumentou a nossa dependência do mercado comunitário. Em 2004 cerca de 75% do agro-alimentar foi satisfeito por produtos de origem comunitária, e cerca de 76% das nossas vendas destinaram-se a outros Estados-Membros da UE. Esta absorve mais de 90% das exportações portuguesas de madeira, mobiliário e pasta, cerca de 50% de produtos da cortiça, 74% de papel e 65% de produtos resinosos.

Estrutura das explorações agro-florestais

No Continente, a dimensão média das explorações era, em 2003, de 10,4 ha de SAU, metade da média da UE, em comparação com uma média de 9,4 SAU/exploração em 1989¹⁶. Verificou-se, assim, uma evolução positiva nos últimos anos, mas sem impacto suficiente para alterar os traços dominantes anteriores. Coabita uma concentração de explorações de pequena dimensão no Norte e Centro do país (5,7 e 4,9 ha de SAU/exploração, respectivamente) e de maior dimensão no Alentejo (46,5 ha de SAU/exploração). Cerca de 77% das explorações têm menos de 5 ha, mas ocupam apenas 18% da SAU.

Estrutura fundiária dicotómica e fragmentada, evolução positiva da dimensão

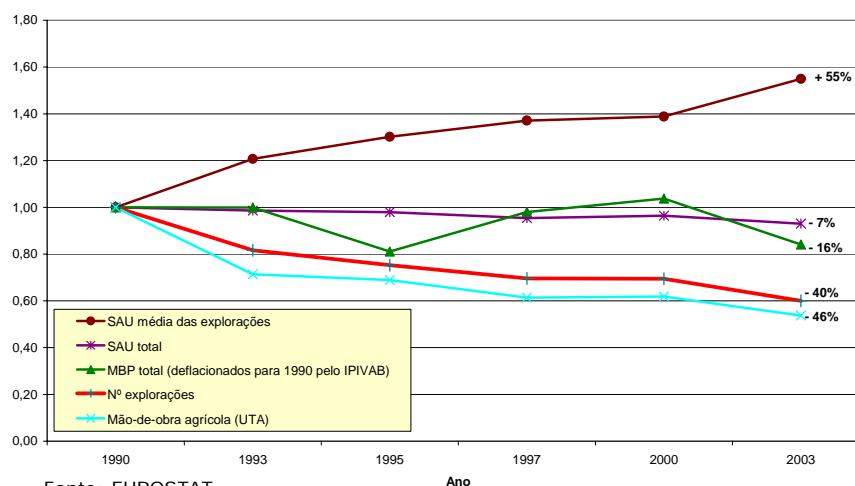
No sector florestal, cerca de 85% do total das propriedades florestais têm menos de 3 ha, abrangendo apenas 12% da área florestal. A propriedade é maioritariamente privada (83%) e desta 10% pertence à indústria.

Igualmente, o nível de fragmentação da propriedade rústica permanece extremamente elevado, com uma área média de 0,8 ha por prédio, constituindo um factor de bloqueio adicional à gestão mais eficiente das explorações.

Esta situação, como se disse, tem vindo a sofrer uma evolução positiva. Entre 1990 e 2003 assistiu-se a uma redução de 40% no número de explorações e um aumento de 55% da dimensão média, acompanhada duma redução de 46% na mão-de-obra agrícola. Em contrapartida, a Superfície Agrícola Útil (SAU) e a Margem Bruta Padrão (MBP) total apresentaram reduções, 7 e 16%, respectivamente.

¹⁶ Fonte: Inquérito às estruturas das explorações agrícolas, 2003; RGA 89

Gráfico I.11 – Índices de evolução estrutural



A diminuição do número de explorações deve-se, sobretudo, ao decréscimo daquelas com dimensão inferior a 16 Unidades Dimensão Económica (UDE), já que as explorações de grande e muito grande dimensão ($> = 40$ UDE) tiveram, pelo contrário, uma evolução bastante superior à média nacional, sendo significativa no que diz respeito ao número de explorações e à SAU.

Evolução positiva na dimensão económica

As alterações à estrutura da propriedade com vista ao seu redimensionamento através de formas tradicionais de emparcelamento têm-se mostrado extremamente complexas, difíceis e morosas, e de impacto limitado.

Estas dificuldades aconselham a que se adoptem soluções inovadoras, procurando-se, nomeadamente, sinergias com estratégias integradoras como as de fileira, ou ainda no quadro de desenvolvimento dos projectos de regadio.

No caso das propriedades florestais, a criação das Zonas de Intervenção Florestal, com vista a criar dimensão para uma gestão profissionalizada, vai neste sentido.

A realização do cadastro da propriedade rústica nos próximos anos merece uma referência especial, dado que é uma ferramenta indispensável a uma adequada gestão do território e dos seus recursos.

Nas Regiões Autónomas verificaram-se, na generalidade, as tendências de evolução registadas no resto do país.

Na Região Autónoma dos Açores a dimensão média das explorações aumentou de 4,8ha para 8,8 ha entre 1990 e 2003, resultado de um aumento da SAU (19%) e de uma diminuição acentuada do número de explorações (-35%). A fragmentação das explorações continua muito elevada, com uma média de 5,6 blocos por exploração, dos quais mais de 80% com menos de 1 ha. No mesmo período aumentou significativamente o número de explorações com mais de 20 ha e a respectiva área associada (74%), registou-se um aumento das explorações com dimensão superior a 16 UDE e um decréscimo em todas as classes de dimensão económica inferiores. Esta evolução foi acompanhada por uma redução de 34% da mão-de-obra agrícola e de uma consolidação da especialização na produção leiteira. Esta Região apresenta valores superiores à média nacional no que se refere aos indicadores SAU/UTA, MBT/exploração e MBT/SAU e valores inferiores relativamente à SAU/exploração e UTA/exploração. Registe-se ainda o facto de apresentar a menor proporção de SAU por conta própria: 38% contra 71% de média nacional¹⁷.

Na Região Autónoma da Madeira, a dimensão média das explorações era, em 2003, de 0,41 ha de SAU, tendo evoluído positivamente nos últimos anos (0,3 ha SAU/exploração em 1989). O nível de fragmentação é extremamente elevado, verificando-se uma área média de 0,09 ha por bloco com SAU, e 34% das explorações (37% da SAU) subdivididas entre 3 e 5 blocos. Em 2003, 74% das explorações agrícolas apresentavam uma dimensão económica inferior a 4 UDE e 24% das explorações eram pequenas explorações ($4 > 16$ UDE). Esta Região apresenta valores inferiores à média nacional no que se refere aos indicadores SAU/exploração, UTA/exploração e

¹⁷ Fonte: INE – RGA 99 e Anuário Estatístico da RAA 2004

MBT/exploração e muito superiores à média nacional relativamente à MBT/SAU. Apresenta ainda a maior proporção de SAU por conta própria de todo o país, 92%¹⁸.

Maior especialização das explorações

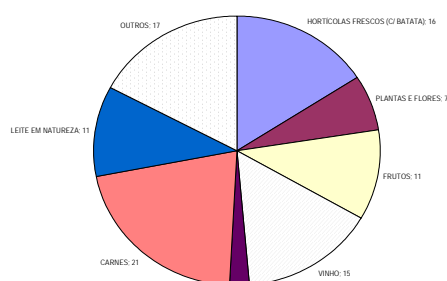
No que diz respeito à orientação produtiva das explorações verifica-se um aumento de grau de especialização, passando estas a ocupar 61% da SAU¹⁹, o que aponta para uma mais eficiente utilização dos recursos.

As produções mais importantes

A estrutura da produção agrícola, no triénio 2002-2004, cobria um leque diversificado de sectores, nomeadamente o vinho (15%), as hortícolas frescas (16%), a fruticultura (11%), o azeite (2%), as carnes (21%) e o leite (11%). A cortiça contribuía com 42% da produção no ramo silvícola.

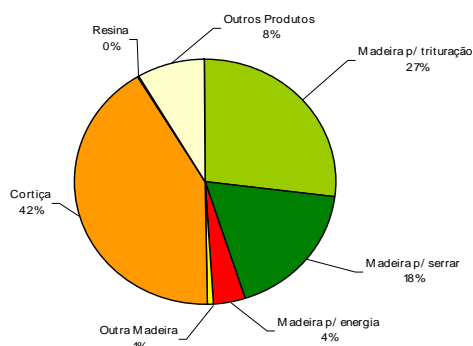
O vinho e as horto-frutícolas, na fileira agro-alimentar, e a cortiça, na fileira florestal, são os sectores de maior dimensão na produção.

Gráfico I.12 – Repartição da produção agrícola (%)



Fonte: INE, CEA, 2002 - 2004

Gráfico I.13 – Repartição da produção silvícola no Continente (%)



Fonte: Mendes, A. Et al, 2004, The Portuguese Forests. Country level report delivered to the EFFE Project, evaluating, financing of forestry in Europe

O valor económico da produção silvícola é superior a mil milhões de Euros, distribuídos pelos sectores da produção de cortiça (42%), madeira para trituração (27%), madeira para serrar e folhear (18%), madeira para energia (4%), bem como o mel, frutos secos e cogumelos.

As Regiões Autónomas apresentam uma estrutura de produção menos diversificada, que assenta nas suas vantagens naturais para a produção animal (Açores) e vegetal (Madeira). Na Região Autónoma dos Açores, a produção animal representa 86% do total da produção agrícola. O leite e a carne de bovino, com um peso de, respectivamente, 54% e 19% no total da produção agrícola, são os sectores mais representativos. Na Região Autónoma da Madeira, a estrutura de produção caracteriza-se por uma predominância da produção vegetal (79%), destacando-se os sectores das hortícolas frescas, incluindo a batata (37,4%), dos frutos subtropicais, com relevo para a banana (20%) e do vinho (7%)²⁰.

Nestas Regiões predomina a floresta de protecção, pelo que o valor da floresta se expressa fundamentalmente em termos de defesa do ambiente, através do controlo da erosão, do fomento da biodiversidade e manutenção e melhoria da paisagem.

A situação actual das fileiras

A produção agro-florestal nacional encontra-se centrada num conjunto de fileiras, das quais se destacam, no Continente, as frutas e produtos hortícolas, azeite, vinho, carnes, leite, cereais e fileiras florestais; na Região Autónoma dos Açores, leite, carne de bovino, outras carnes, fruticultura, horticultura, culturas industriais, floricultura e ornamentais, vinho e fileiras florestais; e na Região Autónoma da Madeira, fruticultura, horticultura, floricultura e ornamentais e vinho.

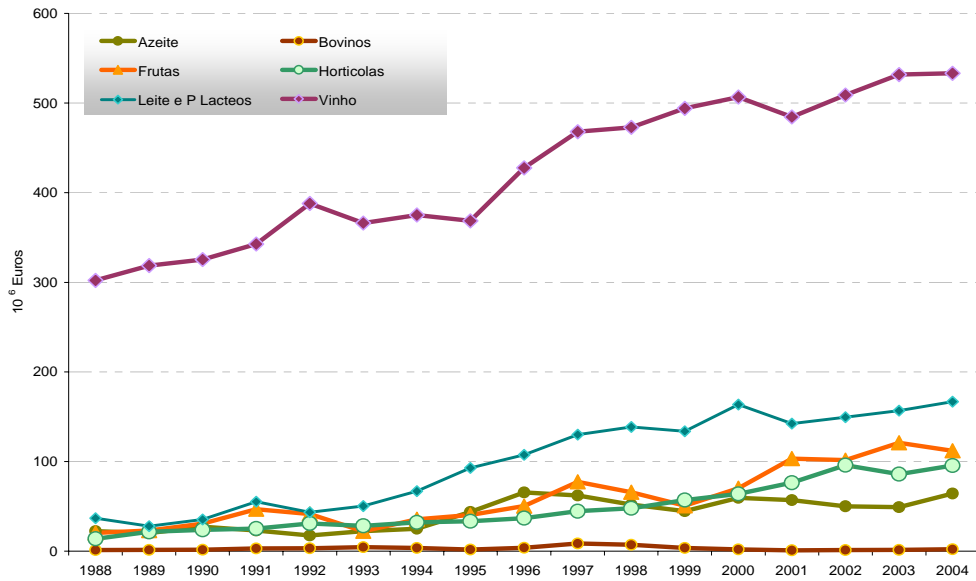
¹⁸ Fonte: INE – RGA 99 e Anuário Estatístico da RAM 2004

¹⁹ Eurostat, Farm Structure Surveys

²⁰ Fonte: INE: Contas Económicas da Agricultura Regionais 2000-base 95

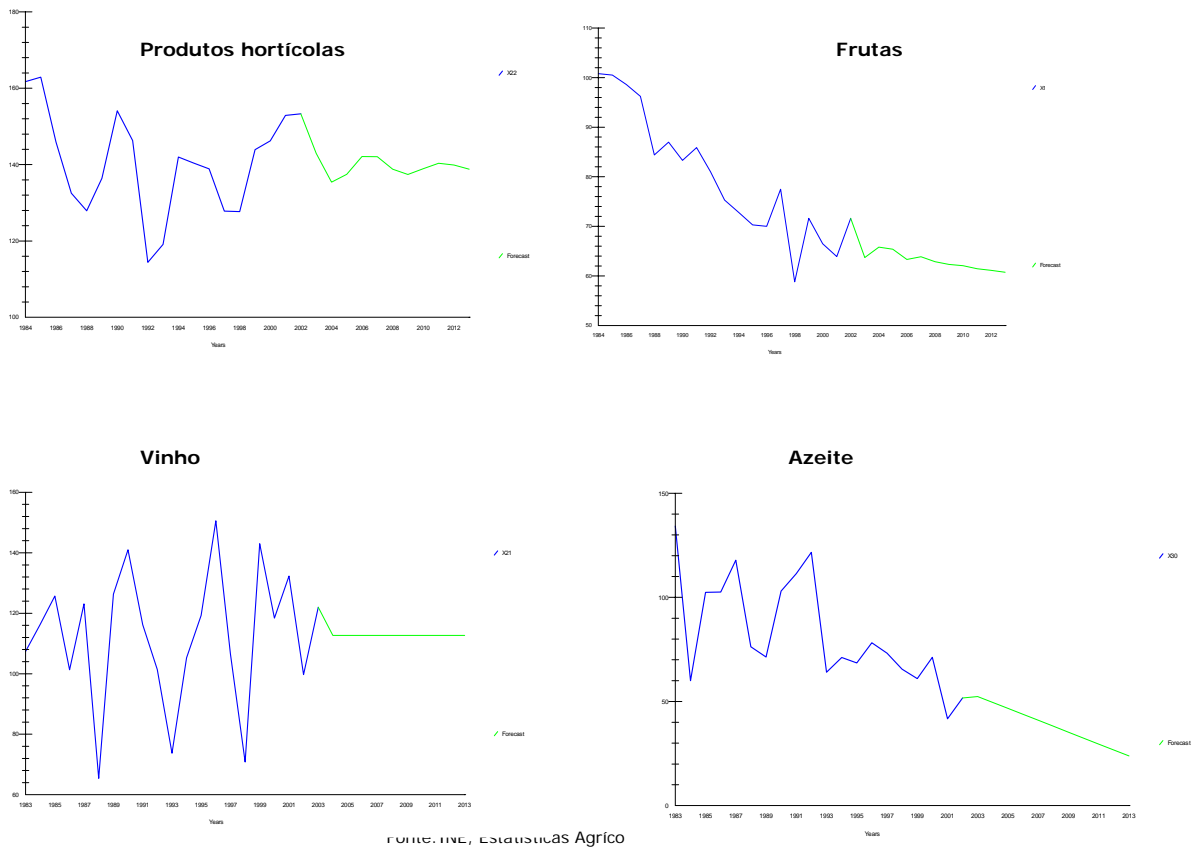
Apresenta-se a seguir, de forma sintética, a situação actual das principais fileiras.

Gráfico I.14 - Evolução das Saídas Nacionais dos Principais Produtos Agrícolas



Fonte : EUROSTAT

Gráfico I.15 - Grau de auto-provisionamento. Valores observados e previsão



Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas

Fileiras dos produtos hortícolas e frutícolas

As frutas e produtos hortícolas, incluindo as plantas e flores, constituem a componente mais representativa, 33,5% no triénio 2002/2004, na estrutura da produção agrícola nacional²¹.

²¹ Fonte: INE, Contas Económicas da Agricultura

Os produtos hortícolas, no mesmo triénio, contribuíram com 21,1% para o valor global da produção, um aumento significativo quando comparado com 16,6% no triénio de 1999/2001.

As frutas, no mesmo triénio, apresentam um peso de 12,4% na produção do sector agrícola. No decénio de 1996/2005 verificou-se um decréscimo médio anual em valor de -1,4%, com os índices de quantidades e de preços a decrescer à taxa de, respectivamente -0,9% e -0,6%. Ao contrário dos produtos hortícolas, as frutas revelaram uma tendência de decréscimo do peso relativo na estrutura da produção. Esta fileira contribui com cerca de 40%²² para o VAB vegetal.

Os produtos hortícolas, com excepção do tomate para indústria, apresentam níveis de produção insuficientes para responder ao consumo, sendo a balança comercial deficitária (Gráfico I-15). Para as frutas a situação é idêntica. Contudo, nos anos mais recentes constata-se um aumento significativo das exportações.

A produção tem factores de competitividade naturais, face a outros sectores e regiões, de natureza climática: número de horas de sol disponíveis, temperaturas amenas e fraca ocorrência de geadas no litoral. Adicione-se outros atributos complementares como existência de produtos com qualidade intrínseca e características de precocidade. Acrescente-se, ainda, uma forte densidade de actividades a jusante da produção.

Apresenta, no entanto, fragilidades, que mais se evidenciam com a globalização dos mercados, de que se destaca:

- Fraca organização e interligação com as actividades a jusante, e conseqüente dificuldade de afirmação junto de operadores grossistas. As Organizações de Produtores (OP) comercializaram, em 2004, respectivamente, 11% e 2,3% da produção nacional de frutas e produtos hortícolas²³. Constitui excepção o tomate para a indústria que, induzido pela regulamentação vigente, comercializa cerca de 100% do valor total da produção através das OP.
- Índice de industrialização modesto, cerca de 16%, e fortemente suportado pela indústria do tomate. Importante concentração da distribuição, localizada junto dos grandes centros populacionais.
- Oferta atomizada, de pequena dimensão e dispersa, reflectindo a estrutura das explorações agrícolas. No Continente, a área média das culturas hortícolas é de 1,43 ha por exploração e inferior a 1 hectare nas frutas frescas, à excepção da uva de mesa. A relativa pequena dimensão da exploração não é em si uma fragilidade, mas assume relevância associada às fragilidades geradas pela insuficiente organização comercial e industrialização. A integração das actividades e agentes pode, assim, induzir efeitos positivos na minimização desta limitação decorrente das estruturas de produção.
- Insuficiente atracção de jovens para a actividade: mais de 45% dos produtores com idade superior a 65 anos²⁴, fraco nível de formação e com pouca iniciativa para o investimento e a introdução da inovação.
- Níveis insuficientes de organização empresarial e profissional, com incipiente capacidade de inovação e de investimento na promoção da imagem, em particular dos produtos com características diferenciadoras face à produção massificada.
- Ausência de estratégias que se reflectem na capacidade quer de internacionalização quer de satisfação da procura interna, condicionada pela concentração irreversível do mercado retalhista e dinâmica da grande distribuição.
- Escassez de água com qualidade para rega e reduzida capacidade de armazenamento, condicionando a reconversão do sequeiro para o regadio ou a reestruturação de áreas de regadio individual imperfeito, assente em águas subterrâneas ou de má qualidade, factores determinantes para aumentar a produtividade e competitividade.
- Necessidade de reconverter pomares envelhecidos e instalar novas plantações. As principais fruteiras têm produtividades historicamente baixas quando comparadas com outros Estados-Membros; pomares recentes facilmente mais que duplicam esses valores.

Na Madeira, estes sectores pesam 61,1 % na estrutura da produção agrícola regional: 23,6% para a fruticultura, 23,2% para as hortícolas frescas e 14,3% para as plantas e flores. Estes sectores desenvolvem-se em explorações agrícolas de muito pequena dimensão, em parcelas isola-

²² Estimativa GPPAA

²³ Fonte: GPPAA

²⁴ Fonte: Eurostat, Farm Structure Survey

das, de acesso e mecanização difíceis, com área média de 0,14 ha nas hortícolas e 0,16 ha nas frutícolas. A produção hortícola intensiva, a par do sector das flores e plantas ornamentais, é aquela que tem atraído mais jovens para o sector. De destacar ainda os frutos subtropicais, em particular a banana pela importância sócio económica e paisagística, e a cana de açúcar, destinada à produção de “mel-de-cana” e de rum agrícola.

As principais necessidades destas fileiras centram-se na organização, inovação e no desenvolvimento de modos de produção adaptados à realidade regional, nomeadamente o modo de produção biológico, e na valorização e desenvolvimento das produções.

Nos Açores estes sectores pesam apenas 10,1% na estrutura da produção agrícola regional, evidenciando a existência de condições naturais pouco favoráveis ao desenvolvimento da maioria das culturas (ventos fortes, níveis de humidade propícios ao desenvolvimento de fungos e pragas), e de mercados locais muito pequenos e fragmentados. Estas culturas desenvolvem-se em explorações de dimensão média inferior a 0,5ha, com uma oferta fortemente atomizada e uma organização inexistente ou incipiente, a maioria da produção destinando-se aos mercados locais. São, contudo, importantes, devido ao valor paisagístico e cultural que lhes está associado e à existência de produtos com qualidade diferenciada e capacidade de expedição para o exterior, como o ananás de São Miguel. De destacar ainda a beterraba e o chá, com forte ligação entre a produção e a indústria.

As principais necessidades destas fileiras centram-se, igualmente, na organização, na inovação, nomeadamente através do desenvolvimento de modos de produção adaptados às condições naturais regionais e na valorização e desenvolvimento das produções de qualidade diferenciada.

Fileira do azeite

A presença do olival, importante em grandes áreas do Continente, predominantemente em regiões desfavorecidas, representa, em termos de valor da produção, cerca de 1% (90 milhões de Euros), enquanto no período pós-adesão superava 2%²⁵.

Se a produção de base viu diminuído o seu peso, a transformação e comercialização apresentaram dinamismo, constatado quer pelo desempenho no mercado interno, quer para exportação. O sector produtivo tem pouca ligação às actividades a jusante, de que a orientação exportadora da indústria sem o recurso a produção nacional é um indicador. Esta cresceu de 30%, em 1988, para valores entre os 60% e os 75% nos últimos anos, tendo como principais mercados alvo o Brasil, a Venezuela, os EUA e o Canadá. Esta dinâmica é predominantemente alimentada pela produção de Espanha: em 1988 as entradas/importações eram inexistentes, actualmente representam um montante equivalente a 2% do total das entradas do complexo agro-alimentar.

As condições edafoclimáticas estão adaptadas à cultura e à sua localização ao longo de todo o território nacional, com importante diversidade de variedades, potencializando os requisitos para a produção de azeite de qualidade. O sector produtivo, contrariando a evolução das últimas décadas, tem vindo a mostrar alguma dinâmica nos últimos tempos, que se traduz no aumento da área de olival regado e na instalação de novas plantações, em particular ao abrigo do programa comunitário, de que Portugal beneficiou entre 1998 e 2006, que permitiu a instalação de 30.000 hectares.

Na transformação procedeu-se a uma concentração, modernização e adaptação tecnológica dos lagares, respondendo às exigências da regulamentação comunitária em matéria de higiene e condições ambientais: de cerca de 1000 lagares em meados da década de 90, passou-se para menos de 600²⁶. Os lagares encontram-se espalhados e relativamente bem localizados nas regiões de produção, factor adicional para a qualidade.

Na comercialização, as Organizações de Produtores reconhecidas, predominantemente estruturas cooperativas, comercializam cerca de 35% do total da produção.

A fileira apresenta, contudo, bloqueios que, não sendo contrariados, condicionam o seu desenvolvimento a prazo. Tendo subjacente a necessidade de aquisição de escalas e a retenção de mais valias, sobressaem como principais limitações:

- Insuficiente organização e integração da produção com a transformação e comercialização, debilitando a capacidade de inovação para resposta a maiores exigências de qualidade do mercado.
- Débil qualificação dos agentes, nomeadamente no domínio da gestão empresarial.

²⁵ Fonte: EUROSTAT

²⁶ Fonte: ACACSA

- Olival degradado, baixo nível de mecanização, tecido produtivo fragmentado (20,9% do olival em explorações com menos de 2 ha).
- Fraco recurso ao regadio: domina o olival de sequeiro, que ultrapassa 80% da área, representando cerca de 90% quanto ao número de olivicultores.
- Dificuldades e limitações impostas pelo regime do pagamento único, fortemente restritivas da reestruturação do património olivícola com vista à instalação de novas plantações.

Fileira do vinho

A vinha encontra-se implantada em quase todo o território nacional, com expressão significativa ao nível da dimensão económica, social e ambiental. O vinho representa 16 % do total da produção agrícola, apresenta receitas anuais da ordem dos 1.000 milhões de Euros, repartidas de modo equilibrado entre o mercado de exportação, com acentuado impacto do Vinho do Porto (média anual superior a 350 milhões de Euros), e o mercado interno. A sua estrutura de produção apresenta características muito semelhantes às dos outros sectores: predominância da pequena propriedade em termos do número de agricultores e área, onde o peso das adegas cooperativas representa metade da produção. O sector tem problemas de envelhecimento, deficiente preparação para a gestão profissionalizada, e áreas importantes de produção a necessitar de reconversão para variedades adequadas aos mercados.

A evolução das saídas, Gráfico I-14 mostra a importância do comércio externo para a fileira vitivícola, quer em termos de receitas, quer em termos de escoamento de excedentes, com um grau de auto-provisionamento médio na ordem dos 120%. Nas últimas campanhas tem-se assistido à estabilização do volume de vinho produzido em torno do valor médio da década (7,1 milhões de hectolitros)²⁷, sinal claro da maior solidez dos processos produtivos e da cristalização do potencial vitícola.

Constata-se a fraca evolução ou estagnação do valor gerado pela exportação, enunciando uma perda de competitividade face aos produtores do Novo Mundo, agravado igualmente pela quebra do consumo interno.

O sector já procedeu a uma importante modernização e reestruturação nas últimas décadas, mas são consideradas ainda insuficientes ou incompletas. Há, pois, necessidade de continuar a intervir ao longo de toda a fileira, continuando acções de reestruturação da vinha, de qualificação profissional e melhoria da capacidade de organização e gestão, com particular atenção ao sector cooperativo, assim como do redimensionamento das empresas; de aumento e orientação do investimento em I&D para as necessidades do sector.

Para poder criar as condições de competitividade requeridas por um mercado extremamente agressivo e em grande mutação a nível mundial, é necessário criar sinergias e economias de escala através de formas de integração ou cooperação para actuar ao longo da fileira, procurando desenvolver ou consolidar posições destacadas nos mercados compradores, designadamente os de exportação, aproveitando a imagem internacional do Vinho do Porto e de outros vinhos portugueses de prestígio.

Face às novas condições de concorrência a nível local e global, o sector do vinho, e em especial as adegas cooperativas, carece de dimensão crítica que lhe permita, através de acções concertadas e de profunda reestruturação, implementar estratégias empresariais mais consistentes nos domínios da gestão, do marketing e da qualidade.

Na Madeira este sector pesa 7,3% na estrutura da produção regional, encontra-se implantada em mais de 55% das explorações agrícolas, ocupa 23% da SAU, com receitas anuais na ordem dos 14 milhões de Euros provenientes significativamente da expedição para o mercado nacional (53%) e exportação (23%) do Vinho da Madeira. O sector tem-se modernizado e reestruturado, apostando na diversificação, mas é necessário dar continuidade a estas acções, em especial a de reestruturação das vinhas.

Nos Açores a produção de vinho representa apenas 0,4% da produção agrícola regional, concentrada em 3 regiões demarcadas (Pico, Terceira e Graciosa). Devido às condições naturais do arquipélago, a vinha é produzida em explorações de muito pequena dimensão, segundo métodos tradicionais, em curraletas e lagidos, zonas com elevado valor paisagístico e cultural. O sector precisa de reforçar a sua organização e continuar a reestruturação.

²⁷ Fonte: IVV

Fileira do leite

Representando actualmente cerca de 11% da produção agrícola nacional, o sector de lacticínios registou um desempenho notável no período pós-adesão à Comunidade, traduzido por uma oferta crescente de leite e produtos lácteos, e pela melhoria global da qualidade da matéria-prima e dos produtos transformados.

A especialização das estruturas produtivas e industriais possibilitaram a construção de uma verdadeira fileira agro-industrial, sendo de realçar o papel determinante desempenhado pelas cooperativas na sua consolidação e robustecimento.

Ao nível da produção primária registou-se um aumento da dimensão das explorações, à custa de um significativo abandono dos produtores de menor dimensão, e a uma concentração territorial em pólos geográficos restritos, junto das indústrias transformadoras.

Ainda que a média nacional se encontre aquém da média da UE, a maior parte do leite é recolhido em explorações com entregas superiores a 150 toneladas. De salientar que 75% da produção nacional é assegurada por 20% das explorações, estando a grande maioria especializadas na bovinicultura de leite. A quantidade de leite produzida nas explorações é também resultado do aumento do rendimento por vaca, idêntico ao da média comunitária.

A concentração regional das explorações, a par da intensificação da produção, conduziu a uma crescente pressão ambiental, cuja resolução se afigura de vital importância para a sustentabilidade futura do sector. Ao nível da indústria, o mercado nacional é hoje dominado por um universo restrito de empresas de grande dimensão, à escala nacional e regional, com excepção do subsector do queijo, onde prolifera um número muito significativo de empresas de pequena/média dimensão. Destaque ainda para a presença de multinacionais, quer na fase de transformação (queijo), quer ao nível da distribuição de produtos importados.

Acresce que o sector do leite apresenta ainda uma incipiente vocação exportadora, existindo alguma colocação de queijos em países terceiros, particularmente nos EUA, para o mercado específico da emigração.

O principal destino do leite recolhido é o leite líquido (magro e meio gordo), do qual resulta um excedente estrutural de manteiga. De uma forma geral, o grau de diferenciação dos produtos é muito reduzido, com excepção dos produtos frescos. Ao nível do consumo, Portugal apresenta capitações substancialmente inferiores à média da UE, na manteiga e nos queijos, e valores muito próximos nos produtos frescos (leites fermentados) e leite líquido.

O consumo tem evoluído positivamente nos produtos frescos, tendo, no que respeita ao leite e aos queijos, estagnado nos últimos anos.

O grau de auto-suficiência²⁸ é superior a 100% nas bebidas à base de leite e na quase generalidade dos produtos com menor grau de diferenciação/valor acrescentado, tais como o leite de consumo (107%) e, em particular, na manteiga (130%) e no leite em pó gordo (150%). Contrariamente, o nível de auto-suficiência nos produtos de alto valor acrescentado apresenta valores muito baixos (78% no queijo e 45 % nos leites acidificados).

De notar que as importações destes dois últimos produtos representam cerca de 65 % do valor total, sendo deste modo responsáveis pelo elevado défice da balança comercial que atingiu, em 2004, 160 milhões de Euros.

Esta evolução positiva e consolidação como fileira não impedem a existência de algumas debilidades, que tornam o sector vulnerável.

A nível interno, o crescente poder negocial exercido pelas grandes superfícies tem conduzido a uma importância acrescida das marcas do distribuidor e dos produtos denominados "1º preço". Deste fenómeno, que se regista em todo o espaço da UE, e tem uma dimensão importante (20 a 30% do valor comercializado), resulta o esmagamento das margens comerciais das indústrias.

A pressão à baixa dos preços, resultado da substituição dos apoios via preços pelos apoios ao rendimento dos produtores (reforma da PAC de 2003), implica uma adaptação da gestão a um aumento da concorrência e a novos (mais baixos) preços de mercado.

A produção nacional encontra-se actualmente ao nível da quota atribuída, o que torna particularmente difícil o aumento da produção industrial, apesar do défice de abastecimento em alguns produtos. Assim, a expansão para além da fronteira nacional deverá igualmente ser equacionada com o objectivo de diversificar produções e mercados.

²⁸ Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas

O sector tem, pois, uma base produtiva organizada, especializada e concentrada num número restrito de produtores, tem um mercado de produtos frescos em crescimento e modernizou a sua indústria.

As principais áreas de intervenção deverão, assim, centrar-se na diferenciação da produção aumentando o valor acrescentado através da criação, nomeadamente, de um regime de qualidade certificada; no investimento nas áreas ambientais (gestão de efluentes e tratamento de subprodutos) e criação de dimensão nas indústrias do queijo, continuando a fomentar economias de escala ao nível das explorações leiteiras.

Destaca-se a importância desta fileira nos Açores, com um peso de 54% na produção agrícola regional, resultados das excelentes condições naturais para a produção pecuária.

Nesta Região, que produz 27% do leite comercializado a nível nacional, a transformação e comercialização são asseguradas por empresas de dimensão nacional, multinacionais e cooperativas regionais, sendo o Continente o principal mercado de destino dos produtos transformados.

Verificou-se, na última década, um aumento significativo dos rendimentos por vaca e da dimensão média da exploração leiteira, mas continua a imperar a produção em regime de pastoreio extensivo. Na campanha 2005/2006, 68% do leite foi recolhido em explorações com entregas superiores a 150 toneladas (que representam 38% do total das explorações com entregas), revelando um menor grau de concentração do que no Continente. De registar, no mesmo quinquénio, uma forte modernização das indústrias transformadoras. Decorrentes das condições geográficas, e ao contrário do Continente, os principais destinos do leite recolhido são o queijo, o leite em pó e a manteiga, que, em 2004, representavam, respectivamente, 47%, 93% e 25% da produção nacional. A maioria destes produtos tem baixo valor acrescentado, verificando-se ainda uma insuficiente promoção e valorização no mercado de produtos regionais de qualidade diferenciada como certos queijos e manteigas.

O seu peso na produção nacional e o universo das indústrias que operam na Região determinam que a evolução da fileira regional seja indissociável da evolução verificada a nível nacional. Contudo, as especificidades territoriais do arquipélago dificultam a organização da fileira e a sua capacidade negocial, as economias de escala, a produção de produtos de maior valor acrescentado e o acesso aos factores de produção e aos mercados, num cenário de restrição ao aumento da produção.

A principal necessidade desta fileira, de importância determinante na economia regional, centra-se, assim, no aumento do valor acrescentado do sector através da melhoria da organização da fileira regional, da modernização e inovação ao nível dos produtos, tecnologias e processos de produção, recolha, transformação, comercialização e qualificação ambiental e, sobretudo, do desenvolvimento e valorização de produções regionais de qualidade diferenciada.

Fileira da carne

A produção animal é constituída por vários sectores, representando realidades, por vezes, muito diferenciadas. Representou globalmente, no período 2000-2005, 36,8% da produção agrícola (preços de mercado), 25,6% relativos às carnes. A carne de suíno, com 8,5% tem maior peso, seguida das aves de capoeira e ovos, com 6,7%, carne de bovino com 5,9% e a carne de ovino e caprino com 2%²⁹. A carne de suíno é a mais consumida.

No global, tem um grau de auto-provisionamento total médio de cerca de 74%. O sector da carne de aves é auto-suficiente, sendo este indicador mais baixo na carne de bovino, cerca de 59%. Os principais fornecedores estão na UE, embora as importações de países terceiros, em particular do Brasil, tenham aumentado.

De destacar a importância da carne de bovino nos Açores com um peso de 19,4% na estrutura da produção agrícola regional, resultante, tal como no sector do leite, das boas condições naturais do arquipélago para a produção pecuária. A produção de carne está em grande parte associada à produção de leite, a organização da fileira é praticamente inexistente. O arquipélago é auto-suficiente e envia gado vivo para o Continente e Madeira. Os condicionalismos geográficos constituem um forte entrave ao seu desenvolvimento, mas deve apostar no aumento do seu valor acrescentado, melhorando a organização da fileira, a especialização em raças de carne, a promoção e valorização da "Carne dos Açores", o desenvolvimento e valorização dos produtos transformados.

²⁹ Fonte: INE, CEA

Na Madeira o sector da carne de bovino representa apenas 1,5% da produção agrícola regional sendo o grau de auto-aprovisionamento muito reduzido.

Nos sectores da carne de suíno, aves e ovos, os Açores são auto-suficientes e a Madeira tem um grau de auto-aprovisionamento de cerca de 50%, aplicando-se-lhes a análise sectorial apresentada.

Carne de bovino

A fileira encontra-se fragmentada, com baixo nível de integração, quer vertical quer horizontal, e reduzida participação da produção a jusante.

A produção de vitelos para engorda é efectuada em explorações especializadas em regime extensivo, ou em explorações leiteiras, com o peso destas últimas a ter tendência para reduzir, pela diminuição do efectivo leiteiro conseqüente ao aumento da sua produtividade e pelo aumento significativo do efectivo de vacas aleitantes. Posteriormente os vitelos são engordados e acabados em regime intensivo, no geral. Consta-se algum crescimento das engordas nas explorações de vacas aleitantes, mas ainda com pouco significado.

O nível de articulação com a indústria é muito baixo, comportando-se esta como prestadora de serviços, não existindo qualquer dinâmica de estratégias de cooperação para a acções concertadas.

Em termos de ocupação do território a pecuária extensiva tem expressão significativa, sendo previsível, na sequência da Reforma da PAC de 2003, um reforço da capacidade forrageira das explorações aleitantes e conseqüente aumento da produção.

Carne de ovino e caprino

Caracterização semelhante à carne de bovino, associada à produção extensiva, no entanto é um sector em declínio por dificuldades inerentes à actividade e à baixa rentabilidade das explorações.

A expansão da fileira passa pelo reconhecimento da utilidade destes animais no aproveitamento de zonas marginais do território, pela inversão da tendência para a redução do consumo que actualmente se verifica, concentração da oferta e pela valorização de produtos que não apenas a carne, como o leite e a lã.

Carne de suíno

É um sector que assenta maioritariamente na produção pecuária intensiva, com um grau de industrialização elevado, no entanto a polarização entre produção e indústria leva a que não exista verdadeiramente uma integração vertical da fileira.

A possibilidade de expansão deste sector está dependente de um aumento da concentração da oferta, assim como uma maior ligação da produção à indústria. Por outro lado, sendo um sector particularmente afectado por normas exigentes nos domínios do ambiente, segurança alimentar e bem-estar animal, a progressão da fileira está também dependente da capacidade de adaptação das explorações a estas novas regras.

Há ainda a referir, pelo seu potencial de desenvolvimento, as produções baseadas em regimes extensivos, com particular destaque para o porco da raça alentejana, que se enquadram numa óptica de qualidade e diferenciação, com o conseqüente aumento da competitividade das explorações.

Carne de aves

Este sector é essencialmente industrial e concentra num número diminuto de operadores de criação intensiva de estirpes de crescimento rápido. A organização em sistemas de integração é a sua dominante: com base em contratos entre os principais grupos económicos, em integração vertical de toda a fileira, os produtores obtêm matéria-prima (pintos do dia), apoio logístico e técnico, e canal de escoamento. As denominadas "criações especiais" correspondem a produção diferenciada em sistemas de certificação, e representam cerca de 2% do mercado.

O sector da carne sofre, em particular, a pressão de factores conjunturais relacionados com crises sanitárias e de confiança do consumidor (BSE, gripe aviária), bem como de custos acrescidos resultantes duma constante exigência para toda a cadeia alimentar relacionada com as normas nos domínios ambientais, segurança alimentar e de bem-estar animal, e num contexto internacional de maior concorrência e abertura de mercados.

Por outro lado, é de salientar o baixo grau de auto-aprovisionamento para três de entre estes subsectores, o que permite perspectivar margem de crescimento em substituição de importações, necessitando, para isso, de reforçar a sua competitividade.

Ovos

No sector dos ovos de consumo constatou-se um período de crescimento que atingiu um pico em 2000, 150.878 mil dúzias, com variações nos anos seguintes. A produção anual situa-se à volta das 100.709 ton. e o consumo per capita em 168 ovos/habitante.

A quase totalidade da produção é efectuada em cerca de 175 explorações³⁰ e embalada em 93 centros de inspecção e classificação. Além destas explorações especializadas, existem cerca de 234.760 explorações³¹, maioritariamente para autoconsumo. O grau de auto-aprovisionamento é cerca de 108%. O abastecimento dos aviários de postura é normalmente garantido por um sistema de cria e recria de galinhas a partir das estruturas próprias do mesmo avicultor. Os centros de inspecção e classificação funcionam geralmente como grossistas, na maioria junto às explorações, com dominância nas regiões do Ribatejo e Oeste e Beira Litoral.

O sector assistiu a uma concentração muito significativa na última década: o número de explorações passou de 387.160 em 1990 para 235.280 em 2000. Em 2000, 90 explorações com mais de 30.000 poedeiras representavam 70% do total, enquanto em 1990 esta categoria de explorações representava menos de 50% do efectivo. O mercado está ainda pulverizado, o maior produtor/embalador representa 8% do efectivo explorado industrialmente e os oito maiores produtores representam 35%. Nos centros de inspecção e classificação o maior embalador tem uma quota de mercado de 13% e os oito maiores representam 41% do mercado. Estima-se que cerca de 49% dos ovos são comercializados pelo retalho, 24% destinam-se à transformação, 14% para o sector alimentar e 13% para exportação.

Existe uma unidade de transformação que recebe matéria-prima de 60% das unidades produtivas, efectuando exportações significativas para Espanha, onde já detém uma quota de mercado de cerca de 13%. Exerce ainda uma função de "regulação" do mercado, recebendo excedentes para transformação.

Cereais

O sector dos cereais representou, no quinquénio 2000-2005, 2,3% da produção agrícola, a preços de mercado, atingindo 4,3% a preços de base³², o que reflecte o elevado grau de apoio antes da reforma da PAC de 2003. Os cereais para grão ocupam cerca de metade da área de culturas temporárias (466.015 ha) e estão maioritariamente associados à produção animal. O principal destino são as indústrias de rações, sendo excepção o caso do trigo mole, em que 2/3 da produção se destinam à indústria de panificação, enquanto que na cevada se tem verificado um aumento da produção nacional utilizada na indústria cervejeira, decorrente do aumento da área de cevada dística. O trigo duro, que viu reduzida drasticamente a sua área de produção em resultado da reforma da PAC, tem toda a sua produção absorvida pelas indústrias de massas alimentícias. Representam ainda uma parte muito significativa das superfícies forrageiras, extremes ou em consociação, destacando-se a aveia com 151.491 ha, importante suporte da pecuária extensiva, e o milho silagem com 97.000 ha³³, intimamente associado às regiões de produção leiteira.

A produção cerealífera tem apresentado grande variabilidade anual, em resultado das políticas de apoios, além das condições climáticas. Ao nível do regadio, a cultura do milho é a mais importante, representando cerca de 26% do total da área irrigável do país.

O grau de auto-aprovisionamento é muito reduzido, cerca de 31%. São o segundo produto agrícola nas importações, cerca de 10% do total dos produtos agro-alimentares (442 milhões de euros em 2004), e menos de 2% do total das exportações (28 milhões de euros).

A organização da produção tem maior expressão no caso do milho grão, onde 37% da produção é comercializada via agrupamentos de produtores.

Destaque-se que os cereais em produção biológica representam 18% da área total em 2005.

A reforma da PAC de 2003 conduziu ao desligamento total das ajudas neste sector, reflectindo uma reorientação da política e introduzindo uma nova lógica de funcionamento determinada pelo mercado.

³⁰ Explorações com mais de 350 poedeiras

³¹ Explorações com menos de 100 poedeiras

³² Engloba os subsídios imputados a produções específicas

³³ Dados INE, Inquérito de estruturas agrícolas 2003

Arroz

A produção de arroz representa 0,6% da produção agrícola total (preços de mercado) e ocupa cerca de 24.000 ha, sendo Portugal o quarto produtor comunitário. O seu cultivo está associado às zonas húmidas, principalmente nos estuários dos principais rios, com uma mais-valia ambiental para a biodiversidade daquelas zonas.

O grau de auto-provisionamento é cerca de 86%, sendo as importações maioritariamente de arroz tipo agulha (Indica) e com tendências de consumo crescente. O consumo per capita é o dobro da média comunitária (14 kg/ano).

Mais de 30% da produção é comercializada via organizações de produtores e é totalmente absorvida pela indústria nacional, que, apresentando um certo grau de fragmentação, está em fase de concentração. O sector foi igualmente abrangido pela reforma da PAC, implicando uma reorientação da política para o mercado. A especialização em produtos diferenciados, de qualidade pode ser um dos caminhos a seguir, de que a recente atribuição de IGP ao arroz produzido numa das principais regiões de produção é um exemplo.

As fileiras florestais

A fileira da **Madeira de Serração**, associada em mais de 80% à utilização do pinheiro bravo, contribui anualmente com cerca de 156 milhões de euros para o Valor Económico Total da Floresta (VETF). Esta fileira tem vindo a assistir a um fenómeno de concentração com o desaparecimento de pequenas serrações, cujo número diminuiu de 732, em 1998, para 290 em 2005, mantendo-se, no entanto, o volume de vendas.

O aumento do valor desta fileira passa também pelo incremento das folhosas nobres de forma a possibilitar o desenvolvimento futuro da Fileira das Madeiras Nobres, a constituir, dado haver capacidade instalada ao nível da indústria de mobiliário que, actualmente, assenta em importação desta madeira.

A fileira da **Pasta e Papel**, também baseada em mais de 80% numa única espécie, o eucalipto, contribui anualmente com cerca de 193 milhões de euros para o VETF, apesar do valor unitário da madeira utilizada ter sofrido importante erosão devida ao aumento da concorrência resultante da globalização dos mercados. No entanto, a indústria do papel, artes gráficas e edições de publicações tem vindo a desenvolver-se significativamente nas últimas décadas devido à crescente integração vertical do sector.

A fileira da **Cortiça**, associada ao sobreiro, contribui para o VETF com cerca de 390 milhões de euros/ano, com um importante significado ao nível do emprego (mais de 12 mil) e das exportações. Tem, porém, questões associadas à sustentabilidade ligadas ao recurso matéria-prima, num contexto de alterações climáticas e aparecimento de alternativas à utilização da rolha natural.

A par destas fileiras tradicionais, o sector florestal nacional é atípico em relação ao de muitos outros países pela diversificação da actividade económica que apresenta. Para além dos produtos madeireiros baseados no pinheiro bravo e eucalipto, e da actividade corticeira, o sector florestal tem outros pólos economicamente activos a uma escala regional.

Estão, neste caso, produções não lenhosas como frutos e sementes, e actividades como o pastoreio extensivo, caça, pesca em águas interiores, e outros produtos (cogumelos, plantas aromáticas, mel e resina) que, na sua totalidade, representam cerca de 400 milhões de euros por ano, com claras tendências e possibilidades de aumento. Estas produções valorizam o espaço florestal numa lógica multifuncional, possibilitando rendimentos anuais que permitem a fixação de populações, e contribuindo para o desenvolvimento rural.

Alguns destes subsectores podem dar origem à criação de novas fileiras, que permitam a valorização dos produtos e a criação de mais valor acrescentado. De entre estes produtos, a castanha e o pinhão apresentam já condições para constituírem fileiras autónomas.

De forma a apoiar lógicas de verticalização e a responder às novas exigências dos mercados, torna-se obrigatório: uma adequada formação dos agentes; um aumento do valor dos produtos pela promoção, pela cooperação empresarial e pela modernização e capacitação das empresas; uma crescente certificação da cadeia de responsabilidade, desde os produtos até à gestão florestal.

Por outro lado, a minimização de riscos, com destaque para os riscos associados aos incêndios, é fundamental para o aumento do valor económico das florestas, sendo prioritário a melhoria da gestão, ordenamento dos povoamentos e infra-estruturas dos espaços florestais.

Nas Regiões Autónomas predomina a floresta de protecção, sendo as fileiras florestais incipientes. O único destaque vai para a fileira da madeira de serração nos Açores, ligada à cultura da criptoméria (*Cryptomeria japonica*), que ocupa cerca de 60% da área florestal de produção, repre-

senta 93% da madeira serrada nesta região e tem potencialidades a desenvolver. Em ambas as regiões o desenvolvimento, valorização e preservação da floresta de conservação ou produção, numa perspectiva multifuncional, são uma prioridade.

Avaliação global e perspectivas

Boas condições naturais e factores de competitividade.

Aumento da vocação exportadora das principais fileiras

De entre as fileiras agrícolas mais importantes, Portugal apresenta condições naturais particulares e/ou factores de competitividade adicionais para algumas como o vinho, azeite, leite, frutas e legumes, a que se adicionam os produtos da floresta. Este reconhecimento existe desde há muito tempo, bem como a identificação dos principais bloqueios e problemas, atrás elencados. Contudo, é forçoso reconhecer-se que a grande maioria deles ainda persiste, constatando-se, por vezes, o seu agravamento, num contexto comunitário e global mais exigente.

Muitas das dificuldades são comuns: fraca organização e qualificação do sector, em particular da produção; atomização e falta de dimensão da oferta; deficiente integração com a comercialização, a transformação, a exportação.

Em geral, as políticas de apoio aplicadas tiveram um grau de selectividade relativamente baixo, sendo acessíveis nas condições de elegibilidade exigidas. Pela sua natureza, trataram da mesma forma e com os mesmos requisitos actividades e actores por vezes em condições e com necessidades diferentes. O seu sucesso dependeu, muitas vezes, das dinâmicas individuais dos candidatos/promotores. Os impactes obtidos foram diversos, mas, no que respeita ao conjunto e dimensão dos problemas elencados, na generalidade, os resultados esperados globalmente ficaram aquém das metas pré-estabelecidas.

Está, assim, em questão a definição de uma outra forma de abordagem que possa melhorar as respostas aos problemas identificados. Esta abordagem deve privilegiar soluções integradas em contraponto a soluções individuais; deve ser flexível para poder ser ajustada aos diferentes problemas e adaptada aos objectivos específicos; deve promover a interligação entre as várias actividades necessárias à prossecução de estratégias e objectivos comuns de produção, comercialização, transformação, inovação e formação, isto é, uma abordagem de fileira e em rede. A abordagem de fileira deve ser incentivada e complementada com o apoio ao desenvolvimento de clusters³⁴.

Estas abordagens só são possíveis com a cooperação, activa e empenhada, de todos os seus actores, quer da Administração Pública quer da actividade privada, nas suas várias formas e competências, de maneira a criar dinâmicas e sinergias para ultrapassar estrangulamentos.

Neste contexto, a fileira do leite, no Continente, apresenta-se como exemplo de sucesso. Adoptou e assimilou internamente um conjunto de soluções, estruturou o sector e obteve resultados, tendo atingido um nível de organização que lhe permite prosseguir, com autonomia, o seu desenvolvimento. Contudo, persistem ou foram identificados outro tipo de problemas como os relativos ao tratamento dos efluentes, que necessitam de soluções precisas. Os vários sectores das carnes e ovos apresentam situações muito diferenciadas entre eles. As suas potencialidades, dimensão e impacto no território são muito variáveis a nível nacional e diferenciados entre regiões. As soluções deverão, assim, ser adequadas às suas especificidade e necessidades.

O sector dos cereais é, igualmente, muito diverso. As sucessivas reformas da PAC culminaram com o desligamento total das ajudas à produção e a sua reorientação para o mercado, criando desafios novos mas também novas oportunidades. Algumas explorações já iniciaram o processo de reorientação das actividades, indiciando a necessidade de reconversão, outras poderão encontrar novos mercados como os biocombustíveis, ou a especialização em produtos de qualidade elevada.

Face às condições identificadas, foram considerados estratégicos, no Continente, numa abordagem aplicada a todo o território, as frutas e legumes, o vinho, o azeite e as florestas. Estes sectores têm importante expressão territorial, capacidade produtiva instalada, têm uma densidade de actividades e de actores, com conhecimentos, tradições e *saber fazer*, apresentando, assim, as condições para poderem contribuir, no período de tempo desta programação, para uma melhor utilização dos recursos endógenos em significativas áreas do território rural.

³⁴ Entende-se um "cluster" como uma rede de entidades interdependentes (empresas, instituições públicas várias), que geram conhecimento e estão interligadas entre si por uma cadeia de valor acrescentado, dependentes umas das outras para o seu crescimento, num determinado campo de actividade, independentemente da sua localização geográfica.

A estas condições adicionam-se factores de mercado como produtos em expansão, com vantagens específicas para a saúde pública e/ou externalidades positivas para o ambiente, e capacidade de contribuir de forma determinante para a melhoria da balança comercial e consequente diminuição do déficit nacional.

Os apoios dirigidos aos restantes sectores deverão ser avaliados pelo seu mérito próprio, quer numa óptica de inovação e qualidade, quer do seu impacto na região/território nas várias vertentes envolvidas: económica, ambiental e social.

Nas Regiões Autónomas as opções estratégicas sectoriais reflectem as realidades e especificidades regionais: para a Região Autónoma dos Açores, o leite, carne de bovino, fruticultura, horticultura, culturas industriais, floricultura e ornamentais, vinho e fileiras florestais; na Região Autónoma da Madeira, a fruticultura, horticultura, floricultura e ornamentais, vinho e a fileira florestal.

As indústrias transformadoras

Numa sociedade com consumidores cada vez mais exigentes, com menos tempo e solicitando produtos mais elaborados, a matéria-prima agrícola está, cada vez mais, associada a processos de tratamento, quer seja a embalagem, quer seja um produto da quarta gama. Esta ligação entre produtores de matéria-prima e a indústria constitui o elemento chave da fileira para que se atinjam acréscimos significativos de valor acrescentado.

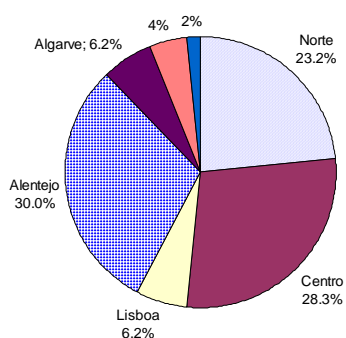
O sector industrial desempenha, assim, um papel determinante na cadeia alimentar, adquirindo matéria-prima, transformando-a em produtos comercializáveis e, desta forma, fazendo a ligação entre os consumidores e os produtores, e criando externalidades positivas junto destes pelas necessidades de aprovisionamento.

Número restrito de sectores com transformação

As indústrias alimentares e de bebidas (IAB)³⁵ concentram-se, no Continente, num número restrito de sectores, (4), que representam cerca de 80% do produto total e 82% do emprego gerado: indústrias de panificação e pastelarias; bebidas; lacticínios e abate de animais, preparação e conservas de carne e produtos à base de carne. As indústrias agro-florestais³⁶ (IAF) representam mais de 1/3 do volume de emprego e mais de 1/4 do produto do total da indústria transformadora, constituindo um dos sectores mais importantes³⁷.

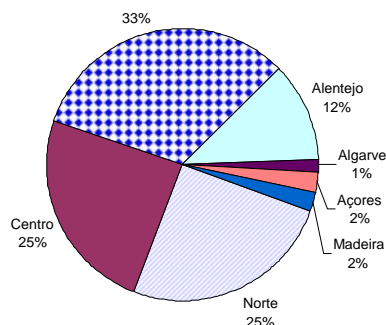
Em termos regionais, as IAB têm maior peso na região de Lisboa (33%, Gráfico I-17), e, no sector primário, sem a pesca, são as regiões do Alentejo, Centro e Norte que mais contribuem para a formação do VAB (Gráfico I-16). As IAF, por seu lado, concentram-se no Norte (57% da indústria da madeira e cortiça) e Lisboa (46% da indústria da pasta de papel).

Gráfico I.16 – VABpb Agric. e Silv. por NUTII (%)



Fonte: INE, Contas regionais, base 1995

Gráfico I.17 – VABpb IAB por NUTII (%)



Fonte: INE, Contas regionais, base 1995

A grande maioria das indústrias utiliza matérias-primas importadas. Em paralelo, existe uma insuficiente interligação entre os sectores da produção e da transformação.

A agro-indústria apresenta, igualmente, um conjunto variado de problemas estruturais, que vão desde a necessidade de adaptação às exigências ambientais até à criação de dimensão e economias de escala, passando pela aposta numa política de qualidade, pelo desenvolvimento de uma

³⁵ Fonte: INE, Inquérito às Empresas

³⁶ "Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco", "Indústrias da madeira e da cortiça" e "Indústria de pasta, de papel e cartão"

³⁷ Fonte: INE, Contas regionais, base 1995

maior verticalização sectorial e cooperação para a inovação, e a necessidade de fomentar a promoção externa dos produtos.

Nas Regiões Autónomas, com um peso de 4% no VABpb nacional das IAB, e de 6% no VABpb do sector primário (sem a pesca), destacam-se a indústria de lacticínios nos Açores (30% do VABpm) e a indústria de bebidas na Madeira (14% do VABpm). O VABpb das IAF representa, nestas regiões, 76% (Açores) e 66% (Madeira), do total do VABpb das indústrias transformadoras regionais (contra 34% da média nacional)³⁸.

A política de qualidade

Os sistemas de certificação e qualificação assumem várias formas, desde os referentes à qualidade mínima (Segurança Alimentar), passando por estratégias comerciais de empresas privadas, até sistemas em que existe uma iniciativa pública de incentivo à diferenciação.

Convém sublinhar a distinção entre a Segurança Alimentar (de responsabilidade primeira das autoridades públicas) e a Qualidade Alimentar (na qual os privados assumem um papel primordial), esta relacionada com a diferenciação positiva da produção.

Em ambos os sistemas existe um papel para as políticas públicas, com um cariz mais regulamentador no caso da Segurança Alimentar, e de “credibilizador” (acreditação) no caso da Qualidade Alimentar.

Uma política para estes domínios passa pelo apoio à modernização das estruturas produtivas (no domínio da segurança alimentar) e pelo apoio ao desenvolvimento das fileiras e dos territórios (no domínio da qualidade/diferenciação da produção).

Existe uma apetência comprovada do consumidor pelo produto de qualidade reconhecida que incorpore compromissos ao nível da produção mais exigentes, designadamente ao nível da rastreabilidade, do ambiente, e de aspectos ligados aos territórios/tipicidade. Para permitir essa escolha informada, os regimes de diferenciação são fundamentais, a par da concentração organizada dessa oferta, particularmente ao nível das fileiras.

Recursos endógenos para produtos de qualidade

A riqueza natural e cultural dos territórios portugueses tem permitido o desenvolvimento de produtos com características e qualidades diferenciadas e dimensão e potencialidades variáveis. O mercado dos produtos de qualidade tem vindo a transformar-se, apresentando algumas dinâmicas importantes, em resposta a vários factores que influenciam os consumidores: aumento do poder de compra, epizootias, estratégias empresariais.

Contudo, salvo algumas excepções, os actuais sistemas de certificação/diferenciação da produção abrangem quotas de mercado reduzidas, com uma participação ainda incipiente face ao seu potencial de participação para o desenvolvimento das fileiras produtivas e do mundo rural.

De entre os produtos de qualidade, destacamos os tradicionais com nomes protegidos, encontrando-se os mais representativos, para além do vinho, no sector dos frutos (55% do valor da produção), queijos, carnes de bovino, ovino e caprino, e azeites, representando, para a maioria, cerca de 3% da produção nacional.

Estes produtos com nomes protegidos tiveram um crescimento significativo, em volume de produção, no período 1997-2003 (12% ano), mas um crescimento dos preços muito inferior (4% ano). Assistiu-se, pois, a um forte crescimento das quantidades produzidas, a uma menor valorização relativa dos preços.

Neste quadro, é necessária reforçar a coerência na política de qualidade alimentar, nomeadamente ao nível dos regimes de qualidade reconhecida. Propõe-se a criação de um sistema de qualidade nacional (regulação e apoio) assente em três pilares: Denominações de Origem; Agricultura Biológica; e Regime/mo de produção intermédio, nomeadamente a partir da produção integrada. Pretende-se, assim, criar condições para, de forma adequada à realidade de cada sector, promover um instrumento de desenvolvimento adicional, ao mesmo tempo que se clarificam as regras para produtores e consumidores, e ainda para a intervenção pública.

³⁸ Fonte: INE: Inquérito às Empresas Harmonizado, 2002, INE: Contas Regionais 2003

O regadio e outras infra-estruturas

Água é factor determinante para a competitividade do sector e dos territórios

Nas condições edafoclimáticas do Continente, a boa utilização do recurso água é determinante para a competitividade de muitos sistemas agrícolas. A necessária racionalização e optimização da sua utilização é essencial à competitividade do sector e dos territórios, sobretudo num quadro de ocorrência de sérios períodos de seca como os que se têm verificado nos últimos anos.

Aumento da disponibilidade de água para rega

O armazenamento de água, associado às albufeiras dos regadios, constitui ainda um elemento determinante para a competitividade dos territórios rurais, quer na óptica da gestão deste recurso escasso, quer na óptica da diversificação das actividades, objectivo indissociável do desenvolvimento sustentado destes territórios. Neste sentido, nos anteriores períodos de programação, construíram-se novas albufeiras e aumentou-se a disponibilidade de água para rega. A capacidade de armazenamento de água para a agricultura e fins múltiplos aumentou para um total de 4481 hm³ nos últimos 10 anos.

Área irrigável insuficiente

A área total irrigável no Continente, de acordo com o RGA 99, é da ordem dos 787 000 ha, o que corresponde a 16% da SAU (3 736 140 ha no Continente). Esta área está incluída em 242 000 explorações, ou seja, em 64,5% das explorações recenseadas. O peso diminuto da SAU irrigável na globalidade da SAU evidencia, assim, o esforço de investimento em área regada a fazer, bem como a necessidade e urgência duma gestão eficiente da mesma. Acresce que, entre 1999 e 2005, se verificou uma redução de 7,6% no número de explorações com superfície irrigável.

Do total da área irrigável cerca de 110 000 ha, aproximadamente 14%, corresponde a *regadios colectivos de iniciativa estatal*, tendo cerca de 70% desta área sido construída entre 1938 e 1974.

Estima-se que os *regadios colectivos tradicionais sejam* mais de 2 350 e representem uma área superior a 82 000 ha, isto é, cerca de 10% da área total irrigável. Correspondem, basicamente, a regadios antigos e rudimentares, existentes há várias gerações, construídos na maioria dos casos pelas próprias populações, e utilizando normalmente águas superficiais. Localizados nas imediações das povoações, têm importante impacte pela produção de bens para mercados locais, formando uma cintura verde descontínua e húmida em torno dos aglomerados urbanos, relevante na prevenção e contenção de incêndios. Constituem também um importante património paisagístico, contribuindo para a fixação das populações. São, no entanto, regadios imperfeitos, nos quais a água é distribuída com elevadas perdas, de forma pouco eficiente e que importa, por isso, melhorar.

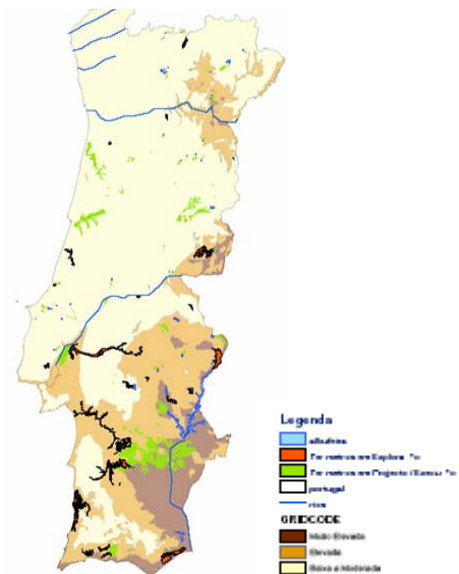
O *regadio individual/privado* ocupa a restante área e é, assim, o que predomina no Continente, cerca de 595 000 ha, ou seja, aproximadamente 76% da área irrigável, sendo opção para 73,5% das explorações agrícolas regadas. Pela sua natureza, a obtenção de resultados na melhoria da gestão racional da água é mais complexa, sendo um dos elementos importantes o apoio à introdução de métodos de rega mais eficientes.

Nos regadios colectivos de iniciativa estatal as taxas de ocupação cultural foram, em média e no último quinquénio, de 60%, com predomínio do milho e forragens (cerca de 50% da área regada em Portugal).

Num quadro futuro, tendo em conta as novas orientações da PAC e ainda a importância estratégica do factor água, é de esperar uma reorientação das produções para aquelas actividades e sectores que melhor eficiência e eficácia produzam nesta relação custo/benefício de criação de mais valia económica e ambiental.

A existência de outras infra-estruturas de apoio às actividades agro-florestais relacionadas com acessibilidades, emparcelamento e fornecimento de energia, é, igualmente, factor determinante para o seu desenvolvimento bem como para o das populações envolventes.

Mapa 1.3 – Aproveitamentos hidroagrícolas no Continente e Índice de aridez



O Plano Nacional da Água, delineado na sequência da transposição da Directiva-Quadro da Água para a legislação nacional, evidencia a necessidade de valorizar, proteger e gerir de forma equilibrada o recurso água. Assegurando a sustentabilidade da utilização deste recurso pela actividade agrícola, estabelece o quadro de desenvolvimento do regadio em Portugal e prevê, desde logo, as áreas de expansão. Salienta, igualmente, a necessidade de beneficiar o regadio existente, com o objectivo de tornar mais eficiente a utilização da água, designadamente, no que respeita à redução de perdas e à racionalização dos consumos.

É necessário melhorar o uso eficiente da água

No quadro do regadio nacional destaca-se, pela sua dimensão (área do Alentejo Central demarcada a verde no Mapa I.3), o regadio de Alqueva com área de rega projectada de 110 000 hectares, cuja concretização deverá duplicar a área de regadio de iniciativa estatal. Em termos ambientais, o

Regadio de Alqueva será implementado de forma compatível com a utilização sustentada dos recursos e com o respeito pelos valores naturais presentes. Espera-se um contributo positivo para o combate à desertificação, através da utilização sustentável dos solos por uma população rural presente que beneficia directa ou indirectamente do regadio.

No que respeita à eficiência da utilização da água, o indicador Eficiência Global de Rega regista valores que se situam entre 50 – 60%.

Nos regadios colectivos públicos, o uso eficiente da água está associado à redução das perdas verificadas, por um lado, no armazenamento, transporte e distribuição de água e, por outro, na aplicação da água ao solo. O consumo de água nos regadios públicos fixava-se, em 2000, num valor médio de 8471 m³/ha, com uma taxa de variação anual de -1,4% nos 20 anos precedentes, que denota uma tendência para o aperfeiçoamento dos sistemas e práticas de rega.

Encontra-se em preparação o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA), que aponta como meta para o consumo agrícola, atingir em 10 anos uma eficiência média de utilização de água de 65% a qual constituirá um objectivo também a atingir pela Estratégia Nacional.

No último período de programação consagraram-se recursos financeiros importantes aos investimentos neste domínio: 19%, 22% e 63% da despesa pública aprovada co-financiada pelo FEO-GA-O no período 2000-2005, para os programas do Continente, Açores e Madeira, respectivamente. Apesar do esforço já realizado, muitos territórios apresentam ainda carências importantes.

Nas Regiões Autónomas, as infra-estruturas de abastecimento de água também constituem, a par das acessibilidades e do fornecimento de energia, um factor determinante de competitividade, não obstante as suas condições específicas que determinarem diferentes soluções para o seu uso e aproveitamento. O volume de precipitação aliado à sua distribuição ao longo do ano determina que, nos Açores, o regadio seja quase inexistente, reduzindo-se às culturas sob-coberto. No entanto, o regime de pastoreio extensivo da produção bovina predominante na Região, determina a necessidade de proliferar infra-estruturas, incluindo estruturas hidroagrícolas de captação e distribuição de água para abeberamento do gado.

Na Madeira, com um longo período de estio, o regadio a superfície irrigável representa cerca de 84% da SAU. O sistema de irrigação assenta em mais de 2000 km de canais, cerca de 40 km de túneis, sistema que deverá ser melhorado para diminuir as perdas de água e melhorar a sua eficiência. Nestas regiões a melhoria da generalidade das infra-estruturas de apoio às actividades agro-florestais continua a constituir um factor determinante para o seu desenvolvimento.

O perfil empresarial

Baixo nível de educação e formação empresarial

As características e competências dos recursos humanos afectos ao sector reflectem, necessariamente, as suas fragilidades a vários níveis. Pode-se afirmar que predomina uma fraca capacidade de gestão e organização para o mercado, quase ausência de cooperação empresarial, aversão ou ausência de cultura de risco, tudo isto baseado numa população rural das mais envelhecidas da Europa e com um dos mais baixos níveis de literacia.

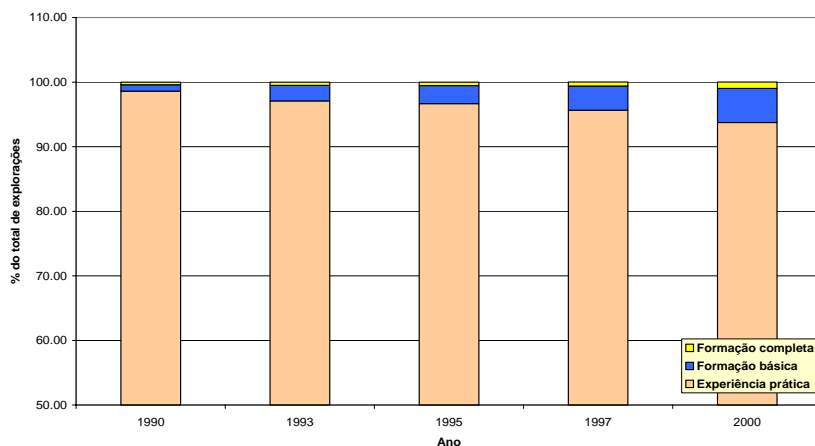
A estrutura etária dos empresários agrícolas encontra-se extremamente envelhecida, constatando-se que 45% dos agricultores tem mais de 65 anos. Verifica-se um valor de 16 para 1 na relação (>65 anos/<35 anos) e de 24 para 1 na relação (>55 anos/<35 anos)³⁹, substancialmente superiores à média da EU.

³⁹ Fonte: EUROSTAT, Farm Structure Surveys

Apesar do esforço já realizado, continua a persistir um nível baixo de instrução e qualificação da maioria dos produtores: apenas 6,3% dos agricultores têm ensino completo e apenas 1% dos agricultores tem formação específica para a actividade agrícola, detendo formação exclusivamente prática. Só 0,9% dos produtores têm formação completa de nível superior, embora esse peso seja maior nas explorações com maior dimensão económica.

Relativamente à formação profissional agrícola verificou-se, em Portugal, no período 1990-2003, um aumento do nível de formação básica⁴⁰, sobretudo aos níveis das maiores explorações, onde o crescimento verificado foi superior a 10%. O número de empresários agrícolas com formação completa⁴¹ sofreu um ligeiro acréscimo, em todas as classes de Dimensão Económica (DE), tendo sido, em termos globais, de 0,6% ao longo do período.

Gráfico I.18– Evolução do número de explorações (em % do total de explorações), para o período 1990-2000, por grau de formação do empresário agrícola



Fonte: Eurostat, Farm Structure Surveys

No que respeita à formação básica, verifica-se que os empresários das explorações abaixo de 8 UDE têm níveis muito inferiores aos registados nos outros países da UE dos 15, enquanto que os empresários com explorações com Dimensão Económica superior apresentam níveis dentro dos valores médios. Relativamente à formação completa, constata-se uma situação mais deficitária em todas as dimensões económicas.

Quanto às áreas de formação agrícola verifica-se um predomínio das acções em matérias de ambiente e um reduzido peso das relativas à capacitação empresarial não havendo por isso resposta às necessidades existentes⁴².

Gráfico I.19 – N.º de empresários agrícolas com formação básica (explorações com >8 UDE), UE 15, ano 2000 (em % do total de empresários)

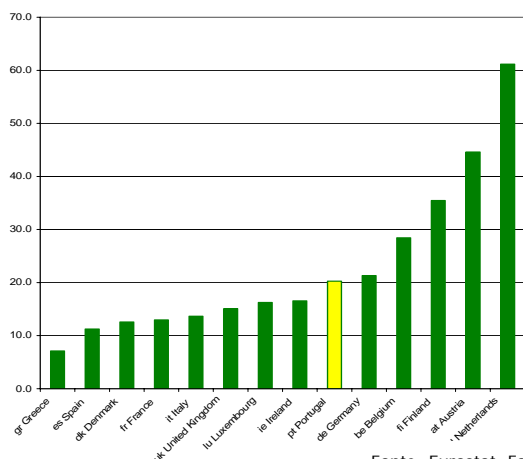
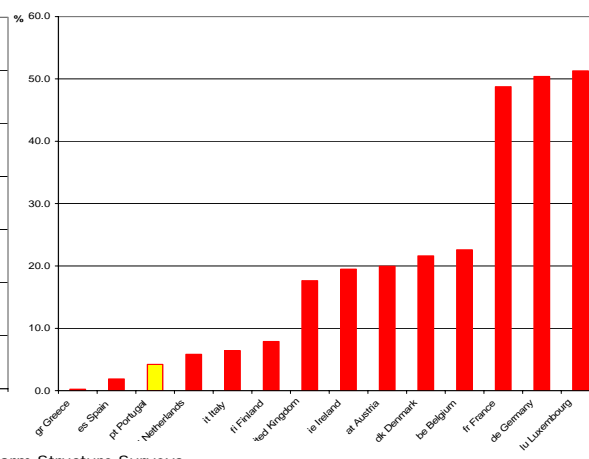


Gráfico I.20 – N.º de empresários agrícolas com formação completa (expl. Com > 8 UDE), UE 15, 2000 (em % do total de empresários)



Fonte: Eurostat, Farm Structure Surveys

⁴⁰ Formação básica: qualquer formação agrícola completada em Institutos Superiores Agrícolas ou qualquer Instituição especializadas em matérias do sector.

⁴¹ Formação completa: equivalente a dois anos de formação a tempo completo, para além da formação obrigatória.

⁴² Resultado da Avaliação Económica Intercalar do QCA III

Há, assim, necessidade de acelerar o esforço e alargar o âmbito e natureza das actuações com vista a aumentar a sua qualidade. O modelo de formação profissional e assistência técnica instituído necessita, pois, de evoluir para poder dar respostas mais adaptadas, quer às deficiências identificadas, quer para se adequar ao esforço de conhecimento e competências necessário. O aumento das exigências do ponto de vista da segurança e qualidade alimentar, por exemplo, são crescentes e quase obrigatórias para todos os mercados, em particular os mais remuneradores.

Neste contexto, o sistema de aconselhamento a criar deverá, assim, procurar dar resposta não só às obrigações acrescidas para os produtores, agrícolas e florestais, do tipo das decorrentes do cumprimento da Condicionalidade⁴³, mas ainda às competências necessárias para se manter e conquistar mercados, cada vez mais exigentes e concorrenciais.

Incipiente capacidade de inovação

A capacidade de inovação ao nível de produtos, processos ou tecnologias tem sido, de algum modo, limitada e claramente insuficiente para responder a áreas de mercado em desenvolvimento. A investigação e desenvolvimento experimental não foram suficientemente dinamizadores para gerar uma resposta de para as actividades económicas. Assim, também neste domínio é necessário

adaptar o modelo até agora seguido, promovendo as práticas de cooperação entre todos os intervenientes para assegurar a adequada interligação entre os agentes das fileiras.

Síntese

Verificou-se, desde a adesão, um importante esforço de investimento que lançou um processo de modernização das explorações agrícolas e das empresas agro-alimentares, bem como o desenvolvimento e melhoria das infra-estruturas, com realce, no Continente, para o regadio. Em termos de desempenho económico, o impacte deste investimento no produto foi marginal, e este não cresceu em termos reais. Mantém-se igualmente bloqueios e limitações por resolver, como o fraco nível empresarial do sector, uma débil organização de fileira, ou um fraco grau de inovação.

Assiste-se, hoje, à alteração profunda da PAC, à contínua abertura dos mercados e conseqüente aumento da concorrência, a maiores exigências dos consumidores. O sector agro-florestal insere-se, pois, num novo contexto muito mais complexo e exigente, tornando-se fundamental que se criem as condições para tornar o sector mais forte e mais competitivo.

Na maior parte das fileiras muitos dos problemas já identificados no passado persistem. Para a sua solução propõe-se, assim, uma abordagem coordenada, que promova a integração vertical de todas as actividades e a sua interligação em rede, a organização da produção e o seu agrupamento funcional, de forma participada mas selectiva quanto aos objectivos e metas a atingir.

Para o desenvolvimento de algumas fileiras e com vista ao aumento da sua competitividade é indispensável a rega, a qual deverá considerar obrigatoriamente a utilização de métodos mais eficientes.

O objectivo de criar dimensão e massa crítica para poder investir, inovar e subsistir alarga-se a todos os sectores e actividades, privilegiando-se a abordagem de fileira e em rede, promovendo-se a cooperação entre empresas e agentes do desenvolvimento, com actividades interligadas e objectivos comuns. Também deverão ser utilizados instrumentos de intervenção e apoio mais alargados e flexíveis, de maior eficiência, nomeadamente no domínio do financiamento das empresas. A vertente complementar e transversal é a da aposta na criação de serviços de apoio técnico e de gestão a montante ou jusante, incluindo a formação específica e adequada que, juntamente com uma lógica de incentivos à inovação, experimentação e demonstração, orientada para soluções às empresas ou às regiões, permita criar o ambiente e as condições de ultrapassagem de limitações e o desenvolvimento das potencialidades.

⁴³. A condicionalidade aplica-se a todos os beneficiários das ajudas directas (regime de prémio único) e outras como as ajudas agro-ambientais. As ajudas ficam subordinada ao respeito de normas ambientais, de segurança alimentar, de saúde animal e vegetal, de bem-estar animal, correspondentes a 18 Directivas comunitárias, e ainda ao cumprimento de exigências de manter as terras agrícolas em boas condições agronómicas e ambientais (Regulamento (CE) n.º 1782/2003 e outros).

Análise SWOT Dimensão Económica

Pontos Fortes

S

Condições climáticas, temperatura e insolação, propícias para certos produtos, em especial os mediterrânicos.
Boas condições de sanidade vegetal
Existência de recursos genéticos com vocação para o mercado.
Aumento da especialização das explorações.
Aumento da disponibilidade de água para rega.
Potencial de produção com qualidade diferenciada para o azeite, as horto-frutícolas, o vinho e produtos da floresta.
Existência de um número significativo de denominações de origem.
Aumento da vocação exportadora de alguns produtos.

...

W

Pontos Fracos

Produto agrícola estagnado.
Orientações produtivas desajustadas do mercado Custos de produção elevados.
Necessidade de reestruturação de culturas permanentes.
Débil estrutura das explorações em importantes áreas do País.
Tecido produtivo atomizado, dificultando integração na fileira.
Escassez de água armazenada ou disponibilidade a custo elevado e baixa eficiência de rega.
Insuficiente nível técnico dos profissionais.
Insuficiente nível de instrução e formação profissional dos produtores.
Dificuldades de autofinanciamento e acesso ao crédito.
Défice de gestão empresarial e de organização para o mercado.
Frágil ou inexistente intervenção interprofissional nos sectores.
Incipiente capacidade de inovação.
Dificuldade de competição com outras regiões.
Imagem dos produtos portugueses nos mercados externos pouco desenvolvida.

Oportunidades

O

Vantagens comparativas naturais para certos produtos.
Crescimento do mercado interno.
Potencial para produzir com qualidade e diferenciação.
Procura crescente de produtos de qualidade.
Acesso privilegiado ao mercado comunitário.
Potencial de crescimento das exportações
Alteração do quadro institucional: reorientação da PAC para o mercado.

T

Ameaças

Riscos associados à irregularidade das condições climáticas e à ocorrência de incêndios.
Desigualdade de condições de concorrência no mercado externo.
Envelhecimento da população no mundo rural.
Riscos de desertificação em vastos territórios rurais.

A análise não contempla especificidades das Regiões Autónomas, tratadas ao nível da programação.

3. Dimensão Ambiental

Agricultura, floresta e ambiente

A agricultura e as florestas desempenham um papel fundamental na preservação do ambiente e da paisagem rural, ocupando uma parte significativa do território.

A análise da evolução do uso e ocupação do solo, bem como da gestão e orientações produtivas das explorações agrícolas e florestais e do risco de marginalização das zonas agrícolas permite avaliar o contributo para o estado actual do ambiente.

Aumento dos territórios artificializados e perda de áreas agrícolas

Sobre o **uso do solo**, em termos relativos verificou-se um aumento significativo dos territórios artificializados (superior a 40%), sendo que o seu peso no total é de 2,7%, no Continente (ver Gráfico I.1). A evolução mais importante verificou-se nas áreas florestais, 5% entre 1985 e 2000. A superfície das explorações agrícolas desceu 7% no mesmo período.

Quanto à **ocupação cultural** das áreas agrícolas, nas duas últimas décadas, constata-se a substituição de culturas anuais por pastagens permanentes (Gráfico I.4) e, com menor dimensão, um decréscimo das culturas permanentes. A pecuária apresenta, globalmente, um aumento de 3,5% no número de cabeças normais, imputado ao sector dos suínos em produção intensiva (31%), já que os bovinos apresentam uma quebra de 4,6%, os ovinos de 13% e os caprinos de 38%. Assiste-se, pois, a uma extensificação da actividade pecuária, no sentido em que diminuiram as solicitações incidentes nos solos afectos a esta actividade, por terem aumentado expressivamente as áreas de prados e pastagens, precisamente as áreas que são utilizadas por bovinos, ovinos e caprinos, ao mesmo tempo que têm vindo a decrescer os efectivos destes grupos.

Importância e dimensão da floresta

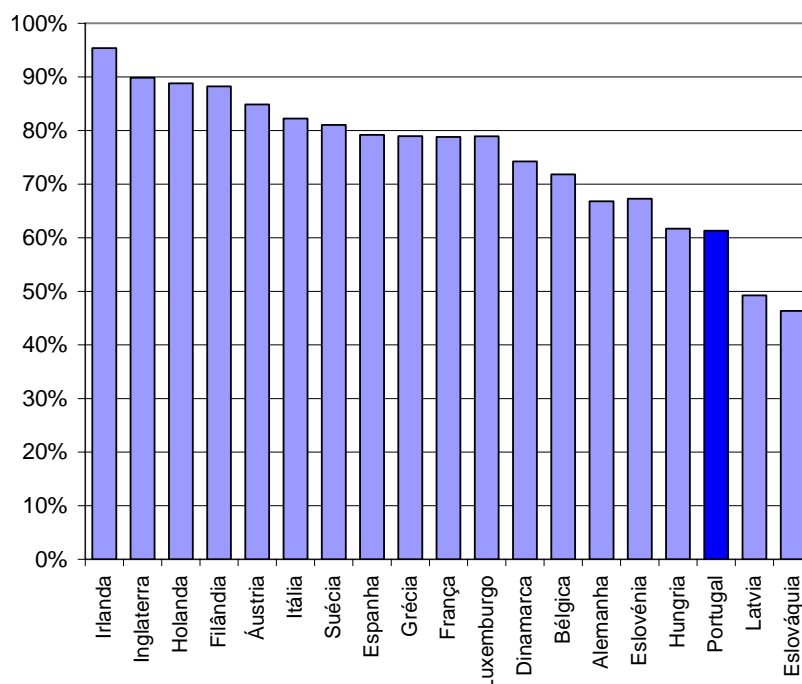
Extensificação pecuária e aumento de povoamentos com maior valor ambiental

Nas áreas sujeitas a **uso florestal**, (Gráfico I.5) constata-se que os povoamentos de maior valor ambiental (soutos, carvalhais e montados) viram a sua importância aumentada; assiste-se a uma perda do peso relativo da floresta de resinosas para o eucaliptal. Este facto deve-se principalmente à maior apetência do produtor florestal pelo eucalipto, dado o rápido retorno económico em comparação com outras espécies, incluindo o pinheiro bravo. É de realçar, no entanto, um abrandamento no ritmo de crescimento destas áreas, traduzindo uma orientação estratégica de promoção da floresta sustentável. De acordo com a Estratégia Nacional para as Florestas, pretende-se promover o aumento da produção das espécies através de aumentos de produtividade das mesmas na zona de produção lenhosa. Este objectivo será prosseguido, actuando sobre os factores que a influenciam, e que passam nomeadamente pela promoção da realocação de espécies em áreas de baixas produtividades para a zona de produção lenhosa, sendo substituídas por outros usos florestais de carácter multifuncional, bem como pela reconversão de espécies mal adaptadas.

Diminuição das áreas das culturas permanentes

No que respeita às **orientações produtivas** das explorações, especializadas ou diversificadas, verifica-se um aumento de 11% das especializadas, com um peso de 61% na SAU, em 1999. De referir que se encontram aqui incluídas, de forma expressiva, as explorações de pecuária e cerealicultura extensivas. As explorações com orientações diversificadas têm ainda grande peso em Portugal, quando comparadas com os restantes países da UE (terceiro país com menor grau de especialização), e que estão, por sua vez, associadas a baixos rendimentos (Gráfico I.21).

Gráfico I.21 - Importância das orientações especializadas na ocupação do território (em % da SAU)

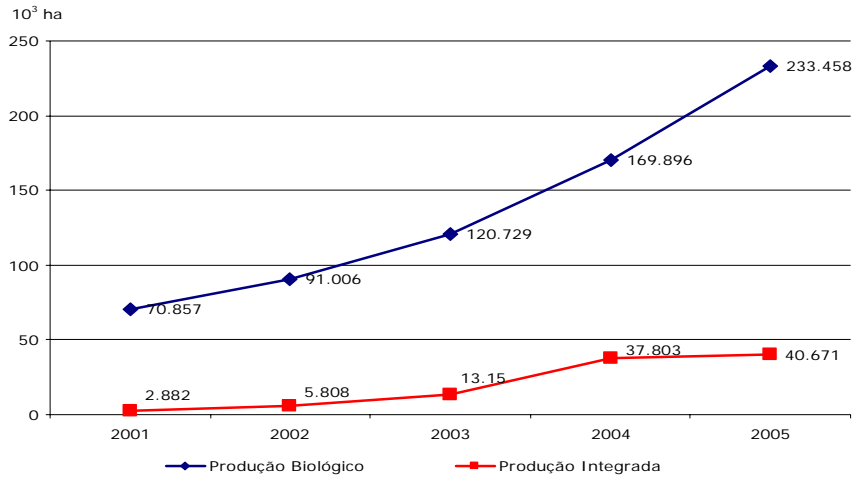


Fonte: Eurostat, Farm Structure Surveys

Utilização crescente de modos de produção amigos do ambiente

No que respeita aos **modos de produção**, verifica-se que a adesão a práticas sustentáveis do ponto de vista ambiental tem vindo a crescer nomeadamente em modos de produção mais amigos do ambiente. Os sistemas de protecção integrada representavam em 2003, 143 203 ha, onde a vinha tem o maior peso, seguindo-se o olival e as frutícolas.

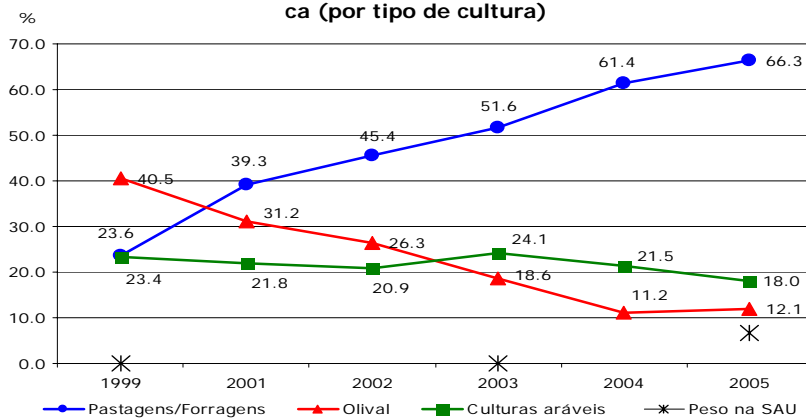
Gráfico I.22 – Evolução das áreas em Modo de Produção Biológica e Produção Integrada



Fonte: IDRHA 2006

A área sujeita ao modo de produção integrada tem vindo a aumentar, atingindo cerca de 40 000 ha em 2005. Por sua vez, a agricultura biológica atingiu cerca de 230 000 ha (7% da SAU), apresentando um peso maioritário as pastagens (52%).

Gráfico I.23 – Evolução das áreas em Modo de Produção Biológica (por tipo de cultura)



Fonte: IDRHA, INE

Sistemas de produção extensivos em áreas significativas

No que respeita à **intensidade da produção**, Portugal tem cerca 25% da área agrícola afectada a culturas arvenses extensivas, enquanto que o valor médio da UE 25+2 se situa em cerca de 12% (Eurostat, Gráfico I.24).

A pecuária extensiva ocupa cerca de 40% da SAU em Portugal enquanto que a média na UE 25+2 se situa abaixo dos 25% (Eurostat, Gráfico I.25).

Gráfico I.24 - Importância territorial da agricultura extensiva (% SAU com culturas aráveis extensivas, ano 2003)

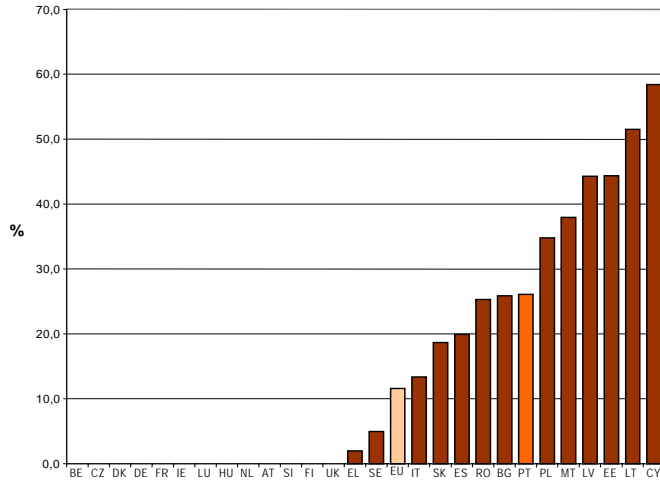
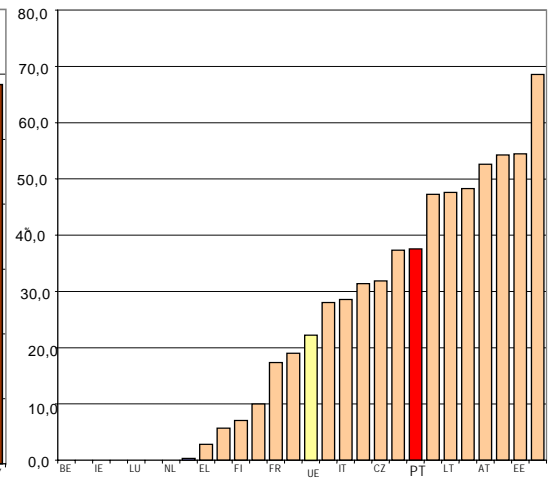


Gráfico I.25 - Importância territorial da pecuária extensiva (% SAU em pecuária extensiva, ano 2003)



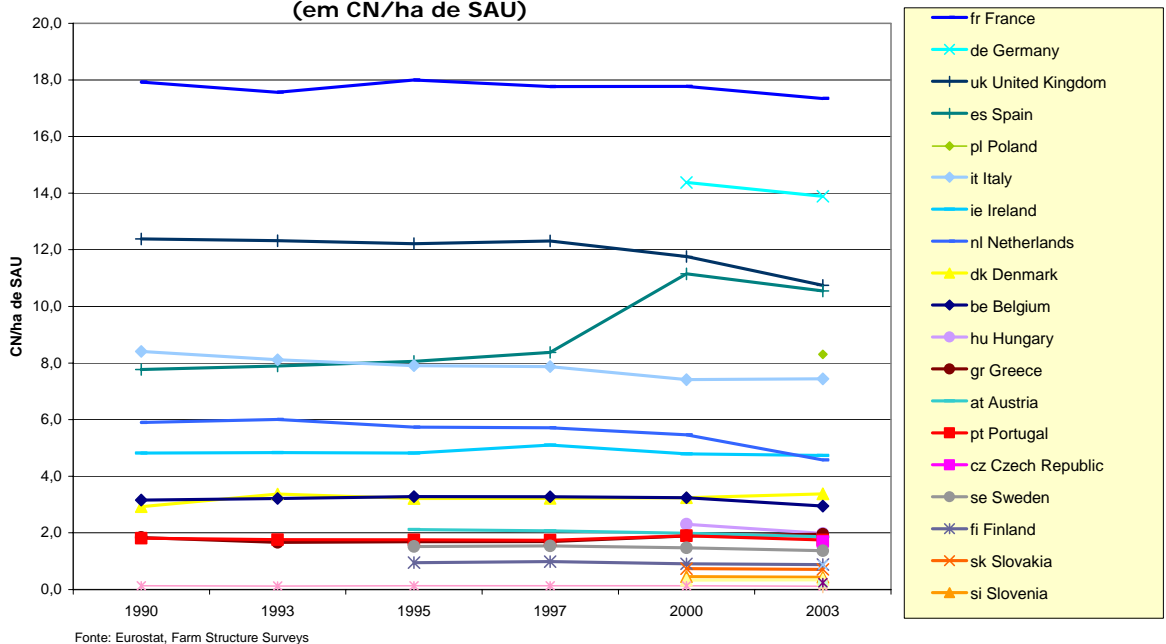
Fonte: Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação, Eurostat (Farm Structure Survey / crops producti-

Produtividades e enca-
beçamentos baixos

As produtividades dos cereais, apesar de apresentarem uma tendência crescente de aumento, situam-se significativamente abaixo dos níveis médios da UE 15 (1992-2006 Eurostat). A produtividade do leite aumenta significativamente passando a situar-se próxima do valor médio da UE 15 (1989 – 1999).

A evolução do encabeçamento entre 1990 e 2003 apresenta uma tendência de estagnação situando-se em cerca de 2 cabeças normais (CN) por hectare de SAU, o que coloca Portugal nos níveis mais baixos de encabeçamento quando comparado com a UE 25 (1990- 2003 Eurostat) em que o valor médio ronda as 8 CN. Face à evolução deste indicador no período considerado, não se espera alterações no seu comportamento.

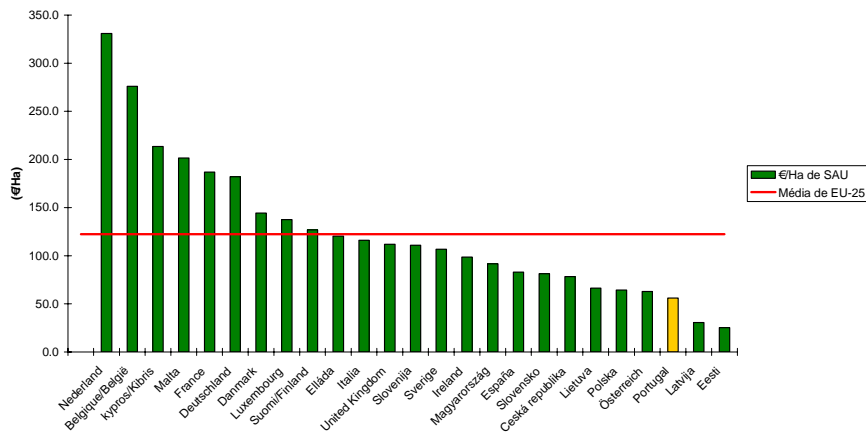
Gráfico I.26 – Evolução dos encabeçamentos no período 1990 – 2003 (em CN/ha de SAU)



Fonte: Eurostat, Farm Structure Surveys

No que respeita à **intensidade e uso dos factores**, constata-se, relativamente ao consumo de fertilizantes e pesticidas, que Portugal tem níveis significativamente baixos de utilização, situando-se positivamente na cauda dos 20 EM da UE identificados no Gráfico I.27.

Gráfico I.27 – Valores de consumos de fertilizantes e fitofármacos por ha de SAU na UE 25 em 2004



Fonte: EUROSTAT

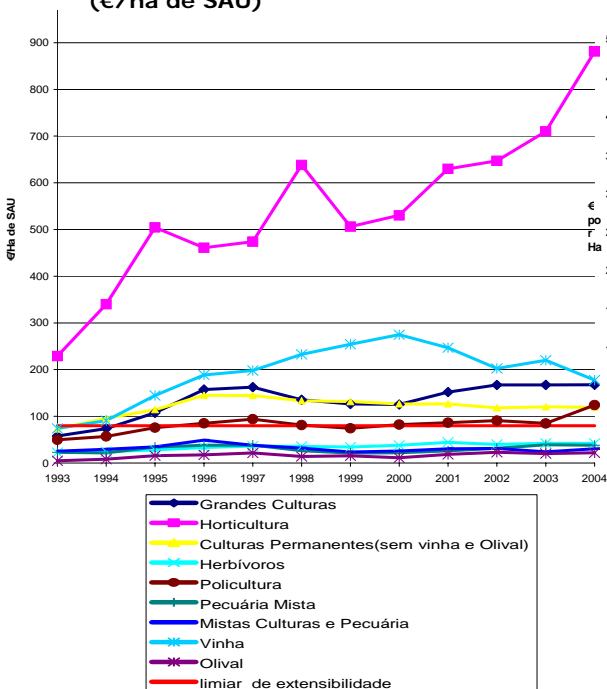
A análise dos valores anuais do consumo destes produtos por orientação técnico-económica mostra, para a quase totalidade destas (com excepção das culturas hortícolas), níveis de utilização próximos do limiar de extensibilidade (Gráfico I.28).

Pode-se evidenciar a evolução verificada nas explorações especializadas em vinha, onde o consumo decresceu fruto da entrada em modo de protecção integrada de muitas áreas.

Níveis baixos de utilização de fertilizantes e fitofármacos

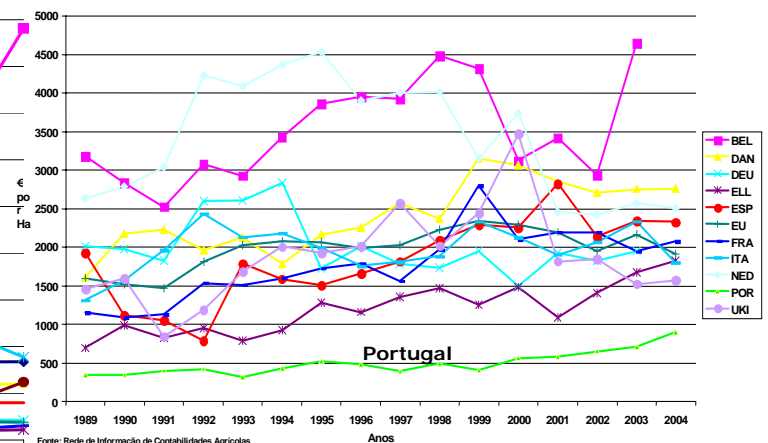
No que respeita aos consumos de fertilizantes e fitofármacos pelas culturas hortícolas, (que apresentam consumos muito acima das restantes orientações), quando comparados com os níveis de utilização das explorações de outros países comunitários com idêntica orientação, fica evidente que os níveis nacionais se encontram significativamente abaixo dos utilizados nesses países.

Gráfico I.28
Consumo de fitofármacos e fertilizantes por Orientação Técnico-Económica em Portugal (€/ha de SAU)



Fonte: RICA

Gráfico I.29
Consumos de fertilizantes e fitofármacos nas explorações especializadas em hortaicultura (€/ha de SAU)



Fonte: Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas

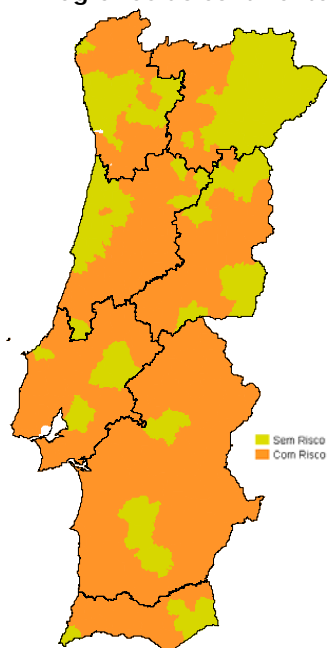
Não obstante, em determinadas zonas, a intensificação de sistemas de produção tem gerado situações pontuais de poluição com nitratos de origem agrícola. No entanto, Portugal apresenta um dos melhores balanços de azoto nacional agrícola dos países da UE (cerca de 42,3 kg de azoto/ha), abaixo da média comunitária (55 kg de azoto/ha).

A **marginalização dos territórios** é um processo no qual intervêm um conjunto de factores sociais, económicos e ambientais. Esta multiplicidade de factores passa pela dinâmica e rentabilidade da actividade agrícola, e também pela sua complementaridade com outras actividades e dinâmica das mesmas, pela atractividade dos territórios em termos de capacidade de oferta de bens e serviços que possam dar resposta às necessidades dos diferentes agentes, ou pela capacidade de potenciar o diferente papel que a agricultura pode assumir face às suas diferentes funções. Uma das razões para a marginalização das áreas agrícolas é a baixa viabilidade das explorações, podendo esta baixa viabilidade conduzir ao abandono da actividade agrícola.

O rendimento das explorações tem igualmente implicações na sua continuidade ao constituir um factor negativo para a transferência da exploração a um novo titular.

O **risco de marginalização** é determinado pela combinação da existência de um conjunto significativo de explorações com baixos rendimentos e de um número também significativo de agricultores com idades próximas da reforma⁴⁴. Este risco existe quando mais de 40% das explorações

Mapa 1.4 –Risco de Marginalização nas regiões agrárias do continente



Fonte: GPPAA, a partir de RGA 99

dum território têm um rendimento (VAL/UTA) inferior a metade do rendimento médio da região e, em simultâneo, mais de 40% dos agricultores têm idade superior a 55 anos.

A análise efectuada para o País mostra que existe risco de marginalização em vastas áreas e em todas as regiões do Continente.

Nas Regiões Autónomas o risco de marginalização também é elevado. Nos Açores cerca de 48% das explorações têm um rendimento inferior a metade do rendimento médio regional, e cerca de 42% dos produtores têm idade superior a 55 anos. A ilha do Corvo e os Concelhos de Ponta Delgada e Lagoa, na ilha de São Miguel, são as zonas que apresentam maior risco. Na Madeira, apresentam risco de marginalização a ilha de Porto Santo e os Concelhos de Porto Moniz, Calheta, Ponta do Sol e Câmara dos Lobos, sendo que 38% das explorações têm um rendimento inferior a metade do rendimento médio regional e 64% dos produtores têm mais de 55 anos

Nas regiões em risco de marginalização as explorações com dimensão inferior a 8 UDE são as que mais influenciam esta situação, tendo-se mantido esta tendência de forma constante na última década (dados RICA 1993-2004).

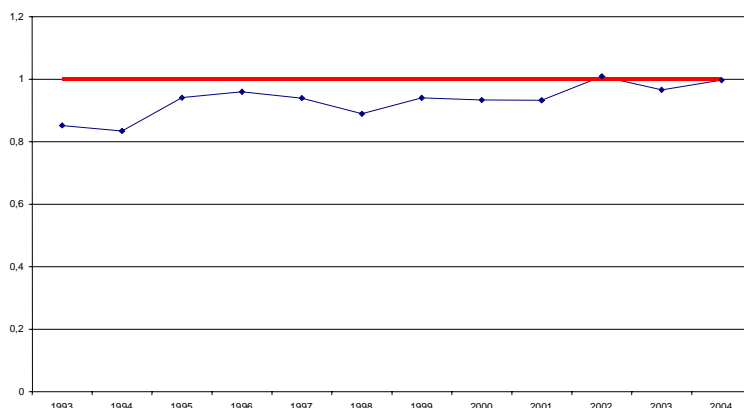
Da análise efectuada relativamente às orientações técnico-económicas (OTE) constata-se que a horticultura, a vinha e a pecuária diminuem o risco de marginalização, enquanto que as denominadas grandes culturas, outras permanentes e o olival têm um papel inverso. Dentro das OTE diversificadas, as mistas de culturas são as que contribuem mais para o risco de marginalização.

Risco de marginalização elevado em vastas áreas do território

Da aplicação deste indicador retira-se uma tendência crescente do risco de marginalização em Portugal (Gráfico I.30).

⁴⁴ Relatório conjunto da DG Agricultura e Desenvolvimento Rural, DG Ambiente, Eurostat, DG Centro Conjunto de Investigação e Agência Europeia do Ambiente – Agricultura e ambiente na EU 15 - indicadores da IRENA

Gráfico I.30– Índice de evolução do risco de marginalização (Portugal).



Fonte: GPPAA, a partir de RICA, 1993-2004

Biodiversidade e valores naturais

Património natural com significativo índice de biodiversidade.

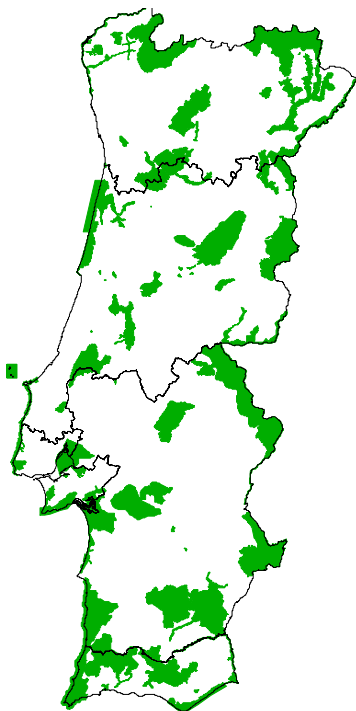
Sistemas agrícolas e florestais de alto valor natural em vastas áreas.

O património natural português, criado ao longo da história, é rico e variado, com significativo índice de biodiversidade (3000 espécies de flora e cerca de 1200 de fauna⁴⁵).

Os sistemas de alto valor natural não se encontram definidos no seio da União Europeia, que deixou à consideração dos Estados-membros a apresentação do seu próprio conceito. Desta forma, Portugal, à semelhança dos outros Estados membros, está a estudar e a preparar a sua definição.

As áreas da Rede Natura, pela sua natureza e dimensão, incluíram os núcleos dos sistemas de alto valor natural identificados no País.

Mapa I.5 - Rede Natura 2000 - Continental



A manutenção da actividade agrícola, conjugada com a actividade florestal, ordenada e gerida de forma sustentada em todas estas zonas é um patamar base e o suporte para a preservação da biodiversidade geral e, nestas circunstâncias, constitui um factor de grande relevância ambiental em vastas áreas do território nacional.

A Rede Natura 2000 cobre 21% do território continental, é constituída em 61% por área agrícola e florestal. Integra 29 Zonas de Protecção Especial e 60 Sítios (17,4% do território nacional), com 261 espécies de fauna, 88 habitats naturais e 81 ocorrências de espécies de flora⁴⁶.

Abrange a maior parte da Rede Nacional de Áreas Protegidas que foram definidas pela raridade, valor ecológico ou paisagístico, importância científica, cultural e social das respectivas fauna, flora, paisagem, ecossistemas ou outras ocorrências naturais, ocupando cerca de 8% do território nacional.

Ao nível da biodiversidade florestal, ocorrem 87 espécies arbóreas e 490 arbustiva; 60% da floresta é folhosa, as resinosas 26% e a floresta mista cerca de 13%. As espécies predominantes são o pinheiro bravo (31%), sobreiro (21%), eucalipto (21%) e azinheira (14%). O pinheiro manso e o castanheiro representam apenas 2% e 1%, respectivamente⁴⁷.

Na biodiversidade doméstica estão identificadas 33 raças

⁴⁵ Fonte: Instituto do Ambiente, Relatório de Estado do Ambiente, 2003

⁴⁶ Fonte: ICN, 2006, Relatório Plano Sectorial da Rede Natura

⁴⁷ Fonte: FAO, State of Europe's Forests, 2003

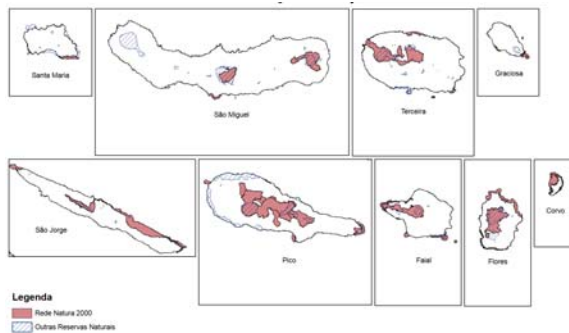
autóctones, algumas ameaçadas do ponto de vista de conservação dos recursos genéticos⁴⁸.

A expressão da população de aves comuns nas áreas agrícolas está presentemente a ser quantificada em termos nacionais.

Na biodiversidade vegetal encontram-se identificadas e caracterizadas⁴⁹ 51 variedades de fruteiras e 5 variedades de espécies hortícolas, tradicionais e regionais, com potencial para gerar mais valias, algumas ameaçadas de extinção⁵⁰.

Na Região Autónoma dos Açores estão classificadas 15 Zonas de Protecção Especial (com uma área total de 11.805 ha, correspondendo a 5% do total do território) e foram classificados 23 Sítios (com uma área total de 28.063 ha correspondentes a 12% do território). Estas zonas concentram-se sobretudo em zonas costeiras e em zonas sem apetência agrícola. Das restantes áreas classificadas destaca-se a Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico reconhecida como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO.

Mapa I.6– Rede Natura 2000 -Região Autónoma dos Açores



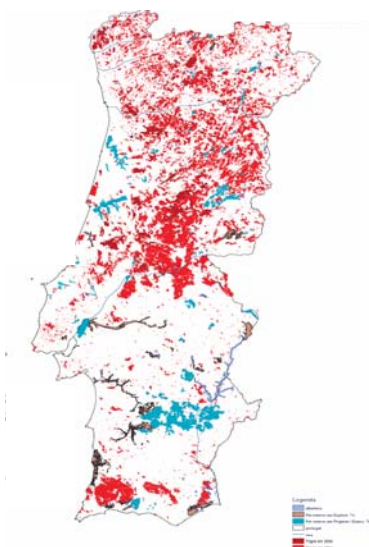
Mapa I.7 – Rede Natura 2000 - Região Autónoma da Madeira



No território da Região Autónoma da Madeira estão classificados 11 Sítios de interesse comunitário (com uma área global de 21.916 ha, correspondendo a cerca de 25% do território). Destes Sítios destaca-se a Floresta Laurissilva da Madeira, que ocupa 20% do território da ilha, tendo sido classificada como Património Natural pela UNESCO.

Do ponto de vista da biodiversidade os arquipélagos da Madeira e dos Açores caracterizam-se por um elevado índice específico a par de uma significativa percentagem de endemismo, quer na flora e fauna terrestre quer no meio marinho. Muitas das espécies endémicas estão incluídas em mecanismos de protecção (por ex: Directiva Habitats e Directiva Aves, Convenção de Berna) e os respectivos ecossistemas também se apresentam com o mesmo carácter de endemismo e raridade diferenciando-se inclusivamente ao nível intra-arquipélago. O seu valor quer enquanto património único, ou como elemento determinante de paisagem, bem como do ponto de vista científico e conservacionista, obriga a um grande esforço de conservação, quer à escala local quer à escala comunitária. Este conjunto de peculiaridades dá às Regiões Autónomas um estatuto de “hot spot” de biodiversidade.

Mapa I.8 - Carta com as áreas ardidas



das explorações agrícolas e florestais, os indicadores apresentam valores e tendências positivas.

⁴⁸ Fonte: DGV, 2002

⁴⁹ Segundo os descritores UPOV, CVV e IPGRI

⁵⁰ Fonte: DGPC, INIAP, DRAs, Caracterização de variedades regionais portuguesas

Risco elevado de incêndios florestais

Aparece como excepção o risco de marginalização existente em áreas significativas do território continental. Este risco, quando e onde se concretize, apresenta-se como o um factor determinante à perda de biodiversidade e de património paisagístico. A esta ameaça adiciona-se a totalidade da área continental que é considerada com elevado risco de incêndio. Esta catástrofe constitui, pela dimensão e frequência com que ocorre, a outra ameaça principal.

Para a concretização dos objectivos de conservação da biodiversidade e dos espaços cultivados de grande valor natural e paisagístico, têm vindo a ser fomentados e utilizados nos últimos anos um conjunto de instrumentos: as boas práticas agrícolas, definidas num manual nacional com elevados padrões de exigência; a utilização cada vez mais alargada dos modos de produção amigos do ambiente; as indemnizações compensatórias e as medidas agro-ambientais que têm contribuído também e decisivamente para a concretização daqueles objectivos. Os requisitos mínimos, obrigatórios, exigidos pela condicionalidade⁵¹, e já introduzidos em 2005, contribuem de forma activa para a conservação da biodiversidade. Em consequência, as futuras medidas agro-ambientais serão mais exigentes e deverão ir além dos requisitos da condicionalidade. As medidas de apoio à floresta intensiva, nos últimos anos, não têm, em contrapartida, evitado danos e perdas em muita desta biodiversidade. Trata-se, pois, de uma área de intervenção que deve ser reestruturada e reforçada.

Qualidade e uso da água

Os recursos hídricos são um factor essencial à qualidade de vida das populações. Condicionam o exercício das actividades económicas e o equilíbrio do meio ambiente. Todavia, são recursos limitados; há que assegurar o seu bom estado e a sua boa utilização.

Em Portugal, a disponibilidade hídrica média, por habitante, é de 9 000 metros cúbicos por ano e a utilização média anual situa-se nos 1 000 metros cúbicos por habitante e por ano, o que equivale a dizer que quase 90% dos recursos hídricos disponíveis no País não têm utilização, actualmente.

No total das utilizações da água do País, a agricultura tem o maior peso, com uma expressão de 72%, dos quais aproximadamente 1/3 tem origem superficial e 2/3 tem origem subterrânea.

O retorno de água gerado pela agricultura corresponde a 20% das suas próprias necessidades, em grande parte resultante do contributo dado pela floresta para a retenção de água no solo.

O território do Continente e da Região Autónoma da Madeira caracteriza-se por um regime hídrico em que a distribuição da precipitação é irregular, no ano e entre anos. Durante o ano ocorre uma estação seca, coincidente com o período de maior temperatura, o que torna o regadio essencial para a generalidade das culturas que dele dependem para responder às necessidades hídricas em determinados períodos do seu ciclo vegetativo; ocorre, ainda, uma variação interanual dos níveis de precipitação, marcada por períodos de seca que condicionam significativamente a actividade agrícola. Na Região Autónoma dos Açores, os períodos de défice hídrico são consideravelmente mais curtos, estando as necessidades de água da agricultura maioritariamente ligadas ao consumo de água do gado criado em regime de pastoreio extensivo.

Nestas circunstâncias, a escassez de água na agricultura deve ser entendida como indisponibilidade de água para regar ou impossibilidade do seu regular fornecimento.

A Lei da Água, recentemente aprovada, completa a transposição da Directiva Quadro da Água⁵² (Directiva 2000/60/CE) e tem objectivos de protecção e gestão dos recursos hídricos. Prevê que a protecção e o planeamento da utilização sustentável do recurso seja assegurada através do Plano Nacional da Água com uma tripla perspectiva: valorização, protecção e gestão equilibrada da água. Prevê, ainda, um conjunto de dispositivos cuja aplicação irá influenciar modos de produção e práticas agrícolas, bem como a realização de certos investimentos de natureza não produtiva.

O MADRP e o MAOTDR e as autoridades competentes das Regiões Autónomas têm vindo a desenvolver trabalho conjunto no sentido de aplicar as orientações definidas na Lei-Quadro da Água. Neste âmbito, refere-se o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, em preparação, que visa impulsionar medidas conducentes à obtenção de ganhos de eficiência na utilização da água sem prejuízo da respectiva eficácia.

⁵¹ Regulamento (CE) 1782/2003, de 29 de Setembro de 2003.

⁵² Directiva 2000/60/CE

Em Portugal, a superfície irrigável apresenta uma tendência de evolução negativa. Entre 1989 e 2005 a taxa de redução média anual da área irrigável tem sido de cerca de 2%⁵³, o que significa que a pressão sobre o recurso água tem estado a decrescer.

Uso menos eficiente dos recursos hídricos

O uso da água em equilíbrio com o meio ambiente é um objectivo geral que assume uma relevância especial nas zonas de regadio. Neste sentido, Portugal já incorporou aspectos relacionados com os métodos e equipamentos de rega no código das boas práticas agrícolas, publicado

e em aplicação desde 1997.

Zonas muito localizadas com poluição por nitratos

Relativamente à qualidade da água, e em aplicação da Directiva Nitratos⁵⁴, foram identificadas no Continente 8 zonas vulneráveis à poluição com nitratos de origem agrícola, que representam 3% SAU⁵⁵ e 1,1% do território Continental (a média europeia é 40,9% dos territórios dos estados-membros).

O balanço bruto dos nutrientes indica valores para o azoto de 42,3 kg/ha, inferiores à média da UE (55 kg/ha), o que coloca Portugal num dos países melhor posicionados neste indicador⁵⁶. As tendências anuais da concentração de nitratos e pesticidas nas águas superficiais e subterrâneas encontram-se a ser acompanhadas regionalmente pelos serviços oficiais do País, estando em preparação a construção de um indicador nacional.

Na Região Autónoma dos Açores foram identificadas 8 zonas vulneráveis, coincidentes com as bacias hidrográficas de 8 lagoas que, não obstante apresentarem valores de nitratos muito reduzidos (maioritariamente inferiores a 1 mg N/l), se encontram em estado

Balanço bruto de nutrientes com valor reduzido

de eutrofização. Na Região Autónoma da Madeira não foram identificadas quaisquer águas poluídas por nitratos.

Deficiente gestão dos efluentes

Os problemas associados aos efluentes agro-pecuários da produção animal, em particular do sector da suinicultura, mas também do azeite, vinho, lacticínios e abate de animais, foram avaliados e serão alvo de políticas definidas no quadro da Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais, de forma coordenada com outras intervenções complementares no Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Esta estratégia inclui a continuidade das intervenções já iniciadas no QCA III para as zonas de pecuária intensiva.

Protecção do solo e desertificação

Portugal foi identificado⁵⁷ como o país do Sul da Europa com piores recursos em solo (58% da SAU pobre em matéria orgânica) e com elevado risco de erosão (69% do território), associados não só às características do solo e ao declive, mas também reflectindo o regime pluviométrico, com concentração das chuvas num período relativamente curto do ano e a rápida perda de matéria orgânica por mineralização, devido a temperaturas elevadas na época seca.

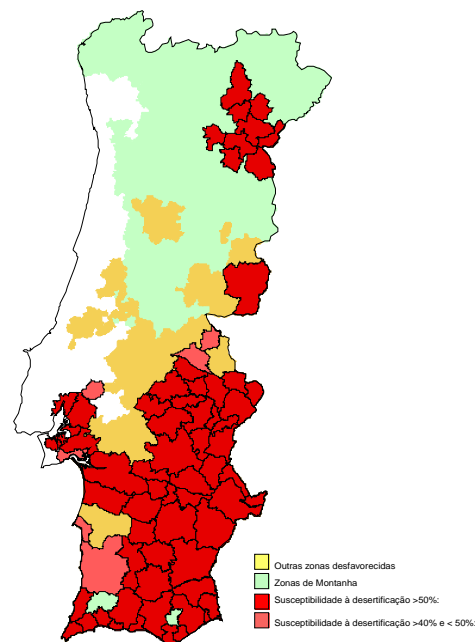
Os fogos, para além da massa florestal que fazem desaparecer, diminuem a capacidade de retenção de água nos solos, expõem os mesmos à erosão, provocando o arrastamento da matéria fina e o consequente assoreamento das linhas de água e das albufeiras.

Riscos de desertificação física e degradação dos solos

O risco de erosão, associado à ocorrência de anos de seca e uma destruição frequente do coberto vegetal, nomeadamente pela ocorrência de incêndios, leva a que uma parte importante do território continental tenha um nível

de susceptibilidade à desertificação elevado (11% do território) ou moderado (60% do território), conforme é visível no mapa I.9. Neste contexto, está a ser aplicado o Programa de Acção

Mapa I.9 – Concelhos com elevada susceptibilidade à desertificação



Fonte: GPPAA a partir de "Corine soil erosion risk and important land resources in the southern regions of the European Community, CEE 1992

⁵³ GPPAA a partir de RGA 89, IE93, IE95, IE97, RGA99 e IE 2003

⁵⁴ Directiva 91/676/CE

⁵⁵ GPPAA, a partir de IE 2003 e IDRHa 2006

⁵⁶ Fonte: IRENA, 2000

⁵⁷ Programa CORINE – Projecto "Soil erosion risk and important land resources"

Nacional de Combate à Desertificação - PANCD (1999)⁵⁸, que propõe uma actuação integrada, formulando como objectivo a conservação do solo e da água e a recuperação das áreas degradadas, mas também a fixação das populações nas regiões mais despovoadas e a sensibilização para a problemática da desertificação.

A floresta tem, pois, um papel fundamental na protecção do solo e da água e ainda na recuperação de ecossistemas degradados, estimando-se que 71% dos espaços florestais cumpram globalmente essa função, e que 20% estejam directamente alocados à protecção do solo. Por essa razão, têm vindo a ser incentivadas medidas de reflorestação e outras orientadas para a sustentabilidade da floresta, que deverão ser reforçadas no próximo período de programação.

Relativamente à floresta instalada nas zonas susceptíveis à desertificação (ZSD), tem-se procurado contribuir para a protecção do solo e para o combate à desertificação, nomeadamente pela concretização do PANCD, cujos objectivos “conservação do solo e da água”, “recuperação de áreas degradadas” e “integração da luta contra a desertificação nos instrumentos de desenvolvimento”, se traduziram na introdução de orientações e de apoios no desenho dos programas cofinanciados entre 1999-2006, tais como: a introdução de um Código de Boas Práticas Florestais, designadamente as que respeitam a mobilizações do solo menos agressivas nas ZSD e em área de Reserva Ecológica Nacional; a identificação de espécies-objectivo, melhor adaptadas às condições edafoclimáticas mais adversas, características das ZSD, e que são promotoras da recuperação da fertilidade dos solos e da regularização dos recursos hidrológicos. Também a agricultura tem procurado contribuir para a protecção dos solos, através do incentivo de práticas e opções culturais mais adequadas à qualidade dos solos, como se pode constatar pelo aumento das áreas em sementeira directa ou de pastagem, ou da utilização dos procedimentos que fazem parte das boas práticas agrícolas. Esta orientação irá, assim, ser retomada e reforçada.

Na Região Autónoma da Madeira a floresta assume um papel fundamental na protecção do solo e da água e na recuperação de ecossistemas degradados em consequência de pastoreio desordenado ao longo de séculos, prática entretanto abandonada, promovendo-se actualmente a regeneração natural e florestação dessas áreas.

Na Região Autónoma dos Açores o regime de precipitação, bem distribuído ao longo do ano, a inexistência de fogos florestais, o bom nível de matéria orgânica dos solos e a elevada percentagem de pastagens permanentes determinam que não se registem fenómenos de desertificação.

Ar e Alterações climáticas

Variabilidade climática com ocorrência cíclica de fenómenos extremos como a seca

Uma das características do Continente consiste na sua variabilidade climática, com ocorrência de frequentes situações de seca, com graves consequências no sector, nos recursos hídricos, e no bem-estar das populações. Nas duas últimas décadas observou-se uma intensificação da frequência destas ocorrências, sendo de salientar a seca de 1991-1993 como a mais longa.

Os estudos desenvolvidos para Portugal sobre as consequências das alterações climáticas decorrentes do efeito de estufa apontam para uma tendência de agravamento das situações extremas de seca e temperatura elevada, com impactos significativos nas condições de desenvolvimento vegetativo das produções agrícolas e florestais, e o aumento substancial do risco meteorológico de incêndio em todo o país.

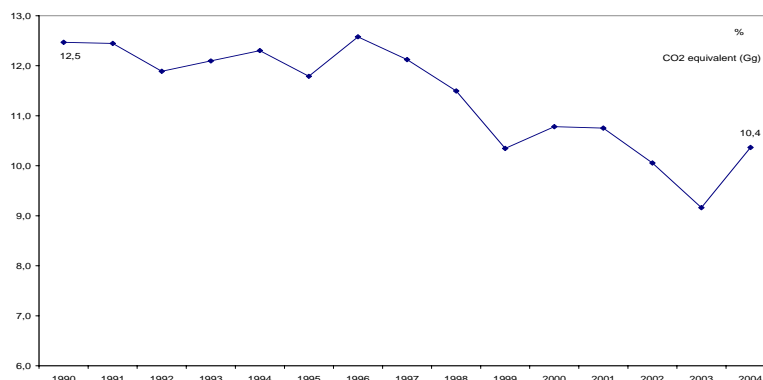
A agricultura portuguesa, à sua escala, tem uma parte da responsabilidade pelas emissões de gases com efeito de estufa (GEE), muito embora se registre um esforço de participação no desafio global para as reduzir, através de ganhos de eco-eficiência obtidos com a aplicação de tecnologias e utilizações da terra energeticamente mais adequadas, sem pôr em causa a ainda necessária modernização deste sector.

No que se refere à contribuição para as emissões de gases com efeito de estufa, a agricultura aumentou as suas emissões em 7% desde 1990, representando actualmente cerca de 10% do total de emissões nacionais, 65% das emissões de óxido nitroso (N₂O) e 35% de emissões de

⁵⁸ Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/99, de 17 de Junho, no âmbito do Anexo IV da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países afectados por seca grave e ou desertificação, ratificada pela União Europeia ao abrigo da Decisão nº 98/216/CE, do Conselho, de 9 de Março de 1998.

metano (CH₄)⁵⁹. Mas, como se apresenta no Gráfico I.31, o peso das emissões de GEE de origem agrícola no total nacional de emissões tem vindo a diminuir.

Gráfico I.31- Emissões de GEE de origem agrícola no total



De acordo com os compromissos assumidos por Portugal após o Protocolo de Quioto e face à União Europeia, no período de 2008 a 2012 não deverão ser registados aumentos dos valores das emissões de GEE superiores a 27%, relativamente ao valor de 1990. Neste sentido, Portugal tem vindo a efectuar esforços significativos de redução de emissões para atingir os compromissos assumidos, dos quais se aproximou em 2004 (excedeu aquela meta em apenas 1,4 pontos percentuais). Assim, como uma percentagem de aumento de 7% relativamente a 1990, a agricultura está a contribuir sectorialmente para o cumprimento dos compromissos portugueses nesta matéria.

A eco-eficiência do sector tem melhorado quanto às emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e consumos energéticos, bem como, aliás, quanto ao consumo de fertilizantes. Verifica-se, de 1990 para 2000, uma evolução positiva (índice 1,3) do crescimento do VAB sectorial no total da emissão de gases.

É também relevante o potencial de contribuição dos sistemas agro-florestais e sistemas extensivos para a capacidade global de sumidouro de CO₂, já reconhecido no Programa Nacional para as Alterações Climáticas, elaborado com vista ao cumprimento dos compromissos nacionais no âmbito do Protocolo de Quioto.

Evolução positiva da eco-eficiência.

Existência de sistemas agro-florestais e sistemas extensivos com potencial de fixação de carbono

No que respeita à qualidade do ar, a agricultura contribui para as emissões de amónia com uma percentagem de 86,2% face às emissões totais, valor ainda afastado do valor homólogo europeu, que se situa em 93,6%.

As emissões totais de amónia, em Portugal, têm vindo a decrescer, apresentando uma variação de -2,2% entre 1990 e 2002. No que toca às restantes emissões poluentes (compostos orgânicos voláteis, óxidos de azoto e dióxido de enxofre), a agricultura tem um peso expressivamente menor face às emissões dos restantes sectores económicos.

A floresta, por si mesma, tem um efeito determinante na qualidade do ar. No que respeita às alterações climáticas, a sua capacidade de sumidouro é avaliada em cerca de 4 Mt CO₂e/ano⁶⁰. No entanto, as emissões resultantes dos incêndios constituem um problema, podendo o sector tornar-se emissor líquido em anos graves de incêndios, como em 2003, em que as emissões líquidas da floresta foram de 8 Mt CO₂e, correspondendo a 9% das emissões nacionais.

A concretização das estratégias nacionais já estabelecidas para as florestas e para as alterações climáticas, bem como a aplicação do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, concorrerá para o desenvolvimento sustentável da floresta portuguesa, ampliando a sua capacidade de sumidouro de CO₂, de retenção de água no solo e de melhoria da qualidade do ar.

⁵⁹ Fonte: Instituto do Ambiente, Inventário 2006

⁶⁰ Inventário de emissões nacional elaborado pelo Instituto do Ambiente

Biomassa e energias renováveis

Valorização crescente das energias renováveis

O sector é produtor de um vasto leque de tipos de biomassa e pode ter um papel importante face à valorização crescente das energias renováveis e à necessidade de cumprir os acordos de Quioto.

O aproveitamento da biomassa florestal residual para a produção de energia renovável é actualmente de 526 mil ton. de matéria seca/ano⁶¹ nas centrais de produção de energia eléctrica e em co-incineração nas indústrias da celulose, para além do aproveitamento em pequenas unidades, sobretudo para produção de calor.

O aproveitamento energético da biomassa a partir de sub-produtos pode promover soluções sinérgicas para a multiplicidade de problemas ligados ao abandono, erosão dos solos, diminuição do risco de incêndios, luta contra o efeito de estufa e necessidade de criação de alternativas para as populações rurais. A contribuição da floresta como fonte de energia renovável está a ser desenvolvida, face à necessidade de redução da carga combustível na floresta, estando em curso o processo para construção de novas centrais eléctricas. Pretende-se aproveitar sinergias entre a diminuição de risco de incêndio, objectivo prioritário, (quer através da gestão estratégica de combustíveis, quer pelas intervenções conducentes à melhoria produtiva da floresta), e a valorização económica do material lenhoso-biomassa daí proveniente, promovendo-se o seu aproveitamento como fonte de energia renovável.

Existência de biomassa proveniente de sub-produtos e resíduos agrícolas e florestais com aproveitamento energético

Outros sectores, nomeadamente produção de biogás a partir de resíduos orgânicos da pecuária bem como a valorização energética de resíduos de culturas anuais e permanentes, deverão ser objecto de enquadramento, em articulação

com as intervenções identificadas ao nível do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Agrícolas (PERAGRI). O desenvolvimento dos biocombustíveis surge como uma alternativa credível, com múltiplas perspectivas tecnológicas e de rendimento em vários sectores de actividade agrícola e mesmo florestal. A este nível pretende-se assegurar que o cumprimento das metas de incorporação estabelecidas na Directiva 2003/30/CE tenha o contributo da produção do sector agrícola e florestal

Neste sentido, o Decreto-lei nº 62/2006, que transpõe aquela directiva, incorpora a produção a partir de culturas agrícolas com finalidades energéticas e de materiais orgânicos. No mesmo sentido, o Decreto-lei nº 66/2006, que altera o código dos Impostos Especiais de Consumo, consagra a isenção total ou parcial do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP) aos biocombustíveis. Para a atribuição desta isenção são considerados critérios de incorporação mínima de produção agrícola nacional.

Esta orientação já foi aplicada através da Portaria nº 1391-A/2006, que regulamenta estas condições de isenção relativamente ao período 2006/2007.

A área agrícola com culturas energéticas ocupa, nesta data, 3400 ha, representando cerca de 0,1% da SAU. As nossas condições naturais favorecem uma maior disponibilidade de culturas lenho-celulósicas, com vantagens significativas em termos ambientais e mercado não-concorrencial com o alimentar.

A área agrícola com culturas energéticas ocupa, nesta data, 3400 ha, representando cerca de 0,1% da SAU. As nossas condições naturais favorecem uma maior disponibilidade de culturas lenho-celulósicas, com vantagens significativas em termos ambientais e mercado não-concorrencial com o alimentar.

Síntese

A agricultura e a floresta têm um papel fundamental no equilíbrio ecológico do território e na preservação da paisagem. Este papel é desempenhado por pessoas e empresas, na sua actuação enquanto produtores e proprietários. Daí a importância da sua presença e actividade para o equilíbrio do território.

Na situação actual e no que respeita ao uso e ocupação do solo, à gestão das explorações agrícolas e às práticas produtivas, verifica-se uma actuação globalmente positiva sobre o ambiente e a paisagem.

A mesma avaliação não é possível para o sector florestal no Continente, que enfrenta grandes problemas, dos quais se salienta o risco de incêndios.

É, pois, uma prioridade reorientar a política florestal nas suas várias vertentes, actuando de forma concertada para obter resultados na luta contra o seu maior inimigo, os incêndios.

⁶¹ Fonte: DGRF, Estimativas com base nos dados do Centro para a Biomassa e Energia, 2005/2006; Relatório anual da CELPA, 2004

Há ainda a necessidade de actuar sobre as situações de degradação ambiental que se verificam, essencialmente ligadas a problemas de poluição da água com nitratos, sobretudo em zonas de concentração de pecuária intensiva.

As práticas ambientalmente sustentáveis deverão continuar a ser desenvolvidas, quer na óptica do cumprimento das exigências mínimas quer do incentivo a exigências acrescidas, em particular nas zonas da Rede Natura. A interligação e criação de sinergias, com ganhos recíprocos, entre as mais valias ambientais e o desenvolvimento sustentável das regiões através das actividades económicas deverá ser continuada e incentivada, num modelo em que todos saiam ganhadores, nomeadamente através de abordagens de cooperação e que já começaram a ser testadas em concreto.

Pretende-se ainda melhorar o desempenho do sector quanto à emissão de gases com efeito de estufa, sendo fundamental o papel dos sistemas agro-florestais como sumidouro, completando-se com o necessário desenvolvimento previsto para as várias vertentes da utilização energética da biomassa.

Análise SWOT Dimensão Ambiental

Pontos Fortes	S	W	Pontos Fracos
<p>Importância e dimensão da floresta. Extensificação pecuária. Aumento de povoamentos de maior valor ambiental. Utilização crescente de modos de produção amigos do ambiente. Sistemas de produção extensivos em áreas significativas. Níveis baixos de utilização de fertilizantes e Importante valor paisagístico das culturas, como a vinha, o olival, o pomar ou de espécies florestais como o montado ou os soutos em certas zonas do País. Património natural com significativo índice de biodiversidade. Balanço bruto de nutrientes com valor reduzido. Evolução positiva da eco-eficiência. Existência de sistemas agro-florestais e extensivos com potencial de fixação de carbono. Existência de biomassa proveniente de subprodutos e resíduos agrícolas e florestais com aproveitamento energético.</p>			<p>Aumento relativo dos territórios artificializados com perda de áreas agrícolas. Diminuição das áreas de culturas permanentes. Estrutura fundiária florestal atomizada, Gestão florestal incipiente. Desajustamento entre espécies florestais e território Uso menos eficiente dos recursos hídricos Deficiente gestão dos efluentes Zonas muito localizadas com poluição por nitratos</p>
Oportunidades	O	T	Ameaças
<p>Crescente procura de produtos e actividades de lazer associadas ao ambiente e paisagens rurais. Valorização crescente das energias renováveis. Valorização crescente do papel multifuncional da floresta. Necessidade de cumprir os acordos de Quioto.</p>			<p>Variabilidade climática com ocorrência cíclica de fenómenos extremos como a seca. Riscos de desertificação física e degradação dos solos. Risco elevado de incêndios florestais. Risco de abandono da actividade agro-florestal. Risco de marginalização elevado em vastas áreas do território.</p>

A análise não contempla especificidades das Regiões Autónomas, tratadas ao nível da programação.

4. Dimensão Socio-económica

Demografia

Em Portugal residem cerca de 10,5 milhões de habitantes, dos quais 95% no Continente, repartindo-se os restantes 5% em proporções semelhantes pelas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Baixa densidade nas zonas rurais No Continente verificam-se algumas disparidades quer na repartição da população por regiões (NUTSII), oscilando a sua importância entre os 37,2% do Norte e os 4% do Algarve, quer na densidade populacional que varia entre os 24,4 hab/Km² na Região do Alentejo e os 956,6 hab/Km² na Região de Lisboa, valores esses que se distanciam significativamente dos 114 hab/km², que é densidade populacional média em Portugal⁶².

No Continente esta distribuição heterogénea é notória ao nível do rural e do urbano e peri-urbano, com valores de 46 hab/Km² para o primeiro e de 709 hab/Km² para o restante território⁶³.

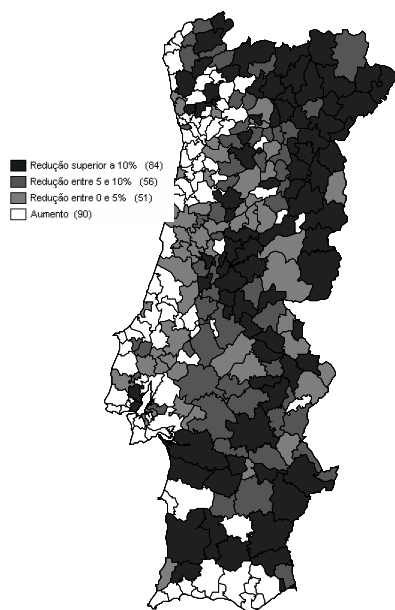
Nas Regiões Autónomas onde se verifica uma clara predominância dos territórios rurais, a densidade populacional é de 104 hab/km² nos Açores e 308 hab/km², na Madeira, apresentando também oscilações importantes intra-territoriais e inter-ilhas

Em Portugal, existe um equilíbrio relativo entre homens (48,3%) e mulheres (51,7%), e disparidades regionais.

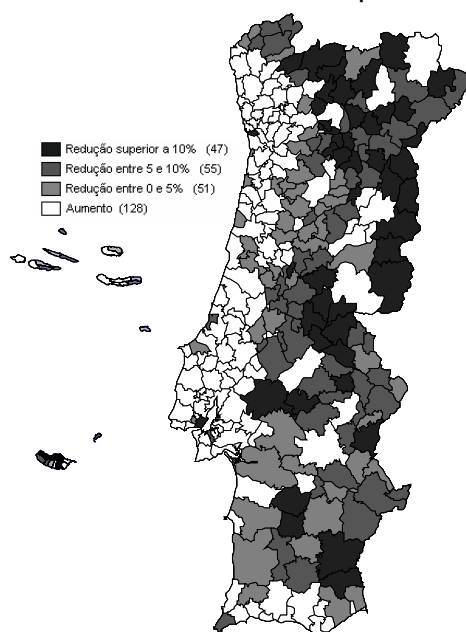
Novos fluxos migratórios A tendência da evolução da população residente em Portugal alterou-se no início da década de 90, com um crescimento efectivo de 6,4%, superior à média na UE, resultante do aumento significativo do saldo migratório, em particular da população estrangeira, com uma taxa de crescimento anual de 6,6%⁶⁴.

A evolução da população residente apresenta assimetrias regionais: aumento muito significativo no Algarve, Norte (área metropolitana do Porto) e Lisboa, e muito ligeiro nos Açores. O Alentejo e a Madeira perderam população. Verifica-se ainda a existência de taxas negativas, sobretudo em território rural do interior do Continente. Quando observado na globalidade, o território rural do Continente apresenta acréscimo populacional de 1%⁶⁵, valor muito moderado quando comparado com os 8% registados no restante território.

Mapa I.10 – Variação da população residente 1981 – 1991 por Concelho



Mapa I.11 – Variação da população residente 1991 – 2001 por Concelho



Fonte: GPPAA a partir de censos 1991 e 2001

⁶² Fonte: INE, Estimativas da população residente intercensitárias

⁶³ Fonte: GPPAA, a partir de Censos 2001

⁶⁴ Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, serviços de estrangeiros e fronteiras, 1990-2004

⁶⁵ Fonte: GPPAA, Territórios rurais

A população residente em explorações agrícolas representa 11%⁴ da população total do Continente, sendo substancialmente superior nalgumas regiões. A evolução da população agrícola familiar é negativa em todo o território, tendo o decréscimo verificado, na década de 90, atingido um valor de 35% no território rural.

Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, a população residente nas explorações agrícolas representa, respectivamente, 29% e 18% da população total.

População rural envelhecida Verifica-se um aumento significativo do índice de envelhecimento⁶⁶, passando de 0,18 na década de 50 para 1,03 em 2001⁶⁷, acompanhando a tendência de envelhecimento na UE, mas a um ritmo superior. O Alentejo continua a apresentar a estrutura etária mais envelhecida, enquanto que os Açores e a Madeira têm uma população mais jovem. Cerca de 45% dos empresários agrícolas tem mais de 65 anos⁶⁸.

Qualidade de vida

Disparidades de rendimento e desenvolvimento O nível de rendimento médio (PIB/per capita em ppc) é ainda relativamente baixo, mantendo-se inferior à média da UE e sendo, regionalmente muito heterogéneo. As regiões de Lisboa e Algarve são as que têm os maiores níveis de rendimento (índice 0,73 e 0,56, respectivamente), enquanto que o Alentejo apresenta os menores níveis, reflexo da dominância do rural no seu território⁶⁹.

A sustentabilidade dos serviços à população tem levado à sua concentração em aglomerados intermédios. A acessibilidade ao urbano dinâmico mais próximo e à rede viária principal é, nos territórios rurais, de 22 e 16 minutos, respectivamente. Esta distância é reduzida nos restantes territórios para cerca de 5 minutos.

Quanto ao acesso à informação, verifica-se uma evolução, em crescendo, da população às TIC, patente na intensidade da difusão recente dos computadores pessoais e da Internet. A taxa de utilização é de 37,2% no universo de potenciais utilizadores, em que cerca de 41,3% dos agregados domésticos possuem computador e 26% têm acesso a Internet, valores ainda inferiores ao que se verifica na UE (42%). A utilização do computador e o acesso à Internet está generalizada em grande número de empresas, enquanto a posse de Website é ainda reduzida, em particular nas pequenas empresas. Nas zonas rurais, apenas 1,8% da população tem acesso próprio à Internet por ligação ADSL.

Emprego

Em Portugal, a taxa de emprego é de 68%⁷⁰. A taxa de desemprego é de 6,7%, sendo o desemprego feminino superior ao masculino. Cerca de 38% do desemprego é de longa duração⁷¹.

População activa envelhecida A população activa está envelhecida, agravando-se esta situação para o total de empresários na economia. Da população activa empregada, 10,8% está no sector primário e 9,6% na agricultura, valores acima da média da UE. Os sectores não agrícolas ocupam 4 476 mil pessoas, das quais 30,8% no secundário e 58,4% no terciário⁷².

No período 1995-2003, o emprego total cresceu 12%, verificando-se um crescimento de 19% no sector terciário e 6% no secundário. O sector primário decresceu 9% no total do período, tendo-se, no entanto, assistido a um crescimento a partir de 2000 (Gráfico I.32).

⁶⁶ Índice de envelhecimento: população total residente >65 anos /<14 anos

⁶⁷ Fonte: INE, Censos 2001

⁶⁸ Fonte: EUROSTAT, Farm Structure Surveys

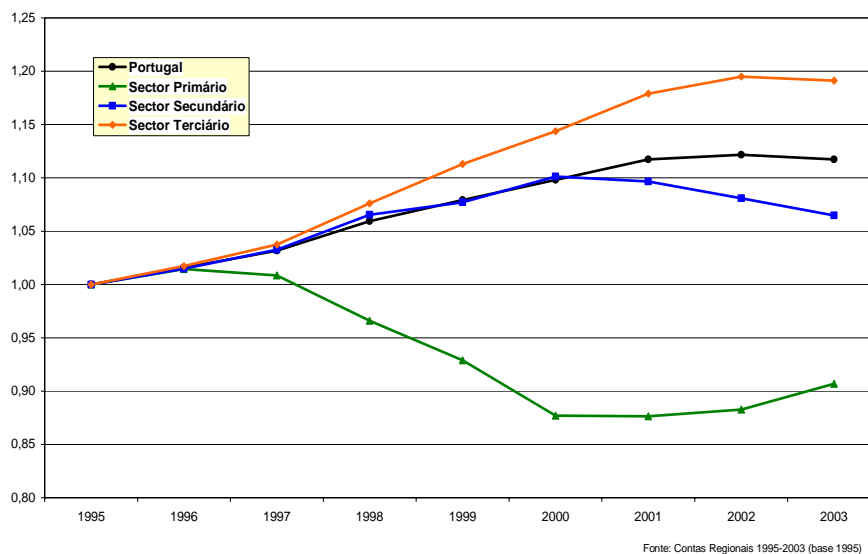
⁶⁹ Fonte: GPPAA, Territórios rurais

⁷⁰ Fonte: EUROSTAT, Labor Force Surveys, 2004

⁷¹ Fonte: INE, Taxa de desemprego por grupo etário e sexo, 2004

⁷² Fonte: INE, Contas Regionais, 1995-2003, base 1995

Gráfico I.32– Índices de evolução do emprego total e por sector de actividade económica (Portugal, 1995=1)



Dos 1,1 milhões de habitantes residentes em explorações agrícolas, 1 milhão exerce aí actividade, na maioria a tempo parcial. Apenas 18,3% dos produtores singulares trabalham a tempo completo. O trabalho a tempo parcial de natureza familiar é importante em todas as regiões do Continente e nas Regiões Autónomas: cerca de 90% do total das explorações têm predominantemente trabalho familiar.

Qualificação

Na última década o nível médio das habilitações da população portuguesa aumentou, tendo a taxa de analfabetismo reduzido em 2%, situando-se, em 2001, em 9%⁷³. No entanto continua a apresentar níveis de qualificação (instrução/formação) baixos sobretudo acima dos 40 anos.

Em 2003, o perfil da população activa portuguesa, por nível de habilitação, mostra que apenas 11,3% tem nível médio e superior e 13,2% o secundário completo. Persistem 32% de activos com o 1º ciclo do ensino básico (instrução primária) e 7,4% sem qualquer grau de instrução.

Este perfil é muito uniforme em todas as regiões do país com excepção de Lisboa, em que 60% da população activa possui habilitações superiores ao 2º ciclo, enquanto para Portugal este valor se situa nos 40%⁷⁴.

No sector agrícola cerca de 51% dos produtores agrícolas apenas têm nível de instrução básico. Apenas 8,5% dos agricultores têm formação na área agrícola⁷⁵.

Diversificação de actividades

A actividade agrícola e florestal foi, durante muito tempo, a principal actividade das zonas rurais, ocupando grande parte da mão-de-obra e sendo a principal fonte de rendimento da população. As mudanças ocorridas nas últimas décadas alteraram significativamente esta realidade, conduzindo à diminuição e acentuado envelhecimento da população rural, à terceirização da sua população activa e a uma grande dependência das famílias residentes, das transferências sociais públicas. Neste contexto, a evolução das zonas rurais mais interiores ou de montanha do Norte e Centro, do Alentejo e do Algarve, foi particularmente gravosa e a sua situação exige uma especial atenção por parte da política de desenvolvimento rural.

Sendo certo que a revitalização das zonas rurais depende muito do seu grau de atractibilidade e, este, das condições oferecidas à população em geral, e aos empresários em particular, é impor-

⁷³ Fonte: INE, Censos 1991, 2001

⁷⁴ Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2003

⁷⁵ Fonte: INE, Inquérito às estruturas das explorações agrícolas, 2003

tante a criação ou a melhoria de serviços básicos de apoio à população e às empresas. A sua revitalização passa ainda pela capacidade de rentabilizar melhor os recursos presentes nos territórios.

Nesta óptica, o carácter multifuncional da actividade agro-florestal e a tradição de pluriactividade associada às explorações pode contribuir para o aumento de riqueza e de emprego através de actividades do sector secundário e terciário, como as turísticas e de lazer, complementadas com as de pequena transformação e comercialização.

Património com valor nas zonas rurais	No âmbito do aproveitamento de recursos endógenos encontra-se enquadramento para a exploração económica da "identidade" da região através da recuperação e preservação do respectivo património.
---------------------------------------	--

Nas duas últimas décadas constatou-se uma significativa evolução das actividades turísticas e artesanais, nomeadamente nas zonas rurais.

O Turismo em Espaço Rural (TER) conheceu recentemente um forte impulso, nas modalidades de turismo de habitação, turismo rural, agro-turismo, casas de campo e turismo de aldeia. Em 2005, a capacidade do TER traduzia-se pela existência de 1053 estabelecimentos e 10792 camas, com predomínio do turismo rural e de habitação, em especial no Norte, Centro e Alentejo.

Evolução do turismo rural e artesanato	Sendo um sector com potencialidades para a revitalização das zonas rurais pela capacidade de adaptação e resposta à nova procura turística, necessita de diversificar a oferta de animação complementar, de aumentar o dinamismo e o grau de organização do sector e de qualificar os recursos humanos que lhe estão afectos.
--	---

grau de organização do sector e de qualificar os recursos humanos que lhe estão afectos.

O artesanato, igualmente muito importante, foi também atingido pela alteração dos modelos de produção e consumo, e pela concorrência dos produtos industriais. Nas duas últimas décadas, o sector apresentou sinais de recuperação, preservando o património com introdução de novas tecnologias, dando resposta ao maior nível de exigência do mercado. Entraram artesãos mais jovens, foi produzida legislação para o reconhecimento do fabrico artesanal, encontrando-se reconhecidas mais de setecentas unidades e oitocentos artesãos, números que se considera subavaliados. As unidades artesanais repartem-se, essencialmente, pelos produtos de madeira, metal, cerâmica, têxteis e alimentação. As micro-empresas são, a seguir aos empresários em nome individual, as mais numerosas na economia das regiões, representando 86% do total das empresas.

Implantação de Grupos de Acção Local

Em Portugal existem actualmente 52 Grupos de Acção Local (GAL), 46 no Continente, 4 nos Açores e 2 na Madeira, responsáveis no terreno pela implementação do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+, mediante Planos de Acção Local, dinamizando o desenvolvimento endógeno, nomeadamente das zonas rurais. Os GAL que actuam nos territórios rurais actualmente definidos, abrangem 26,6% da população total.

As principais áreas de intervenção do Programa LEADER+ em termos de projectos aprovados são os serviços de base de apoio à economia e população (14%), a manutenção e restauração de heranças culturais (13%), o fomento à actividade de turismo (11%), as ajudas às PME e artesanato (11%) e o funcionamento dos próprios GAL (9%)⁷⁶.

Síntese

O país é marcado por uma tendência global de envelhecimento da população, por índices de qualificação em evolução lenta, por uma concentração demográfica numa pequena parte do território situada no litoral e por uma terceirização do emprego.

O envelhecimento da população faz crescer o peso dos rendimentos dos não activos na economia, diminui a oferta de trabalho, gera necessidades de novos serviços de apoio às famílias. Por outro lado, torna-se inviável manter a densidade da rede de alguns serviços dirigidos a outras classes de idade cuja procura é muito baixa.

Tendo em conta o padrão nacional da distribuição territorial da população e do mercado de trabalho, o efeito do envelhecimento é mais acentuado nas zonas rurais, em particular no interior, com tradução ao nível dos índices de rendimento.

⁷⁶ Fonte: Programa LEADER, Relatório de execução 2004

Por outro lado, a política de acessibilidades desenvolvida nos últimos anos (viária, saúde, educação, cultura) permitiu criar alguns eixos de atractibilidade nestas zonas.

Entre estes pólos existe, contudo, um extenso território, essencialmente suporte da actividade agrícola e florestal e atractivo para a procura urbana na ocupação dos tempos de lazer.

A viabilidade destes territórios está, assim, bastante dependente da capacidade de criar, organizar e desenvolver a actividade económica no sector agro-florestal, e da capacidade de diversificação para outras actividades que satisfaçam novas procuras, internas e externas ao território, contribuindo desta forma para uma inversão da situação de fragilidade identificada.

Análise SWOT Dimensão socio-económica

Pontos Fortes	S	W	Pontos Fracos
<p>Crescimento da população pela imigração Base de estrutura familiar na agricultura Pluriactividade da população agrícola nas zonas com maior diversificação do emprego Existência de património com valor nas zonas rurais Evolução positiva de alojamento turístico nas zonas rurais Evolução positiva da actividade artesanal Existência de dinâmicas locais</p>			<p>Baixa densidade populacional nas zonas rurais População rural envelhecida Elevadas disparidades no nível de rendimento e de desenvolvimento social entre zonas urbanas e rurais Baixo nível de adesão às TIC nas zonas rurais Fraco nível de instrução e qualificação Serviços não adequados às necessidades do meio rural</p>
Oportunidades	O	T	Ameaças
<p>Potencialidades associadas à multifuncionalidade e diversificação para actividades e serviços complementares à agricultura Crescente procura urbana pelas zonas rurais enquanto espaço de descanso e lazer Valorização pela população urbana da característica tradição e genuinidade associada aos produtos rurais</p>			<p>Abandono dos espaços rurais Fracas sustentabilidade social e económica das zonas rurais</p>

Esta análise não contempla algumas das especificidades das Regiões Autónomas, que serão tratadas ao nível da programação.

5. Conclusões

O mundo rural português evoluiu de forma assimétrica, com melhorias sensíveis em termos do bem-estar social, nomeadamente equipamentos sociais, mas com perda de vitalidade demográfica e económica e de forma desequilibrada. Em virtude das grandes alterações de contexto e das profundas transformações das actividades agro-florestais e dos espaços rurais, verificaram-se importantes progressos a nível económico, ambiental e social, mas subsistem ainda relevantes insuficiências e dificuldades quer no domínio da competitividade empresarial quer da sustentabilidade e coesão dos territórios.

A evolução dos sectores agrícola e florestal e das indústrias a eles associadas foi influenciada de modo determinante, e em geral positivo, pela adesão de Portugal à União Europeia. Apesar dos notórios progressos em termos tecnológicos e de aumento da produtividade do trabalho e do bem-estar dos agentes ligados a esses sectores, o aumento da riqueza por eles gerada produtivamente ficou aquém do programado. Além disso, face ao grande aumento da procura interna de bens agro-alimentares e perante a estagnação dos níveis de produção em termos reais, verificou-se um sensível agravamento do défice da balança alimentar.

O contributo das actividades agro-florestais é importante para o desenvolvimento e sustentabilidade de muitos territórios, seja em termos de produção, emprego e rendimento, seja para preservar o ambiente, os recursos naturais, a paisagem e a biodiversidade.

A Estratégia Nacional para a agricultura e o desenvolvimento rural deve, por isso, estimular a competitividade e a sustentabilidade dessas actividades reforçando, assim, o seu contributo para o desenvolvimento do País e dos seus territórios.

Esta Estratégia só pode ser realizada com a participação, qualificada e organizada de forma eficiente, de todos os agentes intervenientes e das populações rurais, o que implica uma aposta complementar e essencial, na **melhoria da qualificação dos seus agentes e na sua organização para a intervenção e gestão em todo o processo de execução da estratégia.**

II - Estratégia Global de Desenvolvimento Rural

1. Objectivos estratégicos nacionais

O modelo europeu de desenvolvimento rural sustentável tem vindo a consolidar o carácter multifuncional do sector agro-florestal, afirmando-se, com racionalidade, numa tripla valência: económica, produtora de bens de mercado; ambiental, produtora de serviços e gestora de recursos e territórios; e social, integradora de actividades e rendimentos.

A análise efectuada mostra a **existência e a importância de potencial humano, biofísico e económico** com condições para gerar riqueza para o País nos territórios rurais.

Mostra igualmente a existência, na situação actual, de um conjunto de fraquezas que estão na origem do nível insuficiente de produção de riqueza, problema central do sector agro-florestal e dos territórios rurais.

A análise desenvolvida permitiu identificar **problemas de competitividade do sector agro-florestal** e delinear algumas perspectivas e orientações para corrigir as insuficiências detectadas e promover um melhor aproveitamento dos recursos, potencialidades e oportunidades existentes de modo a reforçar a atractividade e o desenvolvimento dos territórios rurais.

O sector agro-florestal desenvolve actividades e cria riqueza a partir dos recursos naturais, arrastando o aparecimento de outras actividades; emprega e fixa população no próprio sector e com capacidade de gerir os valores ambientais e patrimoniais existentes.

A criação de riqueza, feita de forma sustentada, traduz-se na adopção de sistemas e práticas de produção eficientes, respondendo às necessidades dos consumidores, sem comprometer os recursos nem a qualidade do meio ambiente, assegurando-se, assim, a competitividade dos produtos no quadro do comércio internacional, a preço e qualidade requeridos por estes mercados.

Para as indústrias, sustentabilidade traduz-se na compatibilização pelas empresas de objectivos de natureza económica, social e ambiental e na existência de perspectivas de criação de valor a longo prazo.

O desenvolvimento sustentável dos meios rurais significa a utilização adequada dos recursos endógenos pelas gerações actuais, empresas e agentes, com vista à sua valorização económica, social, ambiental e patrimonial e à qualificação de infra-estruturas, tornando-os mais competitivos e preservando a utilização dos recursos pelas gerações vindouras.

O desenvolvimento rural deve, pois, ser sustentável e harmonioso, todas as vertentes devem ser consideradas e articuladas: não há desenvolvimento rural sem desenvolvimento económico e social, e não há desenvolvimento rural sem economia empresarial competitiva, actue esta no sector ou fora dele.

A competitividade empresarial expressa-se hoje num quadro de mercado aberto, com padrões de concorrência cada vez mais exigentes. O desempenho das empresas e fileiras tem que assegurar níveis elevados de participação nos mercados, nomeadamente nos internacionais, de maior dimensão e mais remuneradores, o que implica uma orientação clara para a consolidação e a melhoria das exportações, produzindo a preço e qualidade concorrenciais. Fazem, assim, parte intrínseca dos padrões actuais de qualidade, requisitos de natureza ambiental, assegurados em todos os pontos da cadeia de produção.

Sendo a competitividade um processo, é fundamental assegurar a introdução de inovações tecnológicas que se traduzam em redução de custos e acréscimos de qualidade, nomeadamente pela via da diferenciação.

A importância e o conceito de competitividade estendem-se aos territórios. Estes competem uns com os outros, em valor e em atractividade, igualmente função de padrões de concorrência específicos das áreas rurais, e nos quais a qualidade assume especial relevância.

Nos meios rurais e territórios a qualidade traduz-se numa boa utilização dos recursos água, ar, solo; no ordenamento dos usos; na preservação da biodiversidade, da paisagem e do património; na gestão dos riscos naturais, incêndios, secas, cheias; no potencial e capacidade para produzir riqueza a partir dos recursos; na adequação das estruturas existentes, facilitadoras das actividades económicas e do bem-estar das populações; nas condutas individuais dos agentes, mas, sobretudo nas dinâmicas de conjunto criadas nos territórios.

A competitividade dos meios rurais implica ainda, e de modo igualmente importante, a diversidade dos serviços prestados e a capacidade para projectar externamente as especificidades de cada território.

Neste enquadramento, a **Finalidade** da estratégia nacional para a agricultura e o desenvolvimento rural consiste em **Promover a Competitividade do sector agro-florestal e dos territórios rurais de forma sustentável.**

Para cumprir esta finalidade foram definidos três Objectivos Estratégicos, interligados e directamente vocacionados para o desenvolvimento rural, complementados com dois desígnios nacionais, definidos como Objectivos Transversais, e para os quais aqueles deverão contribuir e interagir de forma activa.

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal
 Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais
 Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais

OBJECTIVOS TRANSVERSAIS

Reforçar a coesão territorial e social
 Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial

Objectivos Estratégicos

Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal é um objectivo estratégico porque é necessário melhorar o desempenho dos sectores de forma a aumentar a produção directa de bens transaccionáveis e induzir efeitos positivos nos territórios e nas suas populações. Tal deverá ser alcançado através da modernização das empresas e da sua orientação para o mercado, do aumento da produção de qualidade, da promoção da cooperação empresarial, da inovação tecnológica, da qualificação dos recursos humanos, da melhoria dos sistemas produtivos e do aumento da sua eficiência e requalificação ambiental e do desenvolvimento de infra-estruturas, utilizando e adaptando os instrumentos financeiros às suas necessidades.

A eficiência e requalificação ambiental referida será conseguida com o apoio a investimentos tanto ao nível individual nas explorações e unidades industriais como pelas intervenções colectivas.

Os montantes de investimento previstos para o sector serão ainda, no caso de Portugal Continental, reforçados com a aplicação do mecanismo de modulação voluntária, cujas verbas serão afectas em 50 % aos projectos com carácter estruturante.

A estagnação do produto agrícola, juntamente com a frágil qualificação dos agentes e a permanência de um conjunto de bloqueios não ultrapassados, como a atomização da oferta e o deficiente desempenho na organização do sector, determinam como sub-objectivos:

- Aumentar o conhecimento e melhorar o potencial humano;
- Promover a inovação;
- Reestruturar e desenvolver o potencial físico;
- Melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas.

Para se atingirem estes sub-objectivos privilegiam-se as seguintes linhas de orientação:

- Actuação numa óptica de fileira e em rede – cooperação e interligação entre os diferentes agentes, nomeadamente produtores e indústria.
- Concentração num conjunto de fileiras e domínios estratégicos.
- Apoio selectivo nas restantes fileiras e actividades
- Orientação para a produção em mercado aberto e global
- Cooperação para a colocação dos produtos no mercado
- Promoção da iniciativa em comum das intervenções
- Formação e inovação orientadas para o mercado e promoção de parcerias
- Corresponsabilização dos agentes no esforço de investimento
- Redimensionamento empresarial
- Serviços de apoio às empresas
- **Melhoria da eco-eficiência e redução da poluição**

Promover a Sustentabilidade dos Espaços Rurais e dos Recursos Naturais é um objectivo estratégico porque é necessário garantir ou melhorar a qualidade do ambiente, da paisagem e a boa utilização dos recursos.

Na situação descrita do território nacional, o esforço determinante incide na manutenção e promoção duma gestão sustentável das actividades agrícolas e florestais pela importância que detêm na sustentação dos valores ambientais e paisagísticos e da biodiversidade.

Em termos da biodiversidade e dos sistemas de alto valor natural propõe-se uma priorização em zonas abrangidas pela Rede Natura 2000. Dada a sua dimensão e importância territorial, o conjunto de mecanismos e instrumentos serão variados e múltiplos, mas coerentes e promotores de sinergias e vantagens múltiplas. A aplicação do mecanismo de modulação voluntária preconizada para Portugal Continental, irá permitir a afectação de 50 % das verbas assim obtidas ao reforço dos apoios à Rede Natura 2000.

A promoção do reordenamento florestal e da gestão sustentável da floresta é, em simultâneo, outro vector fundamental e paralelo de actuação, para a qual se irão implementar, em coerência, um conjunto de actuações devidamente enquadradas no território e adaptadas às condições naturais de produção. A promoção duma floresta sustentada que garanta o seu contributo para a protecção do ambiente, dos recursos hídricos e do solo e para a atenuação das alterações climáticas, é, assim, o outro pilar deste objectivo.

Estes irão ser complementados com a continuação dos incentivos para modos de produção que conjugam, pelas suas exigências, a protecção do ambiente, da paisagem, da biodiversidade e dos recursos naturais como os solos e a água, ao mesmo tempo que originam produtos de qualidade reconhecida pelos consumidores e com mais valias para o desenvolvimento do mundo rural.

Assim consideram-se como sub-objectivos:

- Proteger os valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da Rede Natura 2000 e outras;
- Proteger os recursos hídricos e o solo;
- Contribuir para a atenuação das alterações climáticas;
- Contribuir para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas em zonas desfavorecidas.

A prossecução destes sub-objectivos assenta nas seguintes linhas mestras de actuação:

- Sustentação das explorações nos territórios mais desfavorecidos
- Sustentação de valores naturais e paisagísticos
- Actuação numa óptica de ordenamento do território
- Intervenção na floresta com dimensão e sustentabilidade
- Valorização dos produtos do ambiente que possam ser transaccionáveis
- Orientação dos agentes produtores para a gestão sustentável dos recursos naturais
- Estimulo a comportamentos ambientais com efeitos positivos adicionais
- Correção de problemas de natureza ambiental
- Actuação privilegiada em zonas associadas a riscos de catástrofes naturais

Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais é objectivo estratégico porque é necessário contribuir para aumentar a atractividade e competitividade destas zonas enquanto local para viver, trabalhar e visitar. A sua concretização deverá ser feita, nomeadamente, através da mobilização organizada dos actores locais, que deverão ser os facilitadores da promoção de actividades de diversificação da economia rural, da criação de competências locais e serviços de apoio, da conservação e valorização do património rural e natural.

Assim consideram-se como sub-objectivos:

- Diversificar a economia rural;
- Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais;
- Desenvolver competências nas zonas rurais.

A concretização destes sub-objectivos assenta nas seguintes linhas mestras de actuação:

- Dinamização do mercado de produtos locais
- Utilização inovadora do património rural e natural
- Actuação em complementaridade com a actividade agro-florestal
- Concentração em iniciativas locais de dimensão adequada
- Formação orientada para o aparecimento e desenvolvimento de iniciativas locais
- Integração e complementaridade com outras intervenções territoriais
- Promoção de serviços básicos para grupos alvo da população em meio rural
- Aplicação da abordagem Leader

Objectivos Transversais

Reforçar a coesão territorial e social

Reforçar a coesão territorial e social é um desígnio de âmbito nacional, que se assume como objectivo deste Plano pela importância (dimensão e valor) que o espaço rural detém no território nacional, pela sua referência em termos sociais, e pela contribuição para a criação de riqueza que pode dar ao País, se forem convenientemente utilizados os recursos endógenos e estimuladas as dinâmicas aí existentes.

As intervenções de base territorial deverão assentar em medidas adequadas às estratégias locais e às especificidades de cada território e ser desenvolvidas em coerência com os objectivos nacionais e regionais.

A abordagem LEADER, pela sua natureza e pela experiência já comprovada, deverá ter um papel essencial na dinamização dos agentes locais, na definição e na gestão do processo de desenvolvimento endógeno para a criação de emprego e diversificação de actividades, contribuindo para a melhoria da qualidade dos territórios rurais e diminuindo as diferenças para os territórios urbanos.

Pela dimensão deste objectivo, o esforço exigido deverá ser partilhado e complementado com as políticas de natureza regional.

Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial

Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos é também um objectivo nacional que se assume neste Plano, pela importância que as condições proporcionadas aos diferentes agentes na criação de dinâmicas de actuação e na obtenção de resultados têm no desenvolvimento rural.

Pretende-se incentivar uma nova filosofia e modelos de actuação simplificados, que permitam ultrapassar estrangulamentos à eficácia das entidades e agentes que actuam ao nível do desenvolvimento rural.

Neste sentido é fundamental criar um sistema de gestão eficaz e transparente, sustentado num sistema de informação aberto, numa qualificação adequada de todos os intervenientes, no recurso generalizado às novas tecnologias, na reorientação da intervenção das entidades para a satisfação das necessidades do utilizador; no incentivo à troca de informação, na transferência de competências e de boas práticas entre agentes e na promoção de práticas de cooperação, o que se traduzirá em valor acrescentado nas intervenções e numa governação mais eficiente.

2. Especificidade das Regiões Autónomas

Na generalidade, as Regiões Autónomas partilham com o território continental os mesmos desafios em matéria de desenvolvimento agrícola e rural, pelo que a estratégia global e os objectivos estratégicos e transversais definidos ao nível nacional também se aplicam a estas regiões. Contudo, a programação será adaptada às especificidades regionais e à respectiva avaliação detalhada dos pontos fortes e fracos e das necessidades e potenciais de desenvolvimento. Estas adaptações terão em conta, nomeadamente:

- A **condição ultraperiférica** destas regiões, que decorre fundamentalmente de factores de natureza geográfica (grande afastamento do território continental, insularidade, pequena superfície, relevo e clima difíceis, exposição a fenómenos naturais violentos) e de **natureza económica** (dependência económica em relação a um pequeno número de produtos e actividades, acessibilidades condicionadas e com elevados custos, fragmentação dos mercados);
- As **especificidades do sector agrícola** destas regiões com especial ênfase para a importância sócio-económica das suas actividades agrícolas, das quais relevam o sector leiteiro e da carne nos Açores e os sectores vitícola e horto-frutícola na Madeira;
- A importância da **ruralidade** nestas regiões e a sua interacção com todos os sectores de actividade económica e social;
- A evolução das **políticas agrícolas comunitárias** particularmente das políticas dirigidas às regiões ultraperiféricas;
- As especificidades das regiões em **matéria florestal e ambiental**;
- A **organização político-institucional** própria das regiões.

A adaptação da programação às especificidades regionais abrangerá igualmente a estratégia nacional por eixos definida no próximo capítulo, particularmente no que se refere à definição dos grupos de medidas e respectivos objectivos específicos.

3. Equilíbrio entre Eixos

A finalidade da Estratégia Nacional assenta num modelo em que o desenvolvimento equilibrado do mundo rural português só será alcançado se as empresas e todos os outros agentes com elas relacionados se tornarem mais eficientes, produzindo mais riqueza, de forma ambientalmente adequada e socialmente harmoniosa, numa perspectiva de desenvolvimento sustentado dos territórios.

Esta opção tem em conta o diagnóstico realizado, a avaliação e experiência dos programas passados e actuais, bem como as orientações propostas para as políticas públicas, nacionais e comunitárias, com realce para a PAC e a sua reorientação para o mercado, as quais reflectem um ambiente global em profunda mudança.

Desta forma, a interacção e o equilíbrio entre a competitividade dos territórios e das empresas e a sustentabilidade dos territórios em que elas se situam é, como exposto, o ponto fulcral da estratégia, pelo que a repartição dos recursos financeiros entre o Eixo I e o Eixo II deverá reflectir este equilíbrio.

Foi ainda opção nacional implementar o mecanismo da modulação voluntária a Portugal Continental, com a afectação de 50% das verbas aos projectos com carácter estruturante, e 50 % das verbas para financiamento dos apoios à Rede Natura 2000 o que irá permitir reforçar o Eixo II.

Para a melhoria da qualidade de vida do mundo rural e a sua diversificação deverão contribuir igualmente as restantes políticas nacionais e regionais, pelo que ao Eixo III se propõe afectar um montante próximo do valor de 10% no que respeita à contribuição do FEADER. O contributo deste Fundo para o Eixo III, pela natureza e ambição dos objectivos que lhe estão subjacentes, deverá ser visto como uma das contribuições a afectar aos objectivos inerentes, para os quais outros recursos irão ser postos à disposição dos actores e representantes do desenvolvimento local nos territórios nacionais, de forma interligada e coerente.

No Continente propõe-se a atribuição da gestão das medidas do Eixo III ao Eixo IV, isto é, a abordagem LEADER.

Nas Regiões Autónomas, reflectindo as realidades e opções regionais, a abordagem LEADER abrangerá também a gestão das medidas afectas ao Eixo III e a sua alocação financeira será, no mínimo, igual a 5% dos recursos do FEADER a afectar aos programas regionais.

A repartição financeira indicativa entre os 4 Eixos é a que de seguida se apresenta no Quadro II.1.

Quadro II.1 - Equilíbrio entre Eixos

Região	Eixo I Aumento da Competitividade dos sectores agrícola e florestal	Eixo II Melhoria do Ambiente e da paisagem rural	Eixo III Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural	Eixo IV LEADER	Total por Região (euros)
Continente	40-50%	35-45%	10-12%	8-12%	3 468 079 378
Açores	40-50%	35-45	10-12%	5-8%	274 457 675
Madeira	50-60%	25-35%	10-12%	8-12%	175 000 000
Rede Rural Nacional					11 787 975
Total	40-50%	35-45%	10-12%	8-12%	3 929 325 028

4. Contribuição para as prioridades da UE

O objectivo global, proposto para a política de desenvolvimento rural, de alcançar ganhos significativos na melhoria da competitividade e da prosperidade das empresas e territórios rurais, responde de forma coerente aos objectivos e linhas de orientação estratégicas comunitárias para o desenvolvimento rural e aos objectivos da Estratégia de Lisboa.

No que respeita às orientações estratégicas comunitárias para o desenvolvimento rural, estas são assumidas directamente pela estratégia nacional.

Assim, a **melhoria da competitividade dos sectores agrícola e florestal** é uma orientação estratégica comunitária assumida em plenitude como prioridade do PEN, que se propõe **aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal** nacional, igualmente em resposta e coerência com os objectivos definidos para a economia portuguesa, e para os quais o sector deverá igualmente contribuir.

A **melhoria do ambiente e da paisagem** é também assumida como prioridade da Estratégia Nacional, tendo em vista a necessidade de se **promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais** no território português e na globalidade do território europeu.

A **melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais e a promoção da diversificação** é a terceira orientação estratégica comunitária totalmente assumida nas prioridades nacionais, com o objectivo da **revitalização económica e social das zonas rurais portuguesas**, participando activamente para o cumprimento do objectivo comunitário.

A **iniciativa, participação e cooperação de âmbito local**, quarta orientação estratégica comunitária, é integralmente assumida pela proposta de gestão de medidas relativas aos objectivos de melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais e de promoção da diversificação, através da abordagem LEADER, que se considera particularmente adequada para a sua boa aplicação e desenvolvimento.

Uma contribuição efectiva para o cumprimento dos objectivos de promoção do **crecimento e emprego da Estratégia de Lisboa** deverá ser alcançada ao conseguir-se elevar a competitividade do sector agro-alimentar, através da contribuição para o crescimento do sector e a manutenção, pelo menos, de emprego sustentado nas regiões onde a actividade económica se exercer. Em complemento, a aposta na capacidade de mobilização e intervenção dos agentes locais para as acções de diversificação deverão contribuir para a criação de emprego não agrícola.

De realçar igualmente o contributo esperado com a melhoria das condições de atractibilidade das zonas rurais para projectos empreendedores, sobretudo de iniciativa de jovens agricultores, em conjunto com um modelo de gestão das medidas mais interveniente, participativo e corresponsabilizado, para que o rejuvenescimento do sector e a fixação de população nas zonas rurais, com inversão do seu grau de envelhecimento, possam ser alcançados.

Ainda de forma complementar mas indissociável, a opção estratégica pela concentração e selecção dos apoios através de formas agrupadas, organizadas em parcerias, em rede ou outras formas de cooperação, incluindo a abordagem de fileira, em complemento da indispensável qualificação profissional e da promoção da inovação orientada para o mercado, deverá ser o cimento que permitirá dar corpo e sustentabilidade aos objectivos fixados para obtenção dos resultados e impactos esperados na criação de emprego, com qualidade de vida.

III - Estratégia por Eixos⁷⁷

1. Eixo I – Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal

Para o aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal, no âmbito do Eixo I, consideraram-se os seguintes quatro Objectivos Principais (sub-objectivos).

No quadro seguinte apresenta-se o balanço da repartição financeira indicativa entre aqueles objectivos, que reflecte as prioridades estabelecidas para este Eixo.

Quadro III.1 – Eixo I – Repartição financeira

OBJECTIVOS PRINCIPAIS (SUB-OBJECTIVOS)	Repartição Financeira Indicativa
Aumentar o conhecimento e melhorar o potencial humano	12 - 20%
Promover a inovação	
Reestruturar e desenvolver o potencial físico	80 – 88%
Melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas	

⁷⁷ Relativamente às Regiões Autónomas, aplicam-se as mesmas considerações do Capítulo anterior

Refere-se a importância atribuída aos regadios e outras infra-estruturas e neste âmbito, e em particular, ao regadio de Alqueva que representarão, no seu conjunto, entre 40% e 45% do valor atribuído à reestruturação e desenvolvimento do potencial físico e à melhoria da qualidade da produção e dos produtos agrícolas. Este valor representará aproximadamente 18% do FEADER.

Tendo em conta o diagnóstico efectuado e a estratégia global nacional definida para cada um dos sub-objectivos identificados no Quadro anterior, foram estabelecidos os objectivos específicos e os grupos de medidas que permitem concretizar estes objectivos (Quadro III .2):

Quadro III. 2 – Eixo I – Hierarquia de objectivos e grupos de medidas

OBJECTIVOS PRINCIPAIS (SUB-OBJECTIVOS)	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS (MEDIDAS)	GRUPOS DE MEDIDAS	MEDIDAS FEADER	Equilíbrio Indicativo
Aumentar o conhecimento e melhorar o potencial humano	Melhorar a formação profissional e desenvolver serviços capacitando os activos para o desempenho da actividade Rejuvenescer o tecido empresarial Assegurar uma alteração estrutural significativa nas explorações transferidas	Serviços de apoio técnico e aconselhamento Informação e formação profissional Instalação de jovens agricultores Reforma antecipada de agricultores ⁷⁸	114/115 111 112 113	10-16%
Promover a inovação	Desenvolver novos produtos, processos e tecnologias através da cooperação	Cooperação para a inovação	124	2-4%
Reestruturar e desenvolver o potencial físico	Melhorar a competitividade das fileiras estratégicas Melhorar a competitividade das empresas do sector agroflorestal Desenvolver as infra-estruturas agrícolas e florestais de forma sustentável Promover a eco-eficiência e reduzir a poluição	Modernização e capacitação das empresas agrícolas e agroindustriais Promoção da competitividade florestal Novos Instrumentos financeiros e gestão de risco e crises Cooperação para o mercado e a internacionalização Desenvolvimento sustentável do regadio e de outras infra-estruturas colectivas	121/123 122/123 121/122/123 /126 123 125	80-85%
Melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas	Valorizar os produtos de qualidade	Desenvolvimento e promoção de produtos e participação em regimes de qualidade	131/132/133	1-3%

Em particular, no âmbito do Eixo I, pretende-se actuar tendo em vista:

- Criar as condições para a promoção do conhecimento e *desenvolvimento de competências*, articulando adequadamente a formação profissional, os serviços e capacidade de inovação, privilegiando a implementação de práticas de cooperação e parcerias com vista à obtenção de resultados desejados por produtores e consumidores.
- Promover a instalação de *novos empresários*, privilegiando os mais *jovens*, procurando contribuir duplamente para a criação de um tecido empresarial mais dinâmico e capaz e contrariando o abandono agrícola e rural. Tendo em conta as recomendações das avaliações e a experiência, procurou desenhar-se um modelo que respondesse aos problemas identificados. Entre estes, realça-se a ausência quase total de acompanhamento quer do processo de instalação quer de evolução ao longo do período de arranque e consolidação do projecto. Assim, para dar resposta a esta deficiência, propõe-se que a operacionalização do modelo seja feita em parceria com os seus representantes, de forma pró-activa e iniciada desde logo no momento da manifestação de intenções, e a manter ao longo da vida do projecto. Igualmente se propõe adaptar as formas de concessão de apoios, mais variadas e corresponsabilizadoras, através quer de mecanismos inovadores de acesso ao crédito, quer premiando aqueles que melhor contribuam para o cumprimento dos objectivos.

⁷⁸ A medida reforma antecipada de agricultores aplicar-se-á apenas nos Açores e cobrirá ainda os compromissos assumidos a nível nacional nos períodos de programação anteriores

- Assegurar a participação dos destinatários da política de incentivos ao *desenvolvimento empresarial* através de formas organizativas e de gestão mais adequadas, mas também mais selectivas, que possibilitem a efectiva concretização de parcerias estratégicas e corresponsabilizadoras de resultados. Visa-se igualmente o aumento da interligação entre agentes das fileiras, procurando-se reforçar a interacção entre o tecido empresarial e o mercado. Promovendo as sinergias entre a intervenção das empresas e o conjunto de entidades com elas correlacionadas, criando as condições adequadas para a sua estruturação, promove-se uma maior eficiência global na utilização dos recursos humanos, financeiros, tecnológicos ou naturais.
- Promover a eficiência das empresas através do suporte à sua qualificação e sustentabilidade, através de medidas de incentivo ao investimento na melhoria das condições de produção, na inovação e adaptação tecnológica, na certificação de processos, mas também ao nível da formação dos seus recursos, da organização e gestão, da capacidade de inserção nos mercados e aumento da dimensão crítica de intervenção. Esta actuação deverá assentar em empresas que produzam melhor e diferente, optimizem recursos e assumam o risco inerente a um melhor posicionamento no mercado, nomeadamente a sua internacionalização. Concretizando estratégias comunitárias e nacionais, designadamente as relativas à Directiva Quadro da Água, aos Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais, à Gestão de Resíduos Agrícolas e às Alterações Climáticas será apoiado o esforço de modernização de empresas no sentido de alcançar melhor desempenho ambiental, ao nível do uso sustentado dos recursos naturais, nomeadamente da utilização eficiente da água, da gestão de efluentes e resíduos, incluindo a valorização energética dos subprodutos da produção agrícola, ou da eco-eficiência. Serão ainda contemplados investimentos com vista à adaptação e aquisição de equipamento específico para a produção e utilização de energias renováveis.
- A coerência e consistência desta abordagem de incentivo às empresas deverá ser garantida numa óptica de desenvolvimento de fileiras estratégicas, promovendo-se, mediante o estabelecimento de prioridades assentes em objectivos de mercado, a optimização de resultados e diferenciando, pela via da competitividade sectorial, as áreas em que o sector agro-florestal nacional se poderá melhor posicionar. Esta actuação visa, em concreto, o desenvolvimento e consolidação das fileiras estratégicas atrás definidas, e, ainda, a promoção da qualidade certificada. A interprofissão como forma superior de organização deverá ser incentivada.
- Com vista a aumentar a competitividade, serão incentivados os investimentos para a utilização de sub-produtos e resíduos agro-pecuários para a produção de energias renováveis ou outras formas de valorização económica, bem como investimentos associados ao cumprimento de novas normas ambientais e de higiene e de bem estar animal, tendo como consequência uma maior eco-eficiência nos processos produtivos.
- No **sub-sector florestal** visa-se o aumento do valor acrescentado dos produtos florestais, bem como a melhoria produtiva dos povoamentos e a qualificação das empresas. A prossecução destes objectivos far-se-á dando prioridade à consolidação das áreas existentes, com melhoria do valor económico e contribuindo para a mitigação das alterações climáticas através do aumento da capacidade de sumidouro, promovendo a gestão activa dos povoamentos e a reconversão de espécies abaixo do seu potencial produtivo por outras ecologicamente mais adaptadas às estações. De acordo com a Estratégia Nacional para as Florestas, pretende-se incrementar a melhoria da competitividade (qualidade e eficiência) do sector, em áreas e domínios específicos, através da melhoria da gestão de áreas florestais, da deslocalização de algumas espécies mal adaptadas para zonas de especialização produtiva, sendo substituídas por outros usos florestais de carácter multifuncional.

Igualmente se pretende criar as condições necessárias para incentivar a promoção da certificação, através da adopção de modelos de gestão florestal sustentável e a sua implementação.

De igual forma, serão apoiados investimentos que visem diversificar os rendimentos das explorações numa óptica multifuncional, nomeadamente os decorrentes do aproveitamento de recursos naturais associados como a caça, a pesca em águas interiores, os cogumelos, a apicultura e os agro-silvo-pastoris. A articulação com as actividades desenvolvidas no Eixo 3 será promovida no sentido de que as actividades não agrícolas ou florestais, como sejam o turismo rural ou os pequenos serviços e será enquadrada pela abordagem dos Planos de Desenvolvimento Local.

As vertentes da formação, da inovação e desenvolvimento e dos serviços de apoio técnico complementam e suportam a estratégia relativa à competitividade das fileiras florestais (nomeadamente pinho/madeira, sobreiro/cortiça, folhosas/madeiras nobres). As organizações de produtores florestais deverão ter um papel importante a desempenhar no quadro dos serviços de apoio e assistência técnica, face ao papel que têm assumido na transmissão de conhecimento sobre o sector junto dos seus associados. Estes serviços deverão abranger áreas

consideradas prioritárias, como acções no âmbito da prevenção e da defesa contra incêndios, práticas e modelos de gestão florestal, orientação e acompanhamento técnico dos investimentos, divulgação e aplicação de novas tecnologias, orientação para novos produtos e mercados.

- As iniciativas relativas ao aproveitamento da biomassa florestal, decorrentes das operações de consolidação e de exploração dos povoamentos, também deverão ser apoiadas, em articulação com as acções do Eixo 2 relativas à gestão estratégica de combustíveis, sendo que o objectivo é garantir, tanto quanto possível, a valorização por via do mercado desses materiais como fonte de energia renovável e contribuir, igualmente, para a melhoria geral do ambiente.
- Todas as intervenções ao nível do sector florestal, incluindo aquelas que visem a melhoria do valor económico das florestas, serão abordadas de forma integrada e em coerência com as actividades agrícolas, as funções ambientais ou de diversificação, numa abordagem territorializada e com o objectivo de alcançar uma gestão global e equilibrada do espaço florestal e agro-florestal. Igualmente se irão privilegiar as abordagens agrupadas (ZIF e outras) e se procurará desenvolver e criar instrumentos de apoio inovadores para ultrapassagem de bloqueios difíceis como os relativos à dimensão e gestão da propriedade florestal.

O resultado conjugado destas medidas contribuirá, nomeadamente, para a prossecução dos objectivos estabelecidos no Programa Nacional para as Alterações Climáticas.

- Introduzir e desenvolver *instrumentos inovadores, financeiros e outros*, que promovam a melhor eficiência na utilização dos recursos públicos, aumentem o poder de alavancagem, permitindo mais investimento mas com maior eficácia dos dinheiros públicos e assente em bases de financiamento mais sólidas. Prevê-se intervenções públicas em caso de ocorrências de grandes calamidades naturais e por forma a possibilitar a retoma das actividades através da reposição das condições de produção afectadas, sem prejuízo da necessidade de promover e impulsionar a adopção dos princípios e das metodologias de gestão de riscos como boa prática de gestão pelas empresas do sector.
- Prosseguir uma política de suporte às *infra-estruturas de regadio* que se baseie numa utilização mais racional do recurso água em coerência com os princípios orientadores e objectivos da Directiva-Quadro da Água transpostos para o Plano Nacional da Água e para o Programa para o Uso Eficiente da Água. Estes princípios serão aplicados, de forma coerente e integrada, a infra-estruturas públicas e privadas. Para além do regadio de Alqueva, projecto de impacte nacional, há a necessidade de criar novas áreas com interesse estratégico para o desenvolvimento da agricultura, finalizar regadios de interesse regional, ainda em execução e cujas infra-estruturas primárias já se encontram concluídas, assim como modernizar outros já existentes.
- As intervenções a financiar encontram-se previstas no Plano Nacional da Água, desenvolvido pela Autoridade competente no âmbito da aplicação da Directiva Quadro da Água (DQA), transposta para o ordenamento jurídico nacional pela *Lei n.º 58/2005*, de 29 de Dezembro, e respectiva legislação complementar. O *regime de licenciamento* dos recursos hídricos, já instituído, assegura que todos os aproveitamentos hidroagrícolas, objecto de apoios, tenham o necessário título de utilização, sendo nesta matéria assegurado o cumprimento dos Planos de Gestão das Regiões Hidrográfica.

Através do cumprimento do *regime financeiro* da utilização dos recursos hídricos, igualmente já instituído, garante-se uma política de preços para a água de rega, de acordo com a Directiva Quadro da Água.

Todas as intervenções a desenvolver estão submetidas à legislação nacional e comunitária relativa à avaliação de impacte ambiental.

- No que respeita à valorização dos recursos, prevêem-se investimentos em novas áreas de regadio público, na modernização de regadios colectivos já existentes e na reestruturação de regadios imperfeitos em zonas com grande potencial edafo-climático ou com necessidade de correcção de desequilíbrios de natureza ambiental. Ter-se-á sempre em conta a quantidade do recurso disponível e os procedimentos de avaliação de impacte ambiental devidos, em cumprimento das determinações decorrentes da legislação comunitária e nacional aplicável. No Regadio do Alqueva, sendo que todo o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) já foi alvo de vários estudos de avaliação do impacte ambiental, os novos perímetros ou blocos de rega serão, nos termos legais, submetidos ao procedimento de avaliação de impacte ambiental, e cumprir-se-á as disposições legais estabelecidas na transposição da Directiva Quadro da Água. No que respeita à protecção da biodiversidade, tendo em vista evitar potenciais prejuízos para os valores de conservação presentes, não serão aprovados nem executados projectos nestas áreas sem que esteja formalmente garantida a sua preservação.

Em particular na área de intervenção do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, não serão aprovados nem executados projectos nas áreas demarcadas como áreas importantes para as aves (IBAS - *Important Bird Areas*), sem que esteja formalmente garantida a sua preservação, nos termos decorrentes da Directiva Aves (Directiva n.º 79/409/CEE).

No que respeita à gestão equilibrada dos recursos hídricos prosseguir-se-á uma política de irrigação conducente à diminuição da pressão sobre o recurso água especialmente no tocante às águas subterrâneas, através do estímulo ao uso mais eficiente da água e às práticas agrícolas mais sustentáveis, conforme dispõe a Directiva Quadro da Água.

Tendo por objectivo o uso mais eficiente da água, apoiar-se-á, nomeadamente, a reconversão da rega por gravidade para sistemas sob pressão, como forma de aumentar a eficiência de rega, sendo expectável ganhos de 50 – 60% para 70- 80%.

A redução das perdas ocorridas no armazenamento, transporte e distribuição deverá concretizar-se pela intervenção física nas infra-estruturas e pela utilização de novas tecnologias. A redução das perdas na aplicação está dependente ainda, da introdução de sistemas de aviso e agrometeorológicos e da adopção de técnicas adequadas. A maior eficiência na gestão deverá ser acompanhada da aplicação de um regime económico-financeiro, em fase de aprovação relativo ao pagamento da água pelos agricultores. A instalação de métodos de controlo dos consumos será, neste contexto, incentivado e apoiado.

Em complemento das infra-estruturas de regadio, será necessário apoiar outras infra-estruturas, consideradas complementares para alcançar os objectivos de desenvolvimento agrícola e florestal pretendidos.

Nas Regiões Autónomas prosseguir-se-á uma política activa de melhoria e desenvolvimento de infra-estruturas essenciais para o aumento da competitividade do sector agro-florestal que abrangem o abastecimento de água, as acessibilidades, o fornecimento de energia, o emparcelamento e infra-estruturas específicas de apoio à actividade florestal.

- Deverão ser criadas as condições básicas necessárias à viabilização de investimentos relevantes do ponto de vista económico ou de requalificação ambiental, que enquadrem investimentos ao nível da construção e beneficiação de caminhos agrícolas, da disponibilização de energia eléctrica e de outras infra-estruturas, nomeadamente as necessárias ao interface entre as unidades produtivas e o tratamento final de efluentes, com aproveitamento de subprodutos ou valorização energética.
- Nas Regiões Autónomas prosseguir-se-á uma política activa de melhoria e desenvolvimento de infra-estruturas essenciais para o aumento da competitividade do sector agro-florestal que abrangem nomeadamente o abastecimento de água, a gestão de recursos hídricos, as acessibilidades, o fornecimento de energia, a requalificação ambiental, o emparcelamento e infra-estruturas específicas de apoio à actividade florestal.
- Promover uma gestão eficiente nos perímetros de rega nas ópticas do recurso “água” e das entidades gestoras que os administram, estimulando a introdução de novas tecnologias e a adopção de novas soluções culturais ambiental e economicamente sustentáveis. Criar, cumulativamente, as condições adequadas de modo a incentivar e otimizar o desenvolvimento, a jusante, de projectos com impacte relevante para a competitividade do sector;
- Promover a qualificação global das empresas, o que passa por investimentos não apenas materiais, mas também investimentos intangíveis, que contribuam de forma decidida para a formação de activos, a aplicação de regras e parâmetros de qualidade, o cumprimento de requisitos de natureza ambiental, de higiene e bem-estar, e igualmente a incorporação de valor tecnológico e de competência, assim como uma melhor abordagem às exigências de organização e gestão que os mercados impõem;
- Fomentar o investimento em cooperação, nomeadamente nas áreas do desenvolvimento tecnológico, da qualificação ambiental, incluindo a valorização energética da produção agrícola e florestal e dos seus subprodutos.
- Na Região Autónoma dos Açores as suas condições particulares aconselham à manutenção dos mecanismos de promoção e redimensionamento físico e económico das explorações agrícolas e do rejuvenescimento dos empresários agrícolas, pelo que deverá ser mantido o instrumento de política que é a reforma antecipada.

2. Eixo II – Melhoria do ambiente e da paisagem rural

Para promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais, foram considerados para aplicação dos fundos no âmbito do Eixo II, quatro Objectivos Principais (sub-objectivos).

No quadro seguinte apresenta-se o balanço da repartição financeira indicativa entre aqueles objectivos, que reflecte as prioridades estabelecidas para este Eixo.

Quadro III.3 – Eixo II - Balanço

OBJECTIVOS PRINCIPAIS (SUB-OBJECTIVOS)	Repartição Financeira Indicativa
Proteger os valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da Rede Natura 2000 e outras	15 - 25%
Proteger os recursos hídricos e o solo	30-40%
Contribuir para a atenuação das alterações climáticas	2 - 5 %
Contribuir para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas em zonas desfavorecidas	40-45%

No que se refere exclusivamente ao financiamento da Rede Natura 2000, estima-se que represente cerca de 8 a 10% do total do FEADER e cerca de 20% do eixo II, sendo a contribuição dada ao nível de mais do que um objectivo, não só pelos pagamentos Rede Natura, mas também por um conjunto de medidas com incidência nos sítios da Rede Natura 2000, tais como a manutenção da actividade agrícola, alteração de modos de produção agrícola, protecção da biodiversidade, valorização ambiental dos espaços florestais e intervenções territoriais integradas.

Os pagamentos agro-ambientais representam entre 10 a 12% do total do FEADER e cerca de 25% do eixo II, contribuindo não só para a protecção dos valores ambientais e paisagísticos, mas também para a protecção dos recursos hídricos e solo.

As medidas associadas às florestas, que representam cerca de 30% do Eixo II, contribuem igualmente para os diversos objectivos deste Eixo, nomeadamente para a protecção do solo e a atenuação das alterações climáticas.

Tendo em conta o diagnóstico efectuado e a estratégia global nacional definida para cada um dos sub-objectivos identificados no Quadro anterior, foram estabelecidos os objectivos específicos e os grupos de medidas que permitem concretizar estes objectivos, apresentados no Quadro III.4.

Quadro III.4 - Eixo II – Hierarquia de objectivos e grupos de medidas

OBJECTIVOS PRINCIPAIS (SUB-OBJECTIVOS)	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS (MEDIDAS)	GRUPOS DE MEDIDAS	MED FEADER	Equilíbrio Indicativo	
<p>Proteger os valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da Rede Natura 2000 e outras</p> <p>Proteger os recursos hídricos e o solo</p> <p>Contribuir para a atenuação das alterações climáticas</p>	<p>Promover a protecção da biodiversidade e de sistemas de alto valor natural e paisagístico associados aos sistemas agrícolas e florestais</p>	<p>Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos</p>	214	15-20%	
		<p>Intervenção integrada para sítios da RN 2000</p> <p>Pagamentos RN 2000</p> <p>Investimentos não produtivos</p>	214/222/223 /227 213/224 216		
	<p>Incentivar a introdução ou manutenção de modos de produção compatíveis com a protecção dos valores ambientais e dos recursos hídricos e do solo no âmbito da actividade agrícola e florestal</p>	<p>Promoção de modos de produção sustentáveis</p>	214		15-20%
	<p>Melhorar a sustentabilidade dos povoamentos florestais</p>	<p>Gestão do espaço florestal e agro-florestal</p>	221/222/223 /226/227		25-35%
	<p>Promover a eco-eficiência e reduzir a poluição</p>	<p>Investimentos de requalificação ambiental⁷⁹</p>	216	residual	
<p>Contribuir para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas em zonas desfavorecidas</p>	<p>Preservar a actividade agrícola em zonas desfavorecidas</p>	<p>Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas</p>	211/212	40-45%	

A actuação proposta estrutura-se num modelo assente em actividades agrícolas, florestais e na diversificação económica, de forma a promover territórios competitivos, ambientalmente equilibrados e socialmente atractivos.

Os valores ambientais constituem, neste contexto, um bem público enquanto factores de suporte e qualidade de vida e de gestão equilibrada e duradoura dos recursos naturais, mas também um valor económico potencial, directamente, enquanto “produtos” ambientais remuneráveis, e indirectamente, enquanto geradores de mais valias que se podem incorporar em bens e serviços transaccionáveis, servindo de suporte ao desenvolvimento de actividades conexas.

Definiu-se, por isso, a Promoção da Sustentabilidade dos Espaços Rurais e dos Recursos Naturais, como segundo objectivo estratégico, que se reflecte transversalmente mas que se operacionaliza fundamentalmente através do Eixo II do FEADER. Em particular, no âmbito do Eixo II, pretende-se centrar a acção em seis domínios específicos.

Protecção da biodiversidade e sistemas de alto valor natural e paisagístico associados aos sistemas agrícolas e florestais e Rede Natura 2000

A protecção da biodiversidade far-se-á num quadro amplo de medidas e de acções, que se complementam, umas vocacionadas para a manutenção da actividade agrícola em zonas afectadas com desvantagens naturais ou específicas, outras para os territórios Natura e outras direccionadas para as raças e variedades com risco de extinção.

A manutenção da actividade agrícola e florestal vai, assim, ser apoiada em toda a área classificada como desfavorecida.

Determinadas variedades de plantas e raças de animais, bem adaptadas às condições ecológicas locais e aos sistemas de produção tradicionais, sendo menos produtivas são mais capazes de tirar partido das condições locais de produção, consomem menos inputs externos (adubos, pesticidas, alimentos compostos) e desempenham uma função na protecção da biodiversidade.

Muitas destas variedades e raças apresentam um reduzido valor económico de curto prazo, ou porque existem substitutos provenientes do melhoramento genético, ou porque os sistemas tradicionais a eles associados se encontram em processo de marginalização económica pelo que a sua protecção implica, numa forma geral, a manutenção da actividade agrícola.

⁷⁹ Esta medida aplica-se à Região Autónoma da Madeira

Mas sendo o património genético um bem público, continuar-se-á a apoiar de forma específica o património animal e iniciar-se-á o apoio ao património vegetal.

A Rede Natura no Continente, como anteriormente se referiu, representa 21% do território, estando classificadas 29 Zonas de Protecção Especial e 60 Sítios. Estes territórios, classificados em Natura 2000, serão objecto, na sua grande maioria, de medidas de apoio à manutenção dos sistemas agro-florestais.

Paralelamente, as Áreas Protegidas, constituídas em grande parte por territórios Natura, serão consideradas uma prioridade, dado que integram em simultâneo elevados valores de biodiversidade, sistemas de alto valor natural e paisagístico. Serão, por isso, objecto de Intervenções Territoriais Integradas (ITI), com um quadro específico de medidas de apoio territorialmente definidas, em acordo com as autoridades responsáveis pela agricultura e pelo ambiente. Apoiar-se-á igualmente a realização de intervenções territoriais integradas em zonas de carácter excepcional para a conservação da natureza, como seja a Zona de Protecção Especial de Castro Verde, pela importância que têm para as aves estepárias, ou zonas de especial interesse pela natureza paisagística como o Alto Douro vinhateiro.

Para cada território alvo de ITI será estabelecido, em parceria alargada às organizações agrícolas, florestais e ambientais, o acompanhamento das medidas que asseguram a manutenção de sistemas agrícolas e florestais a proteger, através de aplicação de medidas de natureza agro-ambiental, silvo-ambiental e de investimentos não produtivos, de forma coerente e de acordo com as especificidades de cada território.

A estratégia de desenvolvimento dos territórios Rede Natura deverá perspectivar a utilização de todo o seu potencial. As mais valias ambientais podem e devem ser valorizadas, complementadas pela aplicação de outros instrumentos de política, por exemplo, relativos à diversificação e produção de qualidade. Deve ter-se por objectivo não somente a gestão, a promoção e a valorização directa dos valores naturais e paisagísticos, como também a incorporação, em produtos e serviços gerados nesses territórios, das mais valias ambientais deles resultantes.

Os territórios abrangidos por ITI devem, assim, ser alvo de atenção particular no âmbito das abordagens locais de desenvolvimento (LEADER), cabendo aos Grupos de Acção Local identificar, nos Planos de Desenvolvimento Local, a estratégia e os instrumentos a utilizar para alcançar esta complementaridade.

Será contemplada a possibilidade do financiamento da elaboração de programas de Gestão para implementação de ITI em territórios identificados pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) onde se verifica uma interacção entre conservação dos valores de biodiversidade e os sistemas agrícolas e florestais, identificando as necessidades de gestão da Rede Natura. Deste modo será possível implementar de forma gradual ao longo do período de programação, os apoios destinados à Rede Natura 2000, para as novas ITI, nomeadamente para a ITI Monchique já em 2008 e das ITI Campo Maior e Vale do Guadiana em 2009/2010.

Nas Regiões Autónomas serão implementadas medidas destinadas a apoiar agricultores e detentores de áreas florestais a enfrentar desvantagens específicas que resultam da aplicação das Directivas Natura 2000.

Algumas paisagens ou atributos paisagísticos apresentam também um significado cultural, que se deve ao seu carácter distinto e a séculos de co-evolução entre a paisagem e os grupos humanos que a habitam. Justifica-se, nestes casos, o apoio à preservação destes atributos paisagísticos de elevado valor cultural. Tais apoios contribuirão ainda para a conservação dos valores naturais, cénicos, recreativos ou turísticos associados a essas paisagens. A Região do Douro Vinhateiro no Continente, as curraletas e lagidos da cultura da vinha nos Açores, ou os muros de pedra na Madeira, são exemplos deste tipo de acção.

Promoção de modos de produção sustentáveis

A utilização de modos de produção sustentáveis traduz-se em maiores benefícios ambientais (ao nível da qualidade dos solos, da água, da biodiversidade, da paisagem, dos produtos obtidos), uma vez que promovem de forma mais adequada a gestão dos solos, da água, dos itinerários culturais, da fertilização e da protecção fitossanitária.

Os objectivos da promoção de modos de produção sustentáveis coincidem com os de outras medidas, perspectivadas de forma integrada e com um âmbito territorial abrangente, designadamente, a promoção de uma floresta sustentável, as intervenções nas zonas vulneráveis, ou a condicionalidade.

A necessidade de utilizar de forma sustentável os recursos é a essência dos modos de produção, concretizando-se assim as orientações definidas nas diferentes directivas comunitárias, nomeadamente, a salvaguarda do uso eficiente da água (Directiva-Quadro da Água) e a prática de fertilizações racionais (Directiva Nitratos), em especial com azoto, por forma a minimizar as perdas deste nutriente sob a forma de nitratos e, assim, evitar a contaminação das águas superficiais e subterrâneas.

Mas as preocupações com o uso eficiente e a qualidade da água não são exclusivas dos modos de produção.

Antes estendem-se por todas as acções do Eixo 1, com intersecção com a utilização deste recurso para rega, onde se prevê o apoio exclusivamente a investimentos em sistemas mais eficientes e ao controlo de consumos e da qualidade. Acautelou-se ainda, e mais uma vez tendo em conta a Directiva-Quadro da Água, uma menor pressão sobre os recursos subterrâneos, através da utilização preferencial de água de origens superficiais nos perímetros de rega colectivos a desenvolver. Iguamente as opções estratégicas em matéria de culturas a desenvolver terão em consideração a necessidade de utilizar com parcimónia este recurso. Daí a escolha por culturas ambientalmente mais adaptadas, ou seja, menos consumidoras de água como são as de cariz mediterrâneo, ou as que não o sendo, suportam sistemas de rega mais eficientes. As medidas e acções a implementar constituirão, desde logo, uma forma de implementar as acções previstas no Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, já referido anteriormente.

As preocupações com a qualidade da água, especificamente, dos efluentes resultantes da actividade agrícola, marcam também a estratégia delineada no âmbito do Eixo 1, quando, como já referido, se promove o bom desempenho ambiental das empresas.

A utilização sustentável do recurso solo é outra das prioridades ambientais nas orientações estratégicas para o desenvolvimento rural. Com o enquadramento dado pelo Plano de Acção Nacional de Combate à Desertificação, promovem-se modos de produção tendentes à conservação do solo e à recuperação de áreas degradadas. Também neste caso, a estratégia não se esgota no incentivo a modos de produção sustentáveis, pois que todas as medidas que incidem nas florestas, quer as que melhoram a sua competitividade, quer as que promovem a boa gestão dos espaços florestais e agro-florestais, permitem a manutenção de um coberto vegetal que protege e melhora o solo.

Pretende-se, ainda, favorecer modelos de produção com práticas agrícolas correctas, não poluentes, que originem produtos de elevada qualidade.

Em geral, a solução passa pela racionalização dos sistemas de cultura, nomeadamente a adopção de sistemas de produção integrada. Noutros casos, por uma conversão para sistemas de produção e atitudes "alternativos", como a agricultura biológica. Esta racionalização dos sistemas de produção pode, em si mesma, originar a redução de custos ambientais e, por outro lado, os processos de produção ambientalmente compatíveis podem dar origem a produtos diferenciados e de qualidade que o mercado valoriza. Assim, alguma das mudanças necessárias nos sistemas de produção poderão, progressivamente, pagar-se a si próprias.

Deve, assim, manter-se, com as modificações que reflectem, nomeadamente, o aumento das exigências mínimas, o sistema de incentivos à adopção de práticas agrícolas eco-compatíveis, na continuidade com o GRUPO I do programa agro-ambiental em vigor durante 2000/2006. No caso particular das Regiões Autónomas, assume ainda particular importância a necessidade de promover a manutenção de modos de produção sustentáveis de forma a evitar os riscos da intensificação normalmente associada a sistemas mais produtivos e remuneradores mas também menos compatíveis com a protecção do ambiente e dos recursos naturais.

Estes apoios aplicam-se com base em exigências adicionais para além das obrigações já impostas: as Boas Condições Agrícolas e Ambientais; as obrigações impostas pela regulamentação comunitária decorrentes da condicionalidade; outra regulamentação nacional pertinente como regras de aplicação de produtos fitofarmacêuticos e fertilizantes.

Como produções abrangidas ou por um regime de qualidade comunitário "Modo de Produção Biológico" (MPB) ou por um previsível regime de qualidade nacional "Modo de Produção Integrado" (MPRODI), estes modos de produção serão também apoiados pelo Eixo I, de forma articulada.

O Eixo II apoiará a reconversão produtiva dos sistemas convencionais para estes modos de produção, enquanto ao Eixo I ficará reservado o apoio à integração no mercado, na perspectiva do apoio aos produtores.

A certificação de qualidade dos produtos, realizada por organismos independentes de controlo e certificação, devidamente reconhecidos, deverá assumir-se como um factor estruturante deste

sistema. Os custos de certificação devem ser suportados pelo valor da ajuda prevista para o efeito no Eixo I.

Com estas medidas visa-se promover formas de exploração das terras agrícolas, florestais e agro-florestais compatíveis com a protecção e a melhoria dos recursos naturais, da paisagem e das suas características, podendo os produtos certificados gerar mais-valias económicas.

Gestão dos espaços florestais e agro-florestais

Os espaços florestais, arborizados e não arborizados ocupam mais de 50% do território e a sua componente arborizada representa mais de um terço do mesmo. Asseguram múltiplas funções de produção directa, lenhosa e não lenhosa e de fornecimento de muitos outros bens e serviços associados e indirectos com elevado valor mercantil e/ou de conservação e valorização ambiental, representando por isso um património decisivo para toda a sociedade e, em particular, para os territórios e as populações rurais.

Da avaliação e experiência dos actuais regimes de apoio às actividades florestais retira-se, entre outras conclusões, a necessidade de garantir a sua gestão de forma sustentada, numa abordagem integrada e coerente com a agricultura, com a qual coabitam no território.

Em termos de programação, a dimensão ambiental e de gestão do território confere aos espaços e actividades florestais um enquadramento regulamentar específico centrado no Eixo II. Dada a importância estratégica do sector florestal nacional, as medidas e acções do Eixo II contribuem para a valorização ambiental da floresta e do espaço rural, nas suas várias vertentes, nomeadamente na conservação dos recursos hídricos e do solo, no contributo para a conservação e melhoria dos valores da biodiversidade e da paisagem e ainda no âmbito das alterações climáticas e desertificação; consequentemente, actuações nesta área beneficiam a qualidade de vida das populações. Permitem ainda o surgimento de outras actividades económicas que melhoram as condições socio-económicas do meio rural. Este efeito sinérgico é assumido num contexto integrado de complementaridade dos apoios para a melhoria do valor económico, ambiental e social dos espaços florestais.

Na Estratégia Florestal Nacional é estabelecido que no curto prazo é necessário dar resposta ao desafio principal de redução dos riscos, reais e percebidos, que afectam o desenvolvimento do sector, nomeadamente os relativos aos incêndios e aos agentes bióticos nocivos.

As diferenças do território, em termos de potencialidades e realidades sociais, conduzem a uma abordagem seguindo o zonamento face às suas potencialidades lenhosas e suberícolas. Em traços gerais, propõe-se um eixo litoral com potencial de produção (lenhosa e/ou suberícola) e eixo interior com potencial cinegético, turístico e, de forma geral, maior potencial para produção de outros bens e serviços ou funções de conservação e protecção. A identificação das funções principais das sub-regiões homogéneas, ao nível dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) será o guia para essa diferenciação.

Como princípio geral, serão privilegiadas as intervenções integradas, em alguns casos sob a forma de contratos-programa, dando-se prioridade às Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). As acções serão subordinadas à existência de um Plano de Gestão Florestal e/ou um Plano de Defesa contra Incêndios (Municipal ou ZIF), em função do tipo. A constatação de que os agentes/beneficiários potenciais assumem tipologias muito diversas regionalmente, leva a uma diferenciação de estratégias e de instrumentos para se atingir os produtores e detentores de áreas florestais, inclusive recorrendo a outros agentes tradicionalmente não envolvidos no desenvolvimento florestal.

Para evitar a pulverização dos apoios e numa óptica de racionalização das intervenções, serão definidas áreas mínimas para as intervenções a apoiar ao nível do projecto. Assim, a abordagem no Plano Estratégico Nacional, em consonância com a Estratégia Nacional para as Florestas e com o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, centra-se nos seguintes vectores:

Ordenamento e Reconversão de povoamentos: As primeiras florestações serão dirigidas para as terras agrícolas, tendo no entanto carácter residual em relação ao tipo de acções a privilegiar, dado que não se considera objectivo principal a expansão de áreas florestais. Por outro lado, o restabelecimento do potencial produtivo após incêndio ficará subordinado às Orientações Estratégicas para a Recuperação de Áreas Ardidas, sendo as taxas de apoio substancialmente reduzidas em relação aos níveis do actual quadro, de forma a fomentar a adesão aos sistemas de seguros e a melhoria de gestão activa dos povoamentos, excepção feita às áreas do domínio do Estado. Assim, prevê-se que estes apoios sejam complementares de um sistema de gestão de risco. Serão apoiadas acções de reconversão de povoamentos com vista a reduzir as áreas de povoamentos ecologicamente desajustados por povoamentos de alto valor ecológico e ambiental.

Promoção da gestão multifuncional: será apoiada a instalação de sistemas agro florestais de grande valor ecológico, por forma a garantir a complementaridade da produção silvícola e das produções agrícolas e/ou pecuárias extensivas.

Valorização das funções ambientais dos espaços florestais: promover a dimensão ambiental dos espaços florestais através de investimentos não produtivos, numa óptica de protecção e recuperação de solo e protecção do regime hídrico, de forma a mitigar os efeitos da desertificação, e ainda de protecção do património paisagístico e cultural, de fruição pelas populações locais e como pólo de atracção para o desenvolvimento local de actividades turísticas e de lazer, pedagógicas e de educação ambiental, aumentando o seu cariz de utilidade pública.

Protecção dos Espaços Florestais: visando diminuir os riscos reais e percebidos e a degradação dos espaços florestais, serão apoiadas medidas de prevenção adequadas, nomeadamente a gestão estratégica de combustíveis e a infra-estruturação destes espaços, na óptica da defesa da floresta contra incêndios, em projectos de dimensão superior ou igual a 1000 ha, área que se considera a mínima necessária para a eficácia destas medidas. Serão igualmente apoiadas medidas de prevenção e controlo para diminuir os riscos de ocorrência de pragas e doenças após incêndio e de outros agentes bióticos nocivos, subordinadas a Planos de Intervenção específicos. As acções devem ter enquadramento nas áreas incluídas na Zona de Restrição do Nemátodo da Madeira do Pinheiro e respectiva Faixa de Contenção Fitossanitária (PROLUNP), nas áreas críticas de declínio do montado de sobro, azinho e castanheiro definidas pela Autoridade Florestal Nacional.

No caso particular das Regiões Autónomas, serão prosseguidos os objectivos das respectivas Estratégias Regionais para as Florestas, em muitos casos semelhantes aos definidos na estratégia nacional, mas adaptados aos territórios e povoamentos predominantes e reflectindo a importância da floresta de protecção nestas Regiões.

Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas

Nas zonas desfavorecidas e em zonas de montanha, onde existem desvantagens naturais, torna-se necessário garantir a continuidade da utilização das terras agrícolas de forma a contribuir para a manutenção duma comunidade rural e dos valores naturais e patrimoniais existentes, a que acresce o seu natural contributo para a manutenção de sistemas de alto valor natural. As indemnizações compensatórias contribuem para a manutenção dessa actividade agrícola, de acordo com as regras e exigências decorrentes da condicionalidade ou das exigências específicas dos territórios de conservação da natureza.

Nos territórios da Rede Natura 2000 as IC terão uma exigência de condicionalidade acrescida por forma a garantir o cumprimento dos objectivos de conservação.

No Continente, a medida irá evoluir no sentido de aumentar os apoios às explorações de menor dimensão, que representam a maioria dos agricultores, ocupando uma área repartida por grande parte do território. Desta forma, pretende-se contribuir activamente para a manutenção da população em zonas de risco de abandono e desertificação, contribuindo activamente para o reforço da coesão territorial.

Nas Regiões Autónomas serão mantidos, com algumas adaptações, os apoios em vigor no período 2000-2006.

3. Eixo III - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural

Para revitalizar económica e socialmente as zonas rurais, foram considerados para aplicação dos fundos no âmbito do Eixo III, três Objectivos Principais (sub-objectivos).

No quadro seguinte apresenta-se o balanço da repartição financeira indicativa entre aqueles objectivos, que reflecte as prioridades estabelecidas para este Eixo.

Quadro III.5 - Eixo III - Balanço

OBJECTIVOS PRINCIPAIS (SUB-OBJECTIVOS)	Repartição Financeira Indicativa
Diversificar a economia rural	50 – 60 %
Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais	25 – 35 %
Desenvolver competências nas zonas rurais	1 - 5%

Tendo em conta o diagnóstico efectuado e a estratégia global nacional definida, para cada um dos sub-objectivos identificados no Quadro anterior foram estabelecidos os objectivos específicos e grupos de medidas que permitem concretizar estes objectivos, que se apresentam no **Quadro III.6**.

Quadro III.6 - Eixo III - Hierarquia de objectivos e grupos de medidas

OBJECTIVOS PRINCIPAIS (SUB-OBJECTIVOS)	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS (MEDIDAS)	GRUPOS DE MEDIDAS	MED FEADER	Equilíbrio Indicativo
Diversificar a economia rural	Promover a diversificação da economia e do emprego em meio rural	Diversificação e desenvolvimento de actividades na exploração agrícola, micro-empresas, turismo e lazer	311/312/313	50 – 60%
Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais	Promover a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais	Serviços básicos para a economia e as populações rurais Conservação e valorização do património rural e natural	321 323	25 – 35%
Desenvolver competências nas zonas rurais	Desenvolver competências nas zonas rurais	Aquisição de competências ⁸⁰	331/341	1 – 5%

Em particular, no âmbito do Eixo III, pretende-se actuar tendo em conta que as zonas rurais apresentam, frequentemente, uma frágil sustentabilidade económica e social. Elas são, contudo, um território de oportunidades quer porque podem e devem continuar a ser a base para a fixação de actividades económicas portadoras de riqueza, quer pelo seu atractivo como local para viver, trabalhar e visitar, quer, ainda, pelo papel que têm na preservação dos recursos naturais e paisagens de grande valor.

O Plano Estratégico Nacional reflecte esta abordagem numa forma directa ao nível do Objectivo Estratégico para o Eixo III, “Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais”, mas complementada e sustentada com os restantes objectivos.

A revitalização económica e social das zonas rurais é, pela sua natureza e dimensão, um objectivo a partilhar pela política de desenvolvimento regional, pela política de desenvolvimento rural e até pela política de desenvolvimento das pescas, no âmbito das respectivas áreas de intervenção. Para isso serão estabelecidos critérios claros que permitirão identificar a fronteira de intervenção dos diferentes fundos, quando tal se justifique.

A promoção da diversificação da economia e do emprego é desejável nos territórios rurais dada a sua dependência do emprego gerado pelas actividades agro-florestais e pela administração pública face ao que se verifica nos restantes territórios. A intervenção do FEADER neste eixo tem como prioridade esta diversificação, procurando orientá-la para o aproveitamento de potencialidades endógenas e para a incorporação de novos factores tecnológicos e/ou organizacionais.

As prioridades de intervenção do FEADER no âmbito da promoção da melhoria da qualidade de vida são, por um lado, a conservação e valorização de valores do património rural e natural e, por

⁸⁰ Esta medida aplica-se nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

outro, a implementação de serviços básicos dirigidos à economia rural e a grupos alvo da população rural.

No caso do património rural, está em causa a recuperação de valores patrimoniais tradicionais materiais e imateriais que possam beneficiar a população rural pelo uso directo ou pelo valor de atractividade que possam gerar no exterior, quando inseridos em estratégias de dinamização local.

O Eixo III será aplicado nas zonas rurais, preferencialmente segundo a abordagem LEADER ou outras parcerias público-privadas, através de estratégias de desenvolvimento local, assentes em diagnósticos fundamentados que reflectam as potencialidades e necessidades dos territórios, materializadas nos Planos de Desenvolvimento Local (PDL) ou outras Intervenções Territoriais Integradas, e em coerência e integração com os objectivos estratégicos nacionais. Em algumas situações excepcionais, quando tal for considerado relevante para a coerência da estratégia de desenvolvimento local, pode ser alargado o âmbito de acção para zonas contíguas não classificadas como território rural, com base em indicadores objectivos que evidenciem características de ruralidade.

Nas Regiões Autónomas o Eixo III será executado, em todas as suas vertentes, através da abordagem LEADER e também através de intervenções públicas nas áreas do desenvolvimento de serviços básicos e de conservação e valorização do património rural e natural.

4. Eixo IV – Abordagem LEADER

A melhoria da governança dos territórios rurais, em conjunto com o aproveitamento das potencialidades endógenas neles existentes, é factor essencial à sua sustentabilidade futura, tendo sido considerados para a aplicação dos fundos no âmbito do Eixo IV dois Objectivos Principais (sub-objectivos). Apresenta-se no quadro seguinte o balanço da repartição financeira indicativa aqueles objectivos.

Quadro III.7 - Eixo IV - Balanço

OBJECTIVOS PRINCIPAIS (SUB-OBJECTIVOS)	Repartição Financeira Indicativa
Valorizar o potencial de desenvolvimento local	80 – 85%%
Desenvolver competências nas zonas rurais e melhorar a governança local	15-20%

Tendo em conta o diagnóstico efectuado e a estratégia global nacional definida, para cada um dos sub-objectivos identificados no Quadro anterior foram estabelecidos os objectivos específicos e grupos de medidas que permitem concretizar estes objectivos, que se apresentam no **Quadro III.8**

Quadro III.8 - Eixo IV - Hierarquia de objectivos e grupos de medidas

OBJECTIVOS PRINCIPAIS (SUB-OBJECTIVOS)	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS (MEDIDAS)	GRUPOS DE MEDIDAS	MED FEADER	Equilíbrio Indicativo
Valorizar o potencial de desenvolvimento local	Promover a diversificação de actividades e a qualidade de vida nas zonas rurais	Execução de estratégias locais de desenvolvimento com vista a atingir os objectivos do Eixo III	413	75 – 80%
	Promover a cooperação e as boas práticas	Execução de projectos de cooperação para a concretização de estratégias locais de desenvolvimento	421	2 – 5%
Desenvolver competências nas zonas rurais e melhorar a governança local	Aumentar a capacidade de execução da abordagem LEADER	Funcionamento dos Grupos de Acção Local, aquisição de competências e animação dos territórios	431	15 – 20%

O incentivo a uma abordagem de desenvolvimento do tipo *bottom-up*, participada pelos actores públicos e privados, promove a criação e sediação de competências em zonas de maior carência, e cria as condições para uma melhor resposta das medidas de política às necessidades e potencialidades da população e dos agentes socio-económicos que vivem nestes territórios.

A implementação deste tipo de abordagem será realizada através de um convite público, para apresentação de Parcerias Locais (GAL) e respectivos Planos de Desenvolvimento Local (PDL) para o território que identifiquem como sua área de intervenção.

Este convite público será acompanhado de um caderno de especificações a cumprir pelas candidaturas, relativas ao território, à parceria e à forma e conteúdo a que deverá obedecer o Plano de Desenvolvimento Local.

Relativamente às áreas de intervenção alvo de abordagem LEADER, considera-se que as prioridades de diversificação económica e melhoria da qualidade de vida das zonas rurais terão, em regra, uma aplicação mais eficaz e coerente se enquadradas por uma estratégia local, pelo que serão os GAL responsáveis pelo essencial da execução do Eixo III. Nas Regiões Autónomas, e como já foi referido, a execução do Eixo III será repartida entre os GAL e entidades públicas.

No Continente, e no que diz respeito às prioridades definidas para a competitividade e para a gestão do território e espaço rural, a intervenção dos GAL será mais limitada no âmbito da estratégia definida, podendo, contudo, justificar-se alguma intervenção em situações cujo domínio seja de âmbito eminentemente local.

No âmbito das estratégias de desenvolvimento local propostas e face às áreas de intervenção privilegiadas pelos GAL, serão identificadas as prioridades para a cooperação Interterritorial e Transnacional, que deverão contribuir para aumentar o valor acrescentado das intervenções locais através da partilha de conhecimento e experiências de intervenção.

A promoção da melhoria de competências dos agentes locais de desenvolvimento e a animação do território serão asseguradas através do apoio à capacitação das estruturas técnicas dos GAL e às necessárias actividades de informação e divulgação enquanto *input* para a definição e reavaliação da estratégia, e *output* para a sua dinamização junto do público-alvo e da população em geral.

5. Indicadores de acompanhamento e avaliação

O sucesso global da estratégia adoptada pode ser avaliado pelo comportamento de um conjunto de indicadores que medem a concretização dos objectivos específicos, pelo impacte na economia, no ambiente e na sociedade rural.

Quadro III.9 – Matriz de objectivos e indicadores de impacte e de base

Eixo	OBJECTIVOS (Objectivos Nacionais = Objectivos FEADER)	OBJECTIVOS PRINCIPAIS (Sub-objectivos)	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS (Medidas)	Código Indicador Impacte	Código Indicadores de base orientados para objectivos
I	Aumentar a Competitividade do Sector Agrícola e Florestal	Aumentar o conhecimento e melhorar o potencial humano	• Melhorar a formação profissional e desenvolver serviços capacitando os activos para o desempenho da actividade	3	4, 6, 10, 14
			• Rejuvenescer o tecido empresarial	1, 3	5, 6, 9
			• Assegurar uma alteração estrutural significativa nas explorações transferidas	1, 3	5, 6, 9
		Promover a inovação	• Desenvolver novos produtos, processos e tecnologias através da cooperação	1, 3	9, 13
		Reestruturar e desenvolver o potencial físico	• Melhorar a competitividade das fileiras estratégicas	1, 3	7, 9, 10, 11, 13, 14, 15, A)
			• Melhorar a competitividade das empresas do sector agro-florestal	1, 3	7, 9, 10, 11, 13, 14, 15, A)
• Desenvolver as infra-estruturas agrícolas e florestais	1, 6		9, 21, B)		
Melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas	• Valorizar os produtos alimentares de qualidade	1	9		
II	Promover a Sustentabilidade dos Espaços Rurais e dos Recursos Naturais	Proteger os valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da Rede Natura 2000 e outras	• Promover a protecção da biodiversidade e de sistemas de alto valor natural e paisagístico associados aos sistemas agrícolas e florestais	4, 5	17, 18, 20, 21, 22
			• Incentivar a introdução ou manutenção de modos de produção compatíveis com a protecção dos valores ambientais e dos recursos hídricos e do solo no âmbito da actividade agrícola e florestal	4, 5, 6, 7	17, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 26
		Proteger os recursos hídricos e o solo	• Melhorar a sustentabilidade dos povoamentos florestais	4, 5, 6, 7	19, 24, 18, 20
		Contribuir para a atenuação das alterações climáticas	• Promover a eco-eficiência e reduzir a poluição	6	20, 21
			Contribuir para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas em zonas desfavorecidas	• Preservar a actividade agrícola em zonas desfavorecidas	5
III	Revitalizar Económica e Socialmente as Zonas Rurais	Diversificar a economia rural	• Promover a diversificação da economia e do emprego em meio rural	1, 2	27, 28, 29, 30, 31, 36
		Melhorar a qualidade de vida	• Promover a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais	1, 2	28, 29, 32, 33, 34, 36
		Desenvolver competências nas zonas rurais	• Desenvolver competências nas zonas rurais	1, 2	35, 36
IV	Melhorar a governança das Zonas Rurais	Valorizar o potencial de desenvolvimento local	• Promover a diversificação de actividades e a qualidade de vida nas zonas rurais	1, 2	27, 28, 29, 30, 31, 36
			• Promover a cooperação e as boas práticas	1, 2	36
		Desenvolver competências nas zonas rurais e Melhorar a governança local	• Aumentar a capacidade de execução da abordagem LEADER	1, 2	35, 36

Quadro III.10 – Indicadores de Impacte

Eixo	Nº	Indicador			Situação de partida			Objectivo quantitativo e qualitativo para Portugal no fim período programação 2007-2013
		Designação	Medida do indicador	Unidade	Fonte Informação	Ano de referência	Valor base Portugal	
I, III, IV	1	Crescimento económico	Valor acrescentado bruto adicional (Acréscimo VABpb)	crescimento anual em % (valor base em milhões €)	INE - Estatísticas Contas Regionais, Estatísticas Empresas; dados realização e resultado e avaliações eficiência	2003	VABpb sector primário: 3 410 milhões € VABpb IABT: 3 836 milhões €	crescimento de 1 - 2%
III, IV	2	Criação de emprego	Acréscimo líquido de emprego tempo inteiro criado	Nº empregos criados, medido em Equivalente Tempo Inteiro - ETC	INE - Estatísticas do Emprego; dados realização e resultado e avaliações eficiência	2006	-	7 500 - 9 000
I	3	Produtividade do trabalho	Acréscimo de valor acrescentado bruto por unidade de trabalho anual (Acréscimo VABpb agrícola/UTA Acréscimo VABpb IABT/empregado Acréscimo VABpb silvic./empregado)	Acréscimo de VABpb/ETC medido em crescimento anual em % (valores base em euro/UTA e euro/empregado)	INE - Estatísticas Contas Económicas; dados realização e resultado e avaliações eficiência	Média 2002-2004 2003 2004	Agricultura: 7 287€ IABT: 23 462€ Silvicultura: 43 650€	crescimento de 1.5 - 2.5%
II	4	Reversão do declínio da biodiversidade	Alteração tendência declínio biodiversidade (medido pela população de espécies de aves comuns em zonas agrícolas)	% e apreciação qualitativa	INE - Estatísticas a estabelecer com base no Censo de Aves Comuns, SPEA		n.d.	Manutenção
II	5	Manutenção de áreas agrícolas e florestais de elevado valor natural	Alteração quantitativa e/ou qualitativa nas áreas de elevado valor natural (O desenvolvimento do indicador na UE não está finalizado; O valor base e metas a atingir serão estabelecidos posteriormente)	Área (ha) e apreciação qualitativa	INE - Estatísticas a estabelecer; Dados realização e resultado, avaliações de eficiência		n.d.	Melhoria qualitativa
II	6	Melhoria da qualidade da água	Alteração no balanço bruto de nutrientes (excesso de azoto e fósforo)	Valor médio de fósforo e azoto (Kg/ha) e tendências de variação na utilização	INE - Estatísticas a estabelecer	2000	42 kg/ha	Manutenção/Melhoria global (Objectivos adaptados a cada território)
II	7	Contribuição para o combate às alterações climáticas	Acréscimo na produção de energia renovável a partir da agricultura e da floresta	kilotoneladas equivalente petróleo	INE DGE	2005/06 2004	135 KToes 391 KToes	Positiva
			Sequestro de carbono	Ton CO ₂ /ha				

n.d. - não disponível

Quadro III.11 – Indicadores de Base orientados para os objectivos

Actualização quando apropriado, no relatório estratégico em 2010, 2012 e 2014

Eixo	Nº	Indicador			Situação de partida			Objectivo quantitativo e qualitativo para Portugal no fim período programação 2007-2013
		Designação	Medida do indicador	Unidade	Fonte Informação	Ano de referência	Valor base Portugal	
Horizontal	1*	Desenvolvimento económico	PIB/per capita medido em paridade poder de compra (ppc)	em % UE-25=100	Eurostat	média 3 anos 2000-2002	80,0	Melhoria
	2*	Taxa de emprego	População empregue em % do total da população dos 15 aos 64 anos	%	INE, Inquérito ao emprego	2004	73,0	Melhoria
	3*	Taxa de desemprego	Taxa desemprego em % da população activa	%	INE, Séries cronológicas	2004	6,7	Diminuição
I - Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal	4*	Formação e ensino na agricultura	Agricultores com formação básica e completa na agricultura	%	INE, Inquérito à Estrutura Explorações Agrícolas	2003	8,5	12,5
	5	Estrutura etária na agricultura	Empresários agrícolas com <35 anos/empresários agrícolas >55 anos	%	INE, Inquérito à Estrutura Explorações Agrícolas	2003	3,8	5,0
	6*	Produtividade do trabalho na agricultura	VAB _{agrícola} / UTA	mil euro/UTA	INE, Contas Económicas da Agricultura	Média 2002-2004	7,3	7,7
	7	Formação bruta de capital fixo na agricultura	FBCF _{agrícola}	milhões euro	INE, Contas Nacionais	2003	818	971,5
	9	Desenvolvimento económico no sector primário	VAB _{sector primário}	milhões euro	INE, Contas Regionais	2003	3 410	3 974
	10*	Produtividade do trabalho nas Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	VAB _{IABT} / empregado	mil euro / empregado	INE, Contas Regionais	2003	23,4	23,6
	11	Formação bruta de capital fixo nas Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	FBCF _{IABT}	milhões euro	INE, Contas Regionais	2002	872	879
	13	Desenvolvimento económico no sector das Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	VAB _{IABT}	milhões euro	INE, Contas Regionais	2003	3 836	3 857
	14*	Produtividade do trabalho na silvicultura	VAB _{silvicultura} / nº empregados	mil euro / empregado	INE, Contas económicas da silvicultura	2004	43,7	46,9
	15	Formação bruta de capital fixo na silvicultura	FBCF _{silvicultura}	milhões euro	INE, Contas Regionais	2002	53	72
	A)	Balança Comercial do CAF	Saldo da balança comercial do complexo agro-florestal	milhões euro	Eurostat	média 2000-2004	-1 546	Melhoria
B)	Produtividade da terra	VAB _{pm agrícola} / SAU	mil euro/ha	INE, Contas Económicas da Agricultura	2005	0,63	0,69	

Quadro III.12 – Indicadores de Base orientados para os objectivos

Eixo	Nº	Indicador			Situação de partida			Objectivo quantitativo e qualitativo para Portugal no fim período programação 2007-2013
		Designação	Medida do indicador	Unidade	Fonte Informação	Ano de referência	Valor base Portugal	
II - Melhoria do ambiente e da paisagem rural	17*	Biodiversidade - População de aves comuns em zonas agrícolas	Tendência do índice de pássaros comuns em zonas agrícolas	%	INE - Estatísticas a estabelecer com base no Censo de Aves Comuns, SPEA	2004	nd	Manutenção
	18*	Biodiversidade - Áreas agrícolas e florestais de alto valor natural	SAU das áreas agrícolas de alto valor natural	ha	INE - Indicador a estabelecer; IRENA26		nd	Manutenção
	19	Biodiversidade - Composição das espécies florestais	Distribuição por grupo de espécies florestais e outras áreas florestadas	% resinosas % folhosas % mistas	Temperate and Boreal Forest Resources Assessment (TBRFA) 2000	1995	26.3 59.7 14.0	Melhoria
	20*	Qualidade das águas - Balanço Bruto de Nutrientes	Excesso de Fósforo e Nitrogénio	Kg/ha	INE IRENA 18	2000	42	Melhoria global, com objectivos específicos por zona
	21	Qualidade das águas - Poluição por Nitratos e Pesticidas	Tendências anuais na concentração de nitratos e pesticidas nas águas superficiais e subterrâneas		INE IRENA 21		nd	Melhoria global, com objectivos específicos por zona
	22	Solo - Áreas em risco de erosão	Áreas em risco de erosão por classes	t/ha/ano	INE IRENA 23	2004	4,6	Melhoria
	23	Solo - Agricultura Biológica	SAU em agricultura biológica	1000 ha	INE	2005	233	Aumento
	24*	Alterações climáticas - Produção de energias renováveis a partir da agricultura e da floresta	Produção energia renovável a partir da agricultura Produção energia renovável a partir da floresta	Ktoes Ktoes	INE DGE IRENA 27	2005/06 2004	135 391	Contribuição marginal no FEADER
	25	Alterações climáticas - SAU dedicada às energias renováveis	SAU dedicada às culturas energéticas e de biomassa	1000 ha	INE	2006	0,3	Contribuição marginal no FEADER
26	Alterações climáticas - Emissões de gases com efeito de estufa a partir da agricultura	Emissão de gases com efeito de estufa	1000 t de CO ₂ equiv.	INE Instituto do Ambiente	2004	8 445	Contribuição marginal no FEADER	

Quadro III.13 – Indicadores de Base orientados para os objectivos

Eixo	Nº	Indicador			Situação de partida			Objectivo quantitativo e qualitativo para Portugal no fim período programação 2007-2013
		Designação	Medida do indicador	Unidade	Fonte Informação	Ano de referência	Valor base Portugal	
III - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural IV - abordagem LEADER	27*	Agricultores com outra actividade remunerada	% agricultores com outra actividade remunerada	%	INE, Inquérito Estrutura Explorações Agrícolas	2005	25,9	26,8
	28*	Crescimento do emprego no sector não agrícola	Crescimento do emprego no sector secundário e terciário	1000 pessoas	INE, Estatísticas do Emprego	2002	4 476	4 490
	29*	Crescimento económico do sector não agrícola	VAB sector secundário e terciário	milhões euro	INE, Contas Nacionais	2002	117 399	117 529
	30*	Crescimento do auto-emprego	Pessoas em auto-emprego	1000 pessoas	INE, Estatísticas do Emprego	2004	1 239	1 247
	31	Infraestruturas turísticas nas zonas rurais	Número de camas em instalações hoteleiras	Nº camas	INE	2004	433 160	433 660
	32*	Contratação de Internet nas zonas rurais	% população que subscreveu internet ADSL	%	INE	2006	12,9	13,0
	33*	Desenvolvimento do sector dos serviços	% VAB dos serviços no VAB total	%	INE, Contas Nacionais	2002	70,1	70,2
	34	Migração líquida	Taxa de migração por mil habitantes	‰	INE	2004	4,5	Manutenção
	35*	Aprendizagem de longa duração nas zonas rurais	% população adulta que está em formação ou em aprendizagem	%	INE, Inquérito ao Emprego	2005	4,6	Melhoria
36*	Desenvolvimento de Grupos de Acção Local	% população coberta por GAL	%	Com base em dados INE	2004	36,6	34,7	

* Indicadores obrigatórios

IV – Identificação dos programas

1. Programas regionais e Rede Rural Nacional

O Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural será complementado com três Programas Regionais, Continente, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira, a que corresponderão três Autoridades de Gestão e, ainda, com um programa específico para a Rede Rural Nacional.

2. Envelope financeiro

Quadro IV.1 - Programação financeira indicativa

(euro, preços correntes)

Programas D Rural	Chave de repartição
Continente	3 468 079 378
Açores	274 457 675
Madeira	175 000 000
Rede Rural Nacional	11 787 975
Total Portugal	3.929.325.028

3. Objectivo convergência

Quadro IV.2 – Programas por região objectivo (convergência e competitividade)

Programas D Rural		Regiões Convergência (incluindo regiões phasing-out)	Outras regiões (incluindo phasing-in para o Objectivo Competitividade)	Total
Continente	Excepto Lisboa	3 053 636 997		3 053 636 997
	Lisboa		94 442 381	94 442 381
	Contribuição adicional*			320 000 000
Açores		274 457 675		274.457.675
Madeira			175 000 000	175 000 000
Rede Rural Nacional*				11 787 975
Total Portugal		3 328 094 672	269 442 381	3 929 325 028

* Montantes correspondentes à contribuição adicional e à rede rural não estão desagregados por tipo de região objectivo

V - Coerência interna e externa da Estratégia de Desenvolvimento Rural

1. Coerência Interna

A coerência interna da Estratégia Nacional é assegurada pela forma integrada com que se prevê desenvolver as actuações num determinado domínio de actividade ou território, o que significa articular intervenções relativas a um só eixo ou a vários, e conjugar actuações de forma coordenada e coerente, ao nível da empresa, de conjuntos de agentes e do território.

Quanto à coerência dentro de cada eixo, refira-se, no que respeita ao Eixo I, que a intervenção por via das fileiras é em si, e desde logo, um dos grandes reflexos da abordagem integrada das actuações. A modernização das empresas irá ser vista numa perspectiva global, associando, por exemplo, intervenções para a melhoria do potencial físico da exploração com intervenções para a melhoria do potencial humano, ou associando o desenvolvimento de novos produtos às fileiras.

No que respeita ao Eixo II, a integração faz-se por via do território, onde, por exemplo, as áreas abrangidas pela Rede Natura 2000 serão objecto de um plano de gestão que associa intervenções. Por outro lado, os planos integrados de requalificação ambiental intervêm num território com problemas específicos e podem incluir diversas intervenções dentro do mesmo eixo e de eixos diferentes.

No que respeita ao Eixo III, a integração faz-se também por via do território, onde a coerência é assegurada através da existência de uma estratégia de desenvolvimento local definida de forma ascendente, e em coerência com a estratégia nacional e regional. Por exemplo, intervenções ao nível da diversificação e desenvolvimento de actividades de turismo e lazer podem ser vantajosamente associadas a intervenções tendo em vista a valorização do património rural e natural ou a aquisição de competências dos agentes de desenvolvimento local.

Em particular, a coerência interna é conseguida pelas sinergias geradas e pelas formas de actuação:

- a) A centragem da primeira prioridade na Competitividade, entendida não apenas no âmbito do desenvolvimento empresarial mas igualmente na capacidade de tornar os territórios mais competitivos, pela optimização das suas especificidades e valores naturais, e da valorização dos aspectos multifuncionais.
- b) A abordagem integrada no âmbito de planos de investimento, tangíveis ou intangíveis, coordenados entre explorações agrícolas e empresas a jusante, no quadro das fileiras estratégicas, e a cooperação entre empresas para obtenção de sinergias e dimensão.
- c) A intervenção no espaço florestal e agro-florestal, de forma integrada através de operações que possibilitem optimizar as diferentes funções da floresta, seja pela via de contratos-programa, seja pela via de privilégio atribuída às Zonas de Intervenção Florestal com planos de ordenamento, gestão e protecção.
- d) A opção pela utilização das medidas de carácter agro-ambiental como efectivo instrumento de valorização de serviços ambientais e de exploração sustentável das externalidades positivas, associado à aproximação que se faz dos modos de produção diferenciados à competitividade para o mercado.
- e) A abordagem LEADER que se utiliza para maximizar a integração de intervenções no domínio da gestão do espaço rural e da diversificação da economia rural em áreas locais, definindo estratégias locais enquadradas na estratégia nacional e regional.
- f) A opção pela intervenção através de medidas de protecção e incremento da biodiversidade e ou de preservação de valores paisagísticos em termos de Intervenções Territoriais Integradas atribuindo-lhes, assim, maior consistência, optimização da gestão e segurança de efeitos.

Quanto à coerência entre os diferentes eixos, é a mesma garantida pelo facto das intervenções desenvolvidas no âmbito de um determinado eixo convergirem para uma finalidade estratégica que é comum aos restantes eixos. Assim, ganham-se sinergias quando num mesmo território se combinam intervenções relativas a eixos diferentes; e, só pelo facto de se desenvolver uma intervenção no âmbito de um determinado eixo, obtêm-se resultados positivos no âmbito dos objectivos atingir através dos outros eixos.

É o caso da promoção da formação profissional e da informação, a cooperação para a inovação ou o apoio aos serviços, que são intervenções com efeito dominante no objectivo da competitividade do sector, têm impacte transversal em qualquer actuação ao nível do território e no âmbito de qualquer um dos outros eixos. Já a promoção da eco-eficiência é uma intervenção de valorização ambiental ao nível do Eixo II, que visa igualmente desenvolver a competitividade das empresas que actuam num determinado território. Também a diversificação de actividades, intervenção dos Eixos III e IV, pode ser desenvolvida de forma a atingir os objectivos da competitividade das empresas e da melhoria da qualidade dos espaços rurais.

As prioridades associadas ao reforço da coesão territorial e social e a promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão do desenvolvimento rural são transversais a todos os eixos e contribuem para a finalidade comum de promover a competitividade do sector agrícola e dos territórios rurais de forma sustentável.

2. Coerência externa com as outras estratégias comunitárias

As prioridades da Estratégia Nacional são coerentes com as prioridades comunitárias, denotando a consistência externa deste plano.

Este facto é evidenciado quando se relacionam os objectivos da Estratégia Nacional com as prioridades da política comunitária e se verifica que as medidas preconizadas na Estratégia Nacional contribuem para cumprir os objectivos das diferentes políticas da UE.

A política regional da UE

A Estratégia Nacional delineada preconiza um conjunto de medidas que contribuem para concretizar objectivos da política regional comunitária, designadamente, aumentar a coesão económica e social dos territórios e promover o crescimento e o emprego (Quadro V.1).

Quadro V.1- Estratégia Nacional e Prioridades Comunitárias – Política Regional

Política Comunitária Regional	Objectivos Específicos e Transversais	Grupo de medidas
Coesão económica e social	Preservar a coesão territorial e social	(Transversal)
	Preservar a actividade agrícola em zonas desfavorecidas	Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas
	Promover a melhoria da qualidade de vida	Serviços básicos e de apoio às populações rurais Património rural e natural
Estratégia de Lisboa	Melhorar a formação profissional e desenvolver serviços capacitando os activos para o desempenho da actividade	Serviços de apoio técnico e aconselhamento
	Rejuvenescer o tecido empresarial	Instalação de jovens agricultores
	Promover a diversificação da economia e do emprego em meio rural	Diversificação e desenvolvimento de actividades na exploração agrícola, micro-empresas, turismo e lazer Cooperação LEADER

Garantir a coesão social é uma prioridade claramente assumida no objectivo estratégico referente ao reforço da coesão territorial e social, através nomeadamente da diferenciação e selectividade dos apoios e do reforço da capacidade de governança local, mas também na revitalização económica e social das zonas rurais, mediante a melhoria da sua qualidade de vida.

A criação de infra-estruturas que potencializem a utilização dos territórios, a manutenção do património rural, a disponibilização de serviços de apoio em meio rural e o desenvolvimentos de competências locais, contribuem para a qualificação dos territórios rurais e, por sua vez, para a coesão territorial.

Dando resposta à Estratégia de Lisboa, em termos nacionais foi criado o PNACE (Plano Nacional para o Crescimento e Emprego) que promove a Sociedade do Conhecimento. Esta prioridade nacional é assumida como um elemento central no âmbito da futura política de desenvolvimento rural, ao se considerarem as prioridades referentes à inovação e transferência do conhecimento, à qualificação e capacitação dos activos do sector agro-alimentar e florestal, ao desenvolvimento de competências nas zonas rurais e a promoção da disponibilização e troca de informação e boas práticas entre agentes de desenvolvimento rural.

A contribuição para a melhoria do mercado de emprego é dada, sobretudo, pelas intervenções ao nível da promoção da capacitação local para a criação de emprego e diversificação económica, mas também através do desenvolvimento de empresas e sistemas competitivos que permitam a manutenção da capacidade empregadora.

Ao se assumirem como prioridades não só o aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal, mas também a gestão sustentável dos espaços rurais e recursos naturais e a revitalização económica e social das zonas rurais, está a promover-se um crescimento sustentado da economia.

A política de desenvolvimento sustentável da UE

Toda a Estratégia Nacional foi orientada para a promoção do desenvolvimento sustentável nos espaços rurais.

Esta prioridade foi assumida como sendo transversal à definição dos objectivos estratégicos para o desenvolvimento rural, ao perspectivar-se a visão de um desenvolvimento em meio rural economicamente competitivo, ambientalmente equilibrado e socialmente estável e atractivo, expressando-se nas prioridades e intervenções a implementar.

Esta orientação é visível na maior parte das medidas propostas, as quais, desenvolvidas *de per se* ou de forma conjunta, contribuem para alcançar este propósito comum de desenvolvimento sustentável. Veja-se o Quadro V.3, onde se indicam, não exaustivamente, algumas medidas planeadas e enquadradas na Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável.

Quadro V.2 - Estratégia Nacional e Prioridades Comunitárias – Desenvolvimento Sustentável

Política Comunitária Desenvolv. Sustentável	Objectivos Específicos e Transversais	Grupo de medidas
Exclusão social e envelhecimento da população	Preservar a coesão territorial e social Promover a melhoria da qualidade de vida Rejuvenescer o tecido empresarial	Serviços básicos e de apoio às populações rurais Instalação de jovens agricultores
Alterações Climáticas e Energia	Promover a eco-eficiência e reduzir a poluição Melhorar a sustentabilidade dos povoamentos florestais	Investimentos de requalificação ambiental Gestão do espaço florestal e agro-florestal
Recursos Naturais	Preservar a actividade agrícola em zonas desfavorecidas Desenvolver as infra-estruturas agrícolas e florestais Promover a protecção da biodiversidade, de sistemas de alto valor natural e paisagístico associados aos sistemas agrícolas e florestais Promover a eco-eficiência e reduzir a poluição	Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas Desenvolvimento sustentável do regadio e de outras infra-estruturas colectivas Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos Investimentos Planos integrados de requalificação ambiental
Saúde	Incentivar a introdução ou manutenção de modos de produção compatíveis com a protecção dos valores ambientais e dos recursos hídricos e do solo no âmbito da actividade agrícola e florestal	Promoção de modos de produção sustentáveis
Transportes	Melhorar a competitividade das empresas do sector agro-florestal	Modernização e capacitação das empresas Agrícolas e Agro-industriais Promoção da competitividade florestal

A Política Agrícola Comum

A Estratégia Nacional delineada preconiza um conjunto de medidas que contribuem para concretizar objectivos comunitários da política agrícola, como sejam, aumentar a competitividade e promover a orientação para os mercados, incentivar a organização comum dos diferentes mercados, promover a segurança alimentar e desenvolver de forma sustentável e polivalente os recursos florestais (Quadro V.3).

Quadro V.3 - Estratégia Nacional e Prioridades Comunitárias – Política Agrícola

Política Comunitária Agrícola		Objectivos Específicos e Transversais	Grupo de medidas
Competitividade e orientação para o mercado		Melhorar a competitividade das empresas do sector agro-florestal Desenvolver as infra-estruturas agrícolas e florestais	Modernização e capacitação das empresas Agrícolas e Agro-industriais Inovação nas fileiras Cooperação para o mercado e a internacionalização Promoção da competitividade florestal
Organização comum dos mercados agrícolas		Melhorar a competitividade das fileiras estratégicas Melhorar a competitividade das empresas do sector agro-florestal	Modernização e capacitação das empresas Agrícolas e Agro-industriais Cooperação para o mercado e a internacionalização
Segurança Alimentar	Rotulagem e embalagem dos produtos	Desenvolver novos produtos, processos e tecnologias através da cooperação	Cooperação para a Inovação
	Controlos fitossanitários e Controlos veterinários, polícia sanitária e higiene dos géneros alimentícios	Melhorar a formação profissional e desenvolver serviços capacitando os activos para o desempenho da actividade	Serviços de apoio técnico e aconselhamento
	Alimentação animal	Valorizar os produtos de qualidade	Desenvolvimento de produtos e participação em regimes de qualidade
	Contaminação e factores ambientais	Incentivar a introdução ou manutenção de modos de produção compatíveis com a protecção dos valores ambientais e dos recursos hídricos e do solo no âmbito da actividade agrícola e florestal	Promoção de modos de produção sustentáveis
Florestas	Estratégia florestal da União Europeia	Melhorar a competitividade das empresas do sector agro-florestal Promover a protecção da biodiversidade, de sistemas de alto valor natural e paisagístico associados aos sistemas agrícolas e florestais Melhorar a sustentabilidade dos povoamentos florestais	Promoção da competitividade florestal Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos Gestão do espaço florestal e agro-florestal
Agricultura biológica	Plano de Acção a Favor da Agricultura Biológica	Incentivar modos de produção sustentáveis no âmbito da actividade agrícola e florestal	Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos

Na definição da tipologia de intervenções a efectuar no âmbito do desenvolvimento rural, são considerados os efeitos cumulativos, as articulações e excluídas as sobreposições com as actuais políticas de mercados ao nível dos seguintes aspectos:

- Políticas de mercado – considera-se como princípio base a integração das potenciais sinergias com as medidas de desenvolvimento rural, nomeadamente ao nível das medidas de promoção e comercialização de produtos, e na gestão de riscos; são considerados os efeitos das medidas decorrentes da política de reforma das OCM's;
- Regime do Pagamento Único (RPU) e medidas no POSEIMA – é assumida a adequada articulação e a consideração do potencial efeito cumulativo entre efeitos de rendimento do RPU, medidas agro-ambientais, Indemnizações Compensatórias e outras medidas no âmbito do POSEIMA;
- Limiares de garantia e direitos de produção – na análise da estrutura de desenvolvimento potencial dos sectores e das empresas, são considerados os condicionalismos no âmbito dos direitos de produção;
- Condicionalidade – é assumido o pressuposto da aplicação da condicionalidade como base regulamentar nos programas de desenvolvimento rural.

Fazendo a ligação às prioridades nacionais, os objectivos estratégicos nacionais propostos para o Desenvolvimento Rural decorrem e integram-se de forma coerente e complementar nas estratégias nacionais delineadas para por em prática as orientações europeias no âmbito de determinadas áreas, estando subjacente a coerência com as orientações e políticas comunitárias, em particular as Estratégias de Lisboa e de Gotemburgo e garantindo-se, assim, a coerência global entre os diversos instrumentos da intervenção pública nacional e comunitária.

Assim, a Estratégia Nacional enquadra-se na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015 (ENDS) e respectivo Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015 (PIENDS), bem como nos principais instrumentos que o suportam, em particular o Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN), o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego 2005-2008 (PNACE), o Plano Tecnológico Nacional.

É igualmente garantida a coerência da Estratégia Nacional com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano Nacional da Água, a Estratégia Nacional para as Florestas (ENF), o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra os Incêndios (PNDFCI), o Plano Sectorial para a Rede Natura (PSRN), em elaboração, e a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB), com a estratégia para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais e com o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Agrícolas.

Saliente-se que também é garantida a coerência da Estratégia Nacional com as orientações dos documentos estratégicos definidos para as Regiões Autónomas, que emanam, naturalmente, das orientações dos documentos estratégicos de âmbito nacional.

A Política Ambiental da UE

A Estratégia Nacional é coerente com as orientações comunitárias para a política de ambiente, ao incorporar medidas que contribuem para a prossecução de objectivos de diversas estratégias comunitárias em matérias como sejam a utilização sustentável dos recursos, a biodiversidade, a protecção dos solos, a qualidade do ar, os resíduos e os pesticidas, as alterações climáticas e a redução de riscos e catástrofes (Quadro V.4).

Quadro V.4 - Estratégia Nacional e Prioridades Comunitárias – Política Ambiental

	Política Comunitária Ambiental	Objectivos Específicos e Transversais	Grupo de medidas
6.º Programa Acção Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégia Comunitária para a Biodiversidade (Rede Natura 2000, Inovação alimentar, Paisagens) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a protecção da biodiversidade, de sistemas de alto valor natural e paisagístico associados aos sistemas agrícolas e florestais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos ▪ Intervenção integrada para sítios da RN 2000
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Protecção e Gestão das Águas ▪ Estratégia para a Protecção do Solo ▪ Estratégia para a Utilização Sustentável dos Pesticidas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivar modos de produção sustentáveis no âmbito da actividade agrícola e florestal ▪ Promover a eco-eficiência e reduzir a poluição ▪ Melhorar a formação profissional e desenvolver serviços capacitando os activos para o desempenho da actividade ▪ Melhorar a competitividade das empresas do sector agro-florestal 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção de modos de produção sustentáveis ▪ Investimentos de requalificação ambiental ▪ Serviços de apoio técnico e aconselhamento ▪ Informação e formação profissional ▪ Modernização e capacitação das empresas
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa Comunitário para as Alterações Climáticas (Redução de gases com efeito de estufa) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a eco-eficiência e reduzir a poluição ▪ Melhorar a sustentabilidade dos povoamentos florestais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planos integrados de requalificação ambiental ▪ Gestão do espaço florestal e agro-florestal
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégia sobre Poluição do Ar ▪ (Gases poluentes emitidos pelos tractores agrícolas ou florestais) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a sustentabilidade dos povoamentos florestais ▪ Promover a eco-eficiência e reduzir a poluição ▪ Modernização e capacitação das empresas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão do espaço florestal e agro-florestal ▪ Planos integrados de requalificação ambiental ▪ Modernização e capacitação das empresas
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégia para a Prevenção e Reciclagem dos Resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver novos produtos, processos e tecnologias através da cooperação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cooperação para a inovação nas fileiras e nos territórios
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégia para a Utilização Sustentável dos Recursos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preservar a actividade agrícola em zonas desfavorecidas ▪ Desenvolver as infra-estruturas agrícolas e florestais ▪ Promover a protecção da biodiversidade, de sistemas de alto valor natural e paisagístico associados aos sistemas agrícolas e florestais ▪ Promover a eco-eficiência e reduzir a poluição 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas ▪ Desenvolvimento sustentável do regadio e outras infra-estruturas colectivas ▪ Protecção da biodiversidade e da paisagem ▪ Investimentos de requalificação ambiental
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução de Riscos e Catástrofes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a competitividade das empresas do sector agro-florestal ▪ Desenvolver as infra-estruturas agrícolas e florestais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Novos Instrumentos financeiros e gestão de riscos e crises ▪ Desenvolvimento sustentável do regadio e outras infra-estruturas colectivas
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conservação, Caracterização, Recolha e Utilização dos Recursos Genéticos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a protecção da biodiversidade, de sistemas de alto valor natural e paisagístico associados aos sistemas agrícolas e florestais ▪ Valorizar os produtos de qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Protecção da biodiversidade e da paisagem ▪ Gestão integrada de sítios da RN 2000 ▪ Melhoramento de recursos genéticos animais

Outras Políticas da UE

A Estratégia Nacional segue ainda orientações decorrentes de várias políticas comunitárias.

No que respeita à **política económica europeia** e à aplicação do **Pacto de Estabilidade e Crescimento**, é uma preocupação portuguesa controlar do défice orçamental, pelo que a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Rural procura, na sua quota-parte, contribuir para gerar riqueza, de forma mais eficiente e eficaz, a partir dos recursos oferecidos pelo meio rural. Por isso, imprime maior peso à necessidade de desenvolver a competitividade do sector agrícola e florestal e não exclui qualquer outra possibilidade de gerar riqueza a partir das oportunidades que o território oferece.

O **respeito pelo consumidor** é garantido ao orientar a produção para o mercado, isto é, para o produto que o consumidor deseja e com a qualidade que ele está disposto a pagar. A sua segurança é acautelada através de medidas que visam assegurar a boa utilização de produtos agro-químicos, a correcta rotulagem, a promoção de serviços de aconselhamento às empresas; em suma, promove-se uma produção de qualidade que satisfaz o consumidor.

A estratégia nacional considera a qualidade dos recursos humanos um factor chave de competitividade e de desenvolvimento rural, pelo que incentiva a formação profissional e a aprendizagem ao longo da vida, linhas de importância também reconhecida nas **orientações europeias para a educação e formação**. Este aspecto tem impacto não só a jusante da cadeia de produção ou de prestação de serviços (criação de riqueza ou promoção de desenvolvimento), como no próprio desenrolar dos processos, no que respeita, por exemplo, às condições de segurança no trabalho, recursos utilizados, resíduos produzidos, etc.

No que respeita à **política europeia de promoção da igualdade entre mulheres e homens**, a estratégia nacional procura contrariar a prevalência do desemprego feminino nos meios rurais portugueses. Assim, no âmbito do terceiro objectivo estratégico nacional, a medida relativa à diversificação e desenvolvimento de actividades na exploração agrícola, micro-empresas, turismo e lazer, contribuirá para a criação de emprego feminino, quer por incentivar a ocupação de outros membros da população agrícola familiar (no caso que interessa, os do género feminino), quer por promover o surgimento de actividades tradicionalmente desempenhadas pela população feminina (gastronomia e artesanato, por exemplo).

Quanto à **política de desenvolvimento e consolidação das empresas do espaço europeu**, a Estratégia Nacional assume as suas orientações em vários objectivos que estabelece. A promoção da competitividade e inovação empresarial é um ponto forte bem evidente nos sub-objectivos estabelecidos para promover a competitividade do sector agrícola e florestal e nas medidas deles decorrentes. No âmbito do terceiro objectivo estratégico nacional, a diversificação de actividades, em particular, a criação de micro-empresas, constitui outro ponto de identificação com as orientações comunitárias nesta matéria.

Ao se assumirem prioridades como o desenvolvimento da capacidade empresarial, através do incentivo a novas práticas de cooperação estratégica, orientação para o mercado, modernização tecnológica e melhor qualificação, está-se a contribuir para a consolidação de um ambiente empresarial propício a um crescimento sustentado da economia.

O crescente **recurso às TIC** é uma prioridade comunitária em que a Estratégia Nacional também se revê. Considera-se que as TIC podem dar um impulso ao aumento da competitividade do sector agrícola e florestal e que o maior acesso à informação pode ser determinante para a prossecução dos objectivos da Estratégia de Lisboa. Por isso, medidas tendo em vista a capacitação das empresas e dos actores, ou o desenvolvimento de serviços, incluem o incremento da utilização de TIC. Também no âmbito do Desenvolvimento Rural é reconhecido na Estratégia Nacional o impacto que as TIC poderão ter na prossecução de objectivos como proteger valores ambientais e paisagísticos em zonas NATURA 2000 e outras, pela difusão da informação que proporcionam junto do público, ou na prossecução de objectivos de diversificação da economia rural e de melhoria da qualidade de vida nos meios rurais, pela facilidade de comunicação que permitem, vencendo as distâncias nesses meios. Neste âmbito, a criação de uma rede de difusão da informação no mundo rural (Rede Rural Nacional) dará o seu contributo.

Também neste sentido aponta a **estratégia para a inovação nas zonas rurais**, adoptada pela União Europeia por se reconhecer a importância da inovação no desenvolvimento. Em particular, nos sistemas que dependem da utilização dos recursos naturais, a inovação pode ter um papel determinante na sua sustentabilidade e na competitividade dos produtos dele provenientes. Por essa razão a Estratégia Nacional promove a inovação nas fileiras e nos territórios.

No que diz respeito às **orientações comunitárias contidas no Plano de Acção para a Biomassa e na Estratégia para os Biocombustíveis**, é assegurada a sua inclusão na estratégia nacional ao nível das medidas que promovem a inovação em processos com elevada componente tecnológica e de qualificação ambiental com aproveitamentos bio-energéticos, das medidas de gestão florestal que incluem o aproveitamento da biomassa como forma de valorizar a produção e diminuir a carga combustível, e das sinergias entre os vários eixos do FEADER e os outros fundos, no sentido de aumentar a capacidade de auto-abastecimento energético, potenciando simultaneamente o contributo da produção agro-florestal nacional para os objectivos de incorporação de biocombustíveis nos transportes, visada na Directiva 2003/30/CE.

Assegurar a governança eficiente foi uma prioridade assumida quando se definiu o objectivo estratégico associado à promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão do desenvolvimento rural, contribuindo para a sua concretização, através da criação de um modelo de gestão eficaz e transparente, desenvolvimento de competências e reorientação de intervenções, incentivo às práticas de cooperação e disponibilização e troca de informação e boas práticas entre agentes de desenvolvimento rural. Desta forma pretende-se dar resposta à orientação comunitária que procura responsabilizar e incentivar os cidadãos a participar nos respectivos processos de desenvolvimento.

Em resumo, considerando **áreas chave** como o aumento da **competitividade**, o **ambiente**, a **diversificação rural**, o suporte à **inovação** nas cadeias agro-alimentares, o investimento na sociedade de informação e desenvolvimento das **TIC**, a transferência de **conhecimento** e a **governança**, cria-se valor acrescentado na aplicação da intervenção da política de desenvolvimento rural que completa, enriquece e contribui decisivamente para a realização dos objectivos de desenvolvimento rural.

3. Meios para assegurar a coordenação com outros Fundos Comunitários

Existem diversas áreas de complementaridade entre as intervenções do FEADER e as intervenções do FEP e dos Fundos estruturais, obrigando a uma articulação adequada entre elas, a nível estratégico e operacional.

Os mecanismos de coordenação estratégica que, a vários níveis, garantirão a coerência e a não duplicação de financiamento entre os diversos fundos estão definidos nas Resoluções de Conselho de Ministros n.º 25/2006, relativa à coordenação e monitorização estratégica do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e n.º 425/2006, que aprova as orientações fundamentais do Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural para a programação do Desenvolvimento Rural.

Estes mecanismos aplicam-se, naturalmente, às Regiões Autónomas, e serão complementados com mecanismos de coordenação regionais, nomeadamente a Orientação 5/2006 do Governo Regional dos Açores, de 2 de Março e a da Resolução do Conselho n.º 334/2006 de 30 de Março do Governo Regional da Madeira.

Nos termos das disposições pertinentes dos Regulamentos (CE) n.ºs 1698/2005, 1080/2006, 1081/2006, 1083/2006, 1084/2006 e 1198/2006, as informações sobre a complementaridade entre as medidas financiadas pelos diversos Fundos constarão dos Programas de Desenvolvimento Rural e dos Programas Operacionais.

Sempre que um Programa de Desenvolvimento Rural visar operações também elegíveis ao abrigo de outro instrumento de apoio comunitário, serão fixados no programa os critérios de delimitação entre as operações apoiadas pelo FEADER e as operações apoiadas por outros instrumentos de apoio comunitário.

Na complementaridade da intervenção do FEADER com as intervenções do FEDER, FEP e FSE, assume-se o princípio geral de delimitação das responsabilidades de financiamento.

No que se refere aos Fundos Estruturais, constituem sua responsabilidade, no quadro das elegibilidades específicas do FEDER e do FSE, os financiamentos relativos à dotação em bens e serviços públicos⁸¹, constituindo responsabilidades do FEADER o financiamento de intervenções dirigidas à dotação em bens e serviços não públicos.

⁸¹ Entendidos como aqueles cujos benefícios são usufruídos pela população em geral e de uma forma indivisível,

Complementarmente a esta definição de responsabilidade de financiamento e, em particular, nas situações em que se justifique uma clarificação adicional do conceito de bens e serviços públicos, assume-se que constituem responsabilidades específicas do FEADER o financiamento de intervenções dentro das explorações agrícolas. No que se refere à articulação com o FEP, serão elegíveis no âmbito do FEADER apenas os investimentos associados à pesca em águas interiores e à aquicultura de lazer não relacionada com a obtenção de produto piscícola para o mercado, sendo a aquicultura comercial e respectiva estrutura produtiva elegível no âmbito do FEP.

Na delimitação de responsabilidades de financiamento, a complementaridade da intervenção do FEADER com as intervenções do FEDER, FEP e FSE, deverá ser conseguida através, nomeadamente, dos seguintes elementos de demarcação: território, para o eixo 3; tipologia da intervenção; natureza do investimento; natureza dos promotores; dimensão do investimento; impacte territorial do investimento.

No âmbito do eixo 4, complementarmente serão adoptados procedimentos de articulação e comunicação entre os grupos LEADER e os responsáveis pela gestão das medidas financiadas pelo FEP nas zonas de sobreposição.

Nos PDR, será descrita de forma detalhada a articulação do FEADER com o FEDER, FEP e FSE.

A nível operacional, e sempre que considerado necessário e adequado, serão estabelecidos protocolos de acordo, nesta matéria, entre as Autoridades de Gestão dos Programas de Desenvolvimento Rural e as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais dos restantes Fundos.

VI - Rede Rural Nacional

1. Configuração e alocação financeira

Propõe-se a criação de um **Programa Específico para a Rede Rural Nacional**, de acordo com o artigo 66 (3) do regulamento n.º 1698/2005.

A respectiva alocação financeira indicativa será de 0.3% da dotação do FEADER

Propõe-se para a Rede Rural Nacional uma configuração ampla, pretendendo-se que seja **uma rede de todos os eixos e para todos os actores do desenvolvimento rural**, com um leque alargado das parcerias e das entidades a envolver no trabalho da rede.

O âmbito de intervenção da rede poderá abranger um conjunto variado de áreas de intervenção, nomeadamente:

- troca de experiências e saber fazer - boas práticas (sistematização, divulgação, disseminação);
- assistência técnica para a cooperação interterritorial e transnacional;
- qualificação e formação;
- informação e promoção (entre as diferentes redes e actores);
- apoio à implementação e avaliação da política de desenvolvimento rural.

Para além disso, pode **integrar valências de um observatório das zonas rurais** para produção de um conjunto de conhecimento aos mais variados níveis, indispensáveis para estruturar análises e opções estratégicas para as políticas ao nível rural. Aspecto particularmente importante tem que ver com a avaliação das intervenções no âmbito dos futuros PDR.

As actividades a desenvolver pela rede constituem a base do plano de acção a desenvolver pela Autoridade de Gestão do Programa Específico e neste âmbito, elegíveis para co-financiamento.

Em termos de operacionalização, propõe-se como estrutura da rede a existência uma célula de animação central de coordenação, constituída por uma equipa técnica pluridisciplinar, a funcionar

independentemente da vontade de um indivíduo em particular querer ou não usufruir desse bem.

sob tutela do Ministério da Agricultura com pólos nas Regiões Autónomas e nas regiões NUTS II do Continente. Em torno destes “nós” da rede seriam organizadas as sub-redes regionais, estruturando-se em torno da célula central os parceiros de expressão nacional. Pretende-se uma rede multidisciplinar, descentralizada, com necessidades e competências diversificadas.

A rede terá uma expressão alargada a todas as áreas de desenvolvimento rural, resultando um vasto universo de entidades que potencialmente poderão participar, nomeadamente:

- Grupos de Acção Local, associações de agricultores e produtores florestais, associações de jovens agricultores, agrupamentos de produtores, cooperativas agrícolas e florestais, associações de produtores de produtos qualificados, associações empresariais, peritos, entidades relacionadas com a Rede Natura 2000, organizações não governamentais na área do ambiente;
- Departamentos ministeriais ou dos governos regionais, autarquias locais, universidades, centros de investigação;
- Câmaras de comércio e industriais ou outras entidades semelhantes que desenvolvem as suas actividades no meio rural, organizações protectoras da paisagem e do ambiente, associações culturais e patrimoniais, entidades relacionadas com o turismo e outras.

Anexos

Anexo 1 – Indicadores obrigatórios

Indicador	Portugal			
	Fonte	Valor		
Superfície total (km2)	Agriculture in European Union, Statistical and Economic, Information 2003	91 909		
População total residente (milhões de habitantes)	Estatísticas demográficas 2004	10,5		
Estrutura etária da população residente	Recenseamento Geral da População, Censos 2001	< 14 anos	15-64 anos	>=65 anos
		15,9	67,7	16,4
Taxa de crescimento efectivo da população (%)	Estatísticas demográficas (média 2001-2004)	5,5		
Índice de envelhecimento da população (>65 anos/<14 anos)	Recenseamento Geral da População, Censos 2001	1,03		
% empresários agrícolas com > 65 anos	Eurostat, Inquéritos à Estrutura das explorações agrícolas	45%		
Nível de riqueza médio (PIB/per capita em ppc, 2000-2002)	Eurostat	80,0		
Taxa de desemprego total	INE: Taxas de desemprego por grupo etário e sexo, 2004	6,7		
Taxa de desemprego feminina		7,6		
Taxa de emprego total	Eurostat, Employment rate	67.8		
Taxa de emprego masculina	Eurostat, Employment rate	74.2		
Taxa de emprego feminina	Eurostat, Employment rate	61.7		
SAU/UTA (ha/UTA)	Eurostat, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas	8,2		
% Superfície total na rede Natura 2000		21%		
% SAU na rede Natura	Recenseamento Geral da Agricultura, 1999	19%		
SAU zona montanha (em % total SAU zonas desfavorecidas)	Recenseamento Geral da Agricultura, 1999	30,8%		
% SAU outras zonas (em % total SAU zonas desfavorecidas)	Recenseamento Geral da Agricultura, 1999	69,2%		
VAB do CAF (em % do total da economia)	INE, Contas nacionais (base 2000; ano 2003)	8,9%		
Volume de trabalho do CAF (em % do total da economia)	INE, Contas nacionais (base 2000; ano 2003)	14,8%		
Peso da agricultura na economia (VAB agric/PIB)	European Commission (Eurostat and Directorate-General for Agriculture), FAO and UNSO.	2,5%		
Produtividade do trabalho da agricultura (UE = 100, média 2002 - 2004)	INE, Conta económicas da agricultura	48,8%		
VAB agricultura (% total economia)	Eurostat, Contas Nacionais, desagregação por 31 ramos	3,2%		
VAB indústria alimentar bebidas e tabaco (%total economia)	Eurostat, Contas Nacionais, desagregação por 31 ramos	2,2%		
VAB fileira florestal (%total economia)	Eurostat, Contas Nacionais, desagregação por 31 ramos	2,5%		

Anexo 2 – Índice de Gráficos, Quadros, Mapas e Figuras

▪ Gráficos

Gráfico I.1– Uso do solo – áreas por classes de uso (Continente).....	8
Gráfico I.2– Uso do solo – áreas por classes de uso (Açores).....	8
Gráfico I.3– Uso do solo – áreas por classes de uso (Madeira).....	8
Gráfico I.4 - Ocupação cultural nas explorações agrícolas - evolução dos principais grupos de culturas.....	10
Gráfico I.5 – Evolução da ocupação florestal em Portugal Continental (10 ³ ha).....	11
Gráfico I.6: – Taxa de crescimento real do produto agrícola. Valores observados e previsão.....	13
Gráfico I.7 – Taxa de crescimento da produtividade do trabalho na agricultura. Valores observados e previsão.....	14
Gráfico I.8 – Evolução da SAU : valores observados e previsão.....	14
Gráfico I.9 – Evolução do índice de preços implícitos no produto agrícola e na economia. 1980=100.....	15
Gráfico I.10 – Evolução da produção, consumo, das importações e das exportações no sector agro-alimentar.....	16
Gráfico I.11 – Índices de evolução estrutural.....	17
Gráfico I.12 – Repartição da produção agrícola no Continente (%).....	18
Gráfico I.13 – Repartição da produção silvícola no Continente (%).....	18
Gráfico I.14 - Evolução das Saídas Nacionais dos Principais Produtos Agrícolas.....	19
Gráfico I.15 - Graus de auto-aprovisionamento. Valores observados e previsão.....	19
Gráfico I.16 – VABpb Agric. e Silv. por NUTSII (%).....	29
Gráfico I.17 – VABpb IAB por NUTSII (%).....	29
Gráfico I.18 – Evolução do número de explorações (em % do total de explorações), para o período 1990-2000, por grau de formação do empresário agrícola.....	33
Gráfico I.19 – N.º de empresários agrícolas com formação básica (explorações com >8 UDE), UE 15, ano 2000 (em % do total de empresários).....	33
Gráfico I.20 – N.º de empresários agrícolas com formação completa (explorações com > 8 UDE), UE 15, 2000 (em % do total de empresários).....	33
Gráfico I.21 - Importância das orientações especializadas na ocupação do território (em % da SAU).....	36
Gráfico I.22 – Evolução das áreas em Modo de Produção Biológica e Produção Integrada.....	37
Gráfico I.23 – Evolução das áreas em Modo de Produção Biológica (por tipo de cultura).....	37
Gráfico I.24 - Importância territorial da agricultura extensiva (% SAU com culturas aráveis extensivas, ano 2003).....	38
Gráfico I.25 - Importância territorial da pecuária extensiva (% SAU em pecuária extensiva, ano 2003).....	38

Gráfico I.26 – Evolução dos encabeçamentos no período 1990 – 2003 (em CN/ha de SAU).....	38
Gráfico I.27 – Valores de consumos de fertilizantes e fitofármacos por ha de SAU na UE 25 em 2004.....	39
Gráfico I.28 - Consumo de fitofármacos e fertilizantes por Orientação Técnico- -Económica em Portugal (€/ha de SAU).....	39
Gráfico I.29 - Consumos de fertilizantes e fitofármacos nas explorações especializadas em horticultura (€/ha de SAU).....	39
Gráfico I.30 – Índice de evolução do risco de marginalização, (Portugal).....	41
Gráfico I.31 - Emissões de GEE de origem agrícola no total.....	46
Gráfico I.32 – Índices de evolução do emprego total e por sector de actividade económica (Portugal, 1995=1).....	51

▪ Quadros

Quadro I.1 – Expressão territorial do VAB agrícola e florestal e comparação com a UE.....	12
Quadro I.2 - Complexo Agro-Florestal em 2003.....	12
Quadro II.1 - Equilíbrio entre Eixos.....	59
Quadro III.1 – Eixo I – Repartição financeira.....	60
Quadro III.2 – Eixo I – Hierarquia de objectivos e grupos de medidas.....	61
Quadro III.3 – Eixo II – Balanço.....	64
Quadro III.4 - Eixo II – Hierarquia de objectivos e grupos de medidas.....	65
Quadro III.5 - Eixo III – Balanço.....	70
Quadro III.6 - Eixo III - Hierarquia de objectivos e grupos de medidas.....	70
Quadro III.7 - Eixo IV – Balanço.....	72
Quadro III.8 - Eixo IV - Hierarquia de objectivos e grupos de medidas	73
Quadro III.9 – Matriz de objectivos e indicadores de impacto e de base.....	74
Quadro III.10 –Indicadores de Impacte.....	75
Quadro III.11 – Eixo I - Indicadores de Base orientados para os objectivos.....	76
Quadro III.12 – Eixo II – Indicadores de Base orientados para os objectivos.....	77
Quadro III.13 – Eixo III e IV – Indicadores de Base orientados para os objectivos.....	78
Quadro IV.1 - Programação financeira indicativa.....	79
Quadro IV.2 – Programas por região objectivo(convergência e competitividade).....	79
Quadro V.1 - Estratégia Nacional e Prioridades Comunitárias – Política Regional.....	81
Quadro V.2 - Estratégia Nacional e Prioridades Comunitárias – Desenvolvimento Sustentável	82
Quadro V.3 - Estratégia Nacional e Prioridades Comunitárias – Política Agrícola.....	83
Quadro V.4 - Estratégia Nacional e Prioridades Comunitárias – Política Ambiental...	85

- **Mapas**

Mapa I.1 - Zonas Desfavorecidas.....	6
Mapa I.2 - Expressão territorial das culturas e espécies florestais.....	10
Mapa I.3 – Aproveitamentos hidroagrícolas no Continente e Índice de aridez.....	31
Mapa I.4 –Risco de Marginalização nas regiões agrárias do continente.....	40
Mapa I.5 - Rede Natura 2000 – Continente.....	41
Mapa I.6 – Rede Natura 2000 - Região Autónoma dos Açores.....	42
Mapa I.7 – Rede Natura 2000 - Região Autónoma da Madeira.....	42
Mapa I.8 - Carta com as áreas aridas.....	42
Mapa I.9 – Concelhos com significativa susceptibilidade à desertificação.....	44
Mapa I.10 – Variação da população residente 1981 – 1991 por Concelho.....	49
Mapa I.11 – Variação da população residente 1991 –2001 por Concelho.....	49

- **Figuras**

Figura I.1 – Culturas Agrícolas.....	9
Figura I.2 – Espécies Florestais.....	9

Anexo 3 – Discussão Pública

Com o objectivo de uma participação efectiva de todos os Organismos competentes e da sociedade, o PEN esteve disponível para consulta e envio de comentários até 22 de Junho de 2006.

Na sequência desta auscultação pública, divulgou-se uma versão revista que insere e completa as várias contribuições entretanto recebidas.

A lista das entidades que apresentaram contributos durante o período de discussão apresenta-se de seguida.

1 - MADRP

Direcções Regionais

DRATM - Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes
 DRAEDM - Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho
 DRAALG - Direcção Regional de Agricultura do Algarve
 DRABI - Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior

Organismos Centrais

IDRHA - Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica
 AA - Auditoria do Ambiente
 DGRF - Direcção Geral de Recursos Florestais
 INIAP - Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas

Secretarias Regionais - Regiões Autónomas

Região Autónoma dos Açores - Secretaria Regional de Agricultura e Florestas
 Região Autónoma da Madeira - Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais

2 - Outros Organismos Públicos

Câmaras Municipais

Câmara Municipal de Fornos de Algodres
 Câmara Municipal da Mealhada
 Câmara Municipal da Montemor-o-Velho
 Câmara Municipal de Guimarães
 Câmara Municipal de Tavira

Associação de Municípios do Oeste

CCDRs- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CCDR Alentejo

3 - Confederações de Agricultura

- * CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal
- * CONFAGRI - Confederação Nacional de Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal
- * CNA - Confederação Nacional de Agricultura
- * CNJ - Confederação Nacional dos Jovens Agricultores de Portugal
- * AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

4 - Agro-Industriais

- * FIPA - Federação Portuguesa das Indústrias Agro-Alimentares

APARROZ - Agrupamento de Produtores de Arroz do Vale do Sado, LDA

APPIA - Associação Portuguesa de Produtores e Industriais de Arroz

ANIPLA - Associação Nacional da Indústria para a Protecção das Plantas

FENADEGAS - Federação Nacional das Adegas Cooperativas

5 - Associações de Produtores

ARAB - Associação Regional de Agricultores Biológicos
 APIDÃO - Associação de Produção Integrada do Dão
 ANCPA - Associação Nacional de Criadores do Porco Alentejano
 ACBM - Associação de Criadores de Bovinos Mertolengos
 FPAS - Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores
 AVAPI - Associação para a Valorização Agrícola em Produção Integrada
 AADP - Associação dos Agricultores do Distrito de Portalegre
 AABA - Associação de Agricultores do Baixo Alentejo
 ANPROMIS - Associação Nacional de Produtores de Milho e Sorgo
 ANPOC - Associação Nacional de Produtores de Cereais
 CERSUL - Agrupamento de Produtores de Cereais do Sul
 AMAP - Associação das Mulheres Agricultoras Portuguesas
 FENAREG - Federação Nacional de Regantes de Portugal
 APPPFN - Federação Portuguesa de Produtores de Plantas e de Flores Naturais

6 - Associações Florestais

Portucel Soporcel

ANSUB - Associação de Produtores Florestais do Vale do Sado

FPFP - Federação dos Produtores Florestais de Portugal

UNAC - União da Floresta Mediterrânica

CELPA - Associação da Indústria Papeleira

7 - Associações Ambientais

* LPN - Liga para a Protecção da Natureza

* QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza

SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

8 - Associações de Desenvolvimento Local

* MINHA TERRA - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local

AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego

TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior

ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura

ADREPES - Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal

9 - Empresas / Grupos Empresariais

Sogrape Vinhos SA

AEVP - Associação das Empresas de Vinho do Porto

10 - Contributos Individuais

Contribuição Individual - Manuel Goes

Contribuição individual - Augusto Lage

Contribuição individual - Eng. João Several

Contribuição individual - Eng. João Silva

Contribuição individual - V. Joaquim

11 - Partidos Políticos

CDS-PP